



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### EDITAL N.º 303/2024

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, **torna público**, ao abrigo do artigo 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o teor da ata n.º 79, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Coimbra realizada em 25 de novembro de 2024 e aprovada em 16 de dezembro de 2024.

**Para os devidos e legais efeitos, emite-se e publica-se o presente Edital, que vai assinado digitalmente e que será publicitado nos painéis eletrónicos disponibilizados no Átrio dos Paços do Município e no Atendimento ao Público da Câmara Municipal, sito na Rua Olímpio Nicolau Fernandes – Piso Superior do Mercado Municipal D. Pedro V, na página eletrónica oficial do Município ([www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt)) e demais lugares de uso e costume.**

Registe-se e publique-se.

Paços do Município de Coimbra.

O Presidente da Câmara Municipal

---



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**ATA N.º 79**

**DA**

**REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

**Local:** Sede da Junta de Freguesia de São Silvestre

**Data:** 25/11/2024

**Iniciada às 15H00 e encerrada às 20H45**

**Aprovada em 16/12/2024 e publicitada através do Edital n.º 303/2024**

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

- 1. Intervenção do Senhor Presidente**
- 2. Intervenção dos Senhores Vereadores**

### **ORDEM DO DIA**

#### **I. ADMINISTRAÇÃO GERAL**

- 1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 11 de novembro de 2024**

#### **II. RECURSOS HUMANOS**

- 1. DRH-DFDO – Reserva de Recrutamento Interna - Proposta de contratação de 1 Técnico Superior (Reabilitação Urbana) – Departamento de Gestão Urbanística**

#### **III. FINANCEIRO**

- 1. DF-DCR - Situação Financeira – Conhecimento**
- 2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 26 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2024) – Conhecimento**
- 3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 27 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2024) – Conhecimento**
- 4. DF-GCOF – Proposta para deliberação da Assembleia Municipal de autorização de despesas plurianuais de acordo com Alterações Orçamentais em anos seguintes nas Grandes Opções do Plano (GOP) de 2024**
- 5. DF-GCOF – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 da CMC**
- 6. GAP – Exercício do Direito de Oposição ao Abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2025 – Relatório Síntese – Conhecimento**
- 7. SMTUC – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 dos SMTUC**
- 8. SMTUC – Mapa de Pessoal dos SMTUC para 2025**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

9. **DF-DCR – Centro de Cultura e Recreio de Larçã (CCRL) – Pedido de renovação de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**
10. **DGU-DCHRU – Prédio sito na Rua do Corvo, n.ºs 31 a 39, artigo matricial n.º 5129, da União das Freguesias de Coimbra – Reconhecimento da intervenção de reabilitação ao abrigo do n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para efeitos de isenção do IMI e do IMT**
11. **DF-DCF – Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e Empresas Municipais de Coimbra – Apoio financeiro**
- IV. EQUIPAMENTO RURAL, URBANO E PATRIMÓNIO**
  1. **DDEECI-DEAE – Mercado Municipal D. Pedro V – Proposta de realização de ações de dinamização pela empresa concessionária de restauração – Renasceia – Hotelaria e Restauração, Lda. e Coimbra Hypermarket**
  2. **DAG-DAJC – Alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais**
- V. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
  1. **DMTT-DPGRT – Programa de Incentivo ao transporte Público de Passageiros (Incentiva +TP) – Manutenção dos preços dos passes vigentes em 2023, como medida excecional de mitigação dos efeitos da inflação – 2.º trimestre de 2024 | Operadores ETAC, S.A. e TDI, S.A**
  2. **DMTT-DPGRT – Incentiva +TP – Terceiro trimestre de 2024 – Proposta de transferência para os SMTUC – Ratificação**
- VI. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA**
  1. **DCT-DCSF – Cartão Amigo do Convento São Francisco 2025 – Proposta de manutenção e atualização das regras de funcionamento**
  2. **DCT-DM – Monumento de Homenagem ao Monsenhor Nunes Pereira – Proposta de revogação de doação**
  3. **DCT-DC – Filarmónica União Taveirense – Apoio Financeiro Municipal para dotar a entidade de condições financeiras que suportem a sua atividade regular, após elevado investimento em obras de requalificação do edifício sede**
  4. **DCT-DBAH – Arquivo Coimbrão – Proposta de preçário para a publicação do volume XLV**
  5. **DGU-DCHRU – “Associação Solar da Praça” – Rua João de Deus n.º 4, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu) – Parecer fundamentado da Câmara Municipal para obtenção de Estatuto de Utilidade Pública**
  6. **DGU-DCHRU – Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local – Reconhecimento da loja “ANTOINE” – Rua Ferreira Borges n.ºs 131 e 133, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu)**
  7. **DCT-DC – O Teatrão – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para a Gestão e a Programação da Oficina Municipal do Teatro para 2024, 2025 e 2026**
  8. **DCT-DC – Jazz ao Centro Clube - Gestão e Programação do Salão Brazil - Proposta de atribuição de Apoio Financeiro Municipal para 2024, 2025 e 2026 - Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais (Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural)**
  9. **DCT-DC – A Escola da Noite – Gestão e Programação do Teatro da Cerca de São Bernardo - Proposta de atribuição de Apoio Financeiro Municipal para 2024, 2025 e 2026 - Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais (Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural)**
- VII. TEMPOS LIVRES E DESPORTO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

1. DCT-DT – Proposta de realização da 3.<sup>a</sup> edição da "Bolsa da Empregabilidade no Centro de Portugal" – Convento São Francisco – 25 de fevereiro de 2025
  2. DCT-DCSF – Cerimónia de Encerramento do Curso de Licenciatura de Enfermagem – Convento São Francisco – 20 de julho de 2025
  3. DAG-DLFA – Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra – “Pai Natal Sobre Rodas” – 15 de dezembro
  4. DCT-GGE – Marinha Portuguesa – Proposta de realização de formação
  5. DAG-DLFA – FAN-Farra Académica de Coimbra – “VIII Trovador – Festival Internacional de Tunas da FAN-Farra Académica de Coimbra” – Apoio
  6. DAG-DAJC – Regulamento Municipal da Feira do Bairro Norton de Matos
  7. DJD-DD – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação Regional de Educação do Centro – Proposta de utilização das Piscinas Municipais Rui Abreu para realização do Campeonato Regional de Natação 2025 – 30 de abril de 2025 (quarta-feira - 08h00-18h00)
  8. DJD-DD – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil – Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual 2025
  9. DJD-DD – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil – Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2025
  10. DAG-DLFA – Mercado Urbano e Criativo – “Coimbra Hype Market de Natal” – 21 de dezembro de 2024
  11. DJD-DD – 46.<sup>a</sup> Corrida S. Silvestre Coimbra – Associação Recreativa Casaense – Apoio
  12. DJD-DD – Associação Académica de Coimbra - Secção de Futebol – 2.<sup>a</sup> Eliminatória da competição Taça da Associação de Futebol de Coimbra – Estádio Municipal de Taveiro – 24 de novembro de 2024
- VIII. PROTEÇÃO CIVIL, POLÍCIA MUNICIPAL E BOMBEIROS**
1. SMPC – Intenção de candidatura ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37 – Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos – ITI CIM
- IX. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO**
1. DF-DP – Proposta de resolução de expropriar – Declaração de Utilidade Pública de Expropriação, com carácter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa de cinco parcelas de terreno necessárias à obra de Requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso
  2. DEEPT-DEPE – Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro (PPZDT) – Proposta de revogação
  3. DDEECI-DCIF – Participação Financeira para a CIM-RC, no âmbito do “Projeto 44: Participação na BTL'2024 – Pavilhão 4”
  4. DEP-DIEP – “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 3” – Trabalhos a menos e conta final da empreitada
- X. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**
1. DEEPT-DPT – Plano Diretor Municipal de Coimbra – Procedimento simplificado de reclassificação do solo
  2. DGU-DGUN – Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres - Lic Admin - Obras Edificação – Arquitetura – Quimbres, 28 – Rua da Escola – São Silvestre
  3. DGU-DCHRU – Civilria, S.A. - pedido de operação de alteração a loteamento, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 662, na localidade de Raposa, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

4. **DGU-DCHRU – Pedido de Informação Prévia - Convenient Details, Lda. - Beco do Amorim, da União das Freguesias de Coimbra**
  5. **DGU-DCHRU – Balocas e Francisco, S.A. – Pedido de alteração à operação de loteamento – Avenida Elísio de Moura – Freguesia de Santo António dos Olivais**
  6. **DGU-DCHRU – Veiga Lopes II, Unipessoal, Lda. | Licenciamento de Operação de Loteamento | Quinta da Portela – Freguesia de Santo António dos Olivais – Processo 27/2024/176**
  7. **DGU-DGUS – Hélder & J. Gama – Construção Civil, Lda. – Pedido de licença de alteração ao alvará de loteamento n.º 581 (com obras de urbanização) – Aditamento, 2.ª alteração de 31 de outubro – Tirado – Cernache**
- XI. EMPRESAS MUNICIPAIS**
1. **DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, E.M. – Construção de coletores de águas pluviais – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Empreitada de “Remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na rua e travessa Fonte do Bispo”**
- XII. FREGUESIAS**
1. **DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2022 a 2025 – União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela – Obras contratualizadas para o ano de 2023 – Proposta de Alteração**
- XIII. OUTROS**
1. **GAGRQ – Proposta de Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**
- XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
1. **Miguel Francisco Garcez Palha Pessoa Vaz**

A reunião contou com a presença de:

**Presidente:** José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva  
**Vice-Presidente:** Francisco José de Baptista Veiga  
**Vereadores:** Ana Maria César Bastos Silva  
Carlos Miguel Mantas Matias Lopes  
Miguel José Ferros Pimentel Reis da Fonseca  
Júlio da Fonseca Gaudêncio  
José Ricardo Miranda Dias  
Hernâni Pombas Caniço  
Rosa Isabel Cruz  
Raquel da Fonseca Moreira Santos Veiga  
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pelos Técnicos Superiores, Carla Patrícia de Oliveira Silveira e Pedro Luís Figueiredo Cardoso.

Verificaram-se as ausências das Senhoras Vereadoras Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira, por motivos de saúde, e da Senhora Vereadora Regina Helena Lopes Dias Bento, por motivo de férias,



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

oportunamente substituídas pelos Senhores Vereadores Júlio da Fonseca Gaudêncio e Raquel da Fonseca Moreira Santos Veiga, respetivamente, tendo o Executivo deliberado justificar as respetivas faltas.

O Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início à reunião, agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre por ter acolhido o Executivo, dando-lhe de seguida a palavra:

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre** saudou os presentes e deu-lhes as boas-vindas à freguesia. Pediu ao Senhor Presidente que interceda, dentro das suas possibilidades, na aceleração da conclusão da obra de requalificação da Junta de Freguesia, no sentido da sede poder ser inaugurada em março, assim como o Centro de Saúde, do qual a população de São Silvestre muito necessita.

### INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

#### Intervenção do Senhor Presidente

##### 1. Descentralização das reuniões da CMC

*“Saudação Presidente de Junta e população de S. Silvestre*

*Em cumprimento dos nossos compromissos de descentralização, aqui estamos a trazer uma reunião do executivo camarário à freguesia de S. Silvestre, aproximando a Câmara dos nossos munícipes. Em relação à Freguesia de S. Silvestre, gostaria de referir o seguinte:*

*Segundo os dados da DAF, de 2021 para 2025 as transferências para a Junta de Freguesia de São Silvestre aumentaram de 161856 euros para 200926 euros, um apreciável reforço de verbas, que aumentará ainda um pouco mais.*

*Relativamente às obras, todas as obras de 2018 a 2021 estão terminadas, exceto a obra de “Ampliação do edifício da Junta de Freguesia de São Silvestre”, para melhoramento das condições do Centro de Saúde e da Junta de Freguesia, cuja última fase se encontra a decorrer. As duas obras de 2023 estão igualmente a decorrer, a Requalificação do jardim do Largo do Terreiro e a Requalificação da fonte do Lagar.*

*O anteprojecto da continuação da requalificação da Rua da Mina está em elaboração.*

*De salientar, ainda, o arranjo da estrada onde se localizam importantes empresas de produção de cogumelos e de morangos, em Vale de Rainha, que assim podem aumentar a sua produção e carga, com os melhores acessos. Foi uma obra mais complexa e cara do que se previa inicialmente, cerca de 60000 euros, mas uma importante melhoria, que contribui para a dinâmica económica do concelho.*

*Não menos relevante é a substituição da sinalização vertical em toda a freguesia, a alteração do alvará de loteamento 412, referente ao lote 7, na Urbanização da Quinta do Rosário e a alteração ao loteamento titulado pelo alvará n.º 439 e aprovação de projeto de arquitetura do edifício de habitação coletiva, na Rua dos Cabrais, lote 47, do ano de 2002; este edifício iniciou a construção em 2004, e ficou abandonado durante 20 anos, estando agora em reconstrução e terá 4 fogos de tipologia T3 e 2 lojas no rés-do-chão.*

*É um gosto estarmos aqui, em S. Silvestre”.*

##### 2. GOP e Orçamento da Câmara e dos SMTUC para 2025



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

*“Nesta reunião da Câmara estão em debate os documentos fundamentais das GOP e Orçamento da Câmara e dos SMTUC para 2025, que serão analisados nos momentos próprios e que traduzem um forte desenvolvimento do concelho de Coimbra, o nosso principal compromisso eleitoral. É o crescimento económico e demográfico do concelho o único caminho para a resolução dos problemas e insuficiências estruturais de Coimbra”.*

### **3. Apoio financeiro ao Teatrão**

*“Mas há outras decisões importantes a serem votadas e a que vale a pena fazer uma rápida referência neste período, até porque alguns representam o profundo compromisso do atual executivo com a Cultura. O apoio financeiro ao Teatrão, companhia residente na Oficina Municipal do Teatro, no valor total de 270 mil euros, até 2026, para a programação e para a gestão deste equipamento. De referir que, já este ano, foram atribuídos para o mesmo triénio 270 mil euros para criação artística. Assim, até 2026, através destes protocolos, o Teatrão vai receber da Câmara Municipal de Coimbra 540 mil euros para apoio às suas atividades. De referir que esta companhia de Teatro ficou classificada em 1º lugar a nível nacional, na modalidade dos 300 mil euros anuais, ao concurso de Apoio Sustentado 2023-2026, da DGArtes”.*

### **4. Apoio financeiro à Escola da Noite**

*“Também à Escola da Noite, para gestão e programação do Teatro da Cerca de São Bernardo, se apresenta uma proposta de apoio financeiro de 270 mil euros, de 2024 até 2026. Igualmente para o triénio de 2024 a 2026, foi aprovado, recentemente, o apoio de 270 mil euros para criação artística da companhia. Assim, no global, o Município vai apoiar a Escola da Noite com 540 mil euros até 2026”.*

### **5. Apoio financeiro ao Jazz ao Centro Clube**

*“Ao Jazz ao Centro Clube será concedido um apoio financeiro de 30 mil euros por ano para apoio à gestão e programação do Salão Brazil, incluindo despesas administrativas e de funcionamento, no triénio de 2024 a 2026. A este valor acresce ainda o apoio de 225 mil euros (75 mil por ano), aprovado em agosto, para apoio ao desenvolvimento da atividade permanente. O JACC tem, assim, pela primeira vez, um protocolo trienal, na sequência da política cultural do Município, que dá maior estabilidade às estruturas culturais profissionais de Coimbra. Desta forma, no total, o Município vai apoiar o JACC com 315 mil euros até 2026. O Salão Brazil, na Baixa de Coimbra, é um equipamento que desempenha um papel de primordial importância no centro histórico e que completará, em 2026, 100 anos”.*

### **6. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil – candidaturas 2025**

*“Vão abrir as candidaturas, referentes a 2025, para apoio à atividade permanente e pontual, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil. Em 2024, atingiu-se o montante global recorde de 125.500 euros em apoios concedidos”.*

### **7. Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e das Empresas Municipais de Coimbra**

*“A CMC irá conceder um apoio no valor de 130 mil euros à Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e das Empresas Municipais de Coimbra. Este apoio destina-se à realização da Festa de Natal para todos os descendentes dos trabalhadores da autarquia, dos SMTUC e das Águas de Coimbra, para a manutenção da atividade do Coro Carlos Seixas, bem como para a atividade da Casa de Pessoal no próximo ano”.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

### **8. Regulamento Municipal da Feira do Bairro Norton de Matos**

*“O projeto final de Regulamento Municipal da Feira do Bairro Norton de Matos vai ser votado, para posterior submissão a Assembleia Municipal, após concluído o período de legal de consulta pública. Este regulamento pretende instituir o princípio da igualdade entre todos os feirantes e facilitar a atividade de fiscalização, bem como salvaguarda dos direitos e dos interesses dos consumidores e dos residentes da zona”.*

### **9. Filarmónica União Taveirense**

*“A Câmara Municipal de Coimbra vai atribuir 60 mil euros à Filarmónica União Taveirense para apoiar o elevado investimento de requalificação da sede assumido pela FUT, que representou um total de 200 mil euros de investimento. A obra ficou extraordinária”.*

### **10. Requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso União Taveirense**

*“Vamos hoje dar passos importantes e essenciais para a requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso, na Freguesia de Santo António dos Olivais, uma antiga aspiração da população local, com a proposta de aprovação da Declaração de Utilidade Pública de Expropriação, com caráter urgente, e autorização para a tomada de posse administrativa de cinco parcelas de terreno necessárias a esta obra. O projeto de requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso, uma rua de tráfego elevado, incide na requalificação de passeios pedonais, contemplando locais onde estes são inexistentes, provocando ao peão uma forte insegurança nos locais onde este necessita de circular na faixa de rodagem”.*

### **11. Startup Portugal (Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo)**

*“Vale a pena recordar alguns acontecimentos desde a última reunião deste executivo. A Câmara Municipal de Coimbra e a Startup Portugal (Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo) assinaram hoje, na Web Summit, em Lisboa, um memorando de entendimento através do qual as partes se comprometem a apoiar e a promover empresas com estatuto reconhecido de startup e de scaleup, com sede ou atividade no concelho de Coimbra, contribuindo, assim, para a dinamização do ecossistema empreendedor. É Coimbra no caminho do desenvolvimento”.*

### **12. IBM**

*“A boa notícia anunciada pela IBM, depois de um trabalho de muitos meses. Além dos 5 centros de inovação de que já dispunha, em Tomar, Viseu, Portalegre, Fundão e Vila Real, a IBM Portugal dispõe agora de mais um centro de inovação em Coimbra, na área de inteligência artificial e da computação quântica, com a perspetiva de crescer pelo menos até 150 trabalhadores. No primeiro semestre de 2025, o centro de inovação de Coimbra “estará totalmente operacional”.*

### **13. Prémio Empreendedorismo Feminino 2024**

*“No dia 19 de novembro, Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino, decorreu a cerimónia de entrega da primeira edição do Prémio Empreendedorismo Feminino 2024, criado pela autarquia para reconhecer e homenagear personalidades de destaque e estimular iniciativas inovadoras concebidas, desenvolvidas e implementadas por empreendedoras no concelho. O Prémio Projeto foi entregue a Irina de Sousa Moreira, pela iniciativa Ageless – plataforma para combate a doenças neurológicas associadas ao envelhecimento, e*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*o Prémio Carreira a Teresa Mendes, ex-presidente do Instituto Pedro Nunes (IPN). Estes prémios representam igualmente o reconhecimento da importância do empreendedorismo para o desenvolvimento de Coimbra”.*

### **14. Dia da Floresta Autóctone**

*“É igualmente com satisfação que assinalo a ação de voluntariado, organizada pela CMC no Dia da Floresta Autóctone, que visou a plantação de 1.200 árvores no espaço do futuro Bosque dos Loios, dedicado à recuperação da flora autóctone de Coimbra, em pleno centro da cidade. As 1.200 árvores, da espécie “Quercus faginea” (carvalho-português), são oferecidas pela Infraestruturas de Portugal, no âmbito do projeto MetroBus. Nunca se plantaram tantas árvores em Coimbra como está a acontecer durante o mandato do atual executivo camarário”.*

### **15. Programa de Arrendamento Acessível/PRR**

*“A excelente notícia da formalização da escritura entre a Câmara Municipal (CM) de Coimbra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), de cedência do direito de superfície, da primeira para a segunda entidade, de um terreno na Rua Câmara Pestana, onde vai nascer um novo edifício residencial com 19 habitações, destinado a famílias que não se enquadram nas prioridades da habitação social, mas que também não conseguem aceder ao mercado privado de arrendamento. Esta operação vai ser financiada em 3,8 milhões de euros (M€), ao abrigo do Programa de Arrendamento Acessível/PRR”.*

### **16. "Coimbra, the right place" exibido nos voos de longo curso da TAP**

*“A seleção pela TAP do filme "Coimbra, the right place" para ser exibido nos voos de longo curso, na sequência do primeiro prémio atribuído no Festival ART&TUR - Festival Internacional de Cinema de Turismo 2024, o que representa um importante estímulo para o turismo em Coimbra e demonstra que Coimbra é mais do que a Biblioteca Joanina”.*

### **17. Polo de Taveiro da USF Manuel Cunha inaugurado**

*“25 anos depois, as novas instalações do Polo de Taveiro da USF Manuel Cunha foram inauguradas e começam hoje a funcionar normalmente, depois de resolvidos os erros do projeto que herdámos, e que inviabilizavam a sua aprovação pela tutela, depois de concluídas as obras e depois de resolvidos os problemas de dominialidade da estrutura, que tinham sido mal abordados pelo anterior executivo camarário. Mais uma vez, tivemos de corrigir erros, mas hoje assinalamos a felicidade, 25 anos depois, do início do serviço de saúde de proximidade e de qualidade que vai ser prestado aos fregueses da União de Freguesias de Taveiro – Ameal – Arzila”.*

### **18. Recuperação do Teatro Sousa Bastos**

*“A cereja em cima do bolo é mesmo o anúncio da recuperação do Teatro Sousa Bastos, mais de 30 anos depois do seu abandono total, para a Cultura e para 32 fogos de Arrendamento acessível, num inovador entendimento entre a CMC, o IHRU, o Governo e a CIM-RC. Depois do êxito de mais este complexo processo, que representou mais de um ano de trabalho dedicado e competente, penso que já ninguém duvidará que, ao contrário do que gritam aqueles que só sabem dizer mal de tudo, com o atual executivo Coimbra está no caminho certo”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Intervenção dos Senhores Vereadores

#### Intervenção do Senhor Vereador Francisco Veiga

##### 1. 2.<sup>a</sup> Edição do Coimbra Magic Land – 15 de novembro de 2024 a 2 de janeiro de 2025

*“Começo por saudar o Senhor Presidente da Freguesia de São Silvestre, José Manuel Seíça Salgado, e, na sua pessoa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Jornalistas, Funcionários e Munícipes que nos acompanham, presencialmente ou à distância.*

*Considerando que estive ausente na última reunião, começo a minha intervenção de hoje prestando os esclarecimentos solicitados pela Senhora Vereadora do PS, Dr.<sup>a</sup> Rosa Cruz, que, na última reunião de Câmara, levantou uma série de questões relacionadas com o evento Coimbra Magic Land, pondo em causa a transparência do processo, e consequentemente, a minha conduta enquanto gestor político responsável pela iniciativa.*

*Na edição de 2023, o evento em questão foi realizado ao abrigo de um protocolo de coorganização entre o Município de Coimbra e a empresa Vertente Versátil Unipessoal, Lda. O Município, para além do apoio logístico, da isenção de taxas de ocupação do espaço público, das licenças e do reforço da iluminação pública do Parque Verde (que se veio a verificar que era manifestamente insuficiente para garantir a segurança dos seus utilizadores), não investiu um cêntimo neste evento. Repito: o Município não investiu um cêntimo na 1.<sup>a</sup> Edição do Coimbra Magic Land.*

*Face à adesão e ao sucesso da 1.<sup>a</sup> edição do Coimbra Magic Land, decidimos dar continuidade ao evento este ano num formato melhorado e necessariamente maior.*

*Inicialmente a nossa intenção era realizar o evento nos mesmos moldes do ano passado, ou seja, com recurso a um protocolo de parceria, em condições idênticas ao que aconteceu na 1.<sup>a</sup> edição, contemplando este ano uma participação financeira, que, em todo o caso, não deveria exceder os 40.000,00€, previstos em GOP.*

*Se o evento fosse realizado ao abrigo de um protocolo de parceria (como aconteceu no ano passado), o processo teria vindo a reunião de Câmara para aprovação pelo Órgão competente, como, de resto, é normal.*

*Acontece que, de modo a garantir a exclusividade do evento, decidimos registar a marca Coimbra Magic Land junto do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), desconhecendo, no entanto, as consequências e implicações legais que resultariam de tal facto.*

*O registo da marca a favor do Município de Coimbra, por si só, confere ao Município a condição de promotor exclusivo, à semelhança do que acontece, por exemplo, com o Fim de Ano em Coimbra (que também é um evento com marca registada). Neste contexto, não há espaço para a constituição de parcerias. Contudo, convenhamos, o Município não dispõe de meios nem recursos próprios para produzir um evento com esta dimensão e características. Perante este cenário, não tivemos outra alternativa senão desenvolver um procedimento de contratação pública (destinado a adjudicar a produção do evento), com a dotação que tínhamos disponível em orçamento. Daí a nossa proposta de aquisição de serviços, para a contratação da produção do evento, pelo preço base de 35.000,00€, mais IVA, perfazendo um total de 43.050,00€. Consultámos várias empresas, através do procedimento de Consulta Prévia, previsto na contratação pública, e adjudicámos o serviço à empresa que se dispôs a realizar o evento pelo valor indicado. Relativamente às receitas, cumpre esclarecer que o Coimbra Magic Land é um evento de acesso livre, sem entradas pagas. Qualquer pessoa pode visitar o evento. Apenas os equipamentos de diversão estão sujeitos a pagamento. Nestas circunstâncias, a receita naturalmente que reverte a favor da empresa adjudicatária. Perante o valor assumidamente baixo que o Município se dispôs a pagar por este evento, é, no mínimo, justo para quem assume o risco de realizar o evento nestas condições e sem garantias de retorno na proporção do investimento. Confesso que, quando ouço críticas gratuitas e sem fundamento, fico (não diria incomodado), mas incrédulo. Não sei se a Senhora Vereadora Rosa Cruz saberá quanto custa realizar um*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*evento desta natureza, mas não é preciso sermos financeiramente muito instruídos para perceber que estamos a falar de um investimento de milhares de euros.*

*Só para terem uma noção, partilho convosco, e nomeadamente com a Senhora Vereadora Rosa Cruz, os montantes investidos por outros Municípios, como por exemplo Águeda, Santa Maria da Feira, Montemor-o-Velho e Leiria (dados que estão divulgados online, e disponíveis para consulta pública no Portal Base Gov, onde são publicados todos os contratos públicos):*

- *Município de Águeda – Soma das aquisições = 273.631,83 €*
- *Município de Santa Maria da Feira, que organiza O Perlim - Soma das aquisições = 172.298,40€*
- *Município de Montemor-o-Velho = Castelo Mágico -382.000,00 €*
- *Município de Leiria – Soma das aquisições = 528.625,78 €*

*Como vê, Senhora Vereadora, não há, em relação ao procedimento do Coimbra Magic Land, nenhum motivo para preocupação, sendo completamente despropositado acusar-me de falta de transparência ou levantar suspeitas sobre a minha atuação. Sobretudo na minha ausência. Não só é despropositado, como também não lhe fica bem. O recurso à contratação, ao contrário do que possa imaginar, não foi uma opção minha. Foi uma imposição legal da qual tomámos conhecimento através de um parecer jurídico que solicitámos à Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, no âmbito do qual resultou que o recurso à contratação pública seria, neste caso em particular, por força do registo da marca Coimbra Magic Land a favor do Município de Coimbra, o procedimento administrativo mais adequado para viabilizar a realização do evento. Nós respeitamos a lei e damos cumprimento ao teor dos pareceres jurídicos, pautando a nossa atuação pelo princípio do rigor e da transparência”.*

### **2. Coimbra Região Gastronómica – 23-25 novembro**

*“Outro assunto em destaque esta semana foi a realização do Coimbra Região Gastronómica, que teve início no sábado e termina hoje. A iniciativa partiu de um grupo de operadores privados, com atividade na área da restauração e da promoção turística, representado pelo Cordel Maneirista Lda, a empresa Navega Vale Lda e a Green Travel. Estas 3 entidades endereçaram, conjuntamente, um convite ao Município de Coimbra, manifestando a intenção de organizar, com a colaboração e apoio institucional da Câmara Municipal de Coimbra, que se associou ao evento ao abrigo de um protocolo de parceria, o "Coimbra Região Gastronómica", nos dias 23, 24 e 25 de novembro, no Convento São Francisco. Trata-se de um evento inédito em Coimbra, que cumpre o objetivo de celebrar a gastronomia local e regional, apoiar os produtores locais, reforçar a identidade gastronómica da Região e valorizar o território como destino turístico de referência. Foi um fim de semana rico em sabores e em saberes, sendo de destacar o sucesso alcançado e a receptividade do público, que aderiu em massa, e esteve presente em várias iniciativas propostas ao longo do programa do evento”.*

### **3. Exposições no Museu Municipal de Coimbra**

*“Na última semana, o Museu Municipal inaugurou mais duas exposições temporárias, que procuram contribuir para a democratização do acesso à cultura, renovando o nosso compromisso com a promoção e valorização da arte.*

*A exposição de Daniela Guerreiro, inaugurada no dia 21 de novembro, na Galeria Almedina, intitulada “Janela Indiscreta”, apresenta um surpreendente conjunto de pinturas, que contrariam os padrões convencionais de beleza feminina. Numa época em que assistimos à idealização da imagem feminina, marcada pela ideia da eterna juventude, alimentada pelas redes sociais, que promovem a incessante busca pela perfeição, esta jovem artista apresenta uma exposição disruptiva, onde coloca em questão as imposições culturais de beleza feminina, pondo em evidência a importância da autoaceitação, por oposição aos estereótipos sociais. A exposição pode ser visitada até ao dia 19 de janeiro de 2025.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Inaugurada no dia 23 de novembro (passado sábado), e em exposição no edifício Chiado, temos também a mostra criativa “Pressão”, da autoria de Miguel Pinheiro, arquiteto de profissão, que encontra na técnica da linogravura a sua forma de expressão artística. Fazendo uso desta técnica de impressão, que utiliza o linóleo como matriz, o artista representa motivos naturais que se misturam com o tratamento gráfico de fotografias, de símbolos, de signos e de desenhos originais do autor. É uma exposição que desperta curiosidade, diferente do que estamos habituados a ver, e que pode ser visitada até ao dia 26 de janeiro de 2025.*

*Aproveito para lembrar que todas as exposições temporárias do Museu Municipal são de acesso livre, precisamente para que todos possam conhecer, visitar os nossos núcleos museológicos e desfrutar da nossa vasta oferta cultural”.*

### **4. Clínica da diabetes no Hospital dos Covões em 2025**

*“Por último, permitam-me felicitar a ULS, na pessoa do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Alexandre Lourenço, pela notícia avançada no jornal, dando conta de que irão criar uma clínica da Diabetes de cuidados integrados no Hospital do Covões, que deverá estar pronta no final de 2025, e cujo investimento ronda os 4 milhões de euros. Este tipo de resposta é extremamente útil para a comunidade de doentes que sofrem desta doença metabólica crónica, que irá permitir reduzir em 50% os internamentos e as idas às urgências. É uma notícia que nos deixa, naturalmente, bastante satisfeitos e que terá um impacto positivo no acompanhamento e tratamento dos doentes com diabetes”.*

### **Intervenção do Senhor Vereador Francisco Queirós**

O Senhor Vereador saudou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre e proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

#### **1. 1.ª Edição de “Colóquios: Coimbra, História e Património”**

*“Nos passados dias 15 e 16 de novembro, a Casa Municipal de Cultura acolheu a 1ª Edição de “Colóquios: Coimbra, História e Património”. O evento, que contou com a presença de várias dezenas de participantes, foi promovido pela Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, em colaboração com a Divisão de Museologia e com o Gabinete de Arqueologia, em parceria com o Centro de História da Sociedade e da Cultura.*

*A iniciativa agregou um núcleo de intervenções de investigadores nacionais para refletir sobre novos modos de fazer e conhecer a história de distintas épocas de Coimbra, contribuindo para estimular o público a manter contacto com áreas de pesquisa inovadoras, rasgando novos horizontes e fomentando o debate crítico.*

*No sentido de conhecer as vivências do território urbano, pretendeu-se com este evento criar um percurso de visitas comentadas a alguns espaços identitários do Património Histórico de Coimbra.*

*Na noite do primeiro dia do Colóquio houve também um jantar temático, do ciclo “Sabores da Escrita”, no Centro Cultural D. Dinis, com a intervenção de Isabel Drumond Braga, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobre o tema “Abundância e fome na prosa de Irene Lisboa (1892-1958).*

*Durante o segundo dia, decorreu a apresentação do Volume XLV do Arquivo Coimbrão - Boletim da Biblioteca Municipal, seguida de uma visita à Biblioteca.*

*Para além dos vários especialistas nacionais, destaca-se a presença de Keith D. Lilley, professor da Queen's University Belfast, que encerrou o Colóquio.*

*A comissão científica do encontro foi composta por Amélia Aguiar Andrade (Universidade Nova), Carlos Alves, Jorge Correia (Universidade Minho), José Luís Barbosa, José Pedro Paiva (coordenador Científico*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

do CHSC), Leontina Ventura, Maria Helena da Cruz Coelho e Mário Gonçalves Fernandes (Universidade do Porto), Pedro Carvalho e Renata Araújo (Universidade do Algarve) e Walter Rossa.

O encontro contou com a participação de mais de 70 pessoas.

Da avaliação extremamente positiva desta iniciativa decorre a realização de nova edição no próximo ano. O encontro permitiu ainda concluir da necessidade de se aprofundar o estudo e a divulgação da História da cidade, podendo e devendo a Câmara Municipal intervir ativamente neste processo”.

### 2. Dia da Floresta Autóctone – 23 de novembro

“Para assinalar o Dia da Floresta Autóctone, a Divisão de Espaços Verdes e Jardins, em parceria com a “Plataforma de informação e ciência-cidadã sobre plantas invasoras em Portugal (invasoras.pt)”, o movimento cívico “Jardim Monte Formoso” e a “Milvoz - Associação de Proteção e Conservação da Natureza”, promoveu uma ação de voluntariado para a plantação de 1 200 árvores da espécie “*Quercus faginea*” (Carvalho Português), acompanhada de uma oficina de “bombas de sementes”, no Bosque dos Lóios.

Com esta iniciativa propusemo-nos alcançar dois objetivos fundamentais:

- A) Promover o envolvimento da comunidade em atividades ecológicas oferecendo aos participantes uma forma prática de contribuírem para o enriquecimento do ecossistema local, com o lançamento das bombas de sementes, que são pequenas esferas compostas por uma mistura de argila, terra e sementes de espécies autóctones. Estas bombas são utilizadas em práticas de reflorestação e jardinagem ecológica, sendo lançadas em áreas onde se pretende promover a recuperação de ecossistemas naturais. Ao serem dispersas no solo, as bombas de sementes aguardam as condições ideais de humidade para que a germinação ocorra, permitindo o crescimento de plantas nativas e contribuindo para a biodiversidade local;
- B) Reforçar o compromisso com a proteção ambiental e com a criação de um Bosque que restabeleça o equilíbrio natural e ecológico da região, com a plantação de espécies nativas.

As entidades parceiras na dinamização desta ação comemorativa do Dia da Floresta, integram o grupo de trabalho já criado, para o desenvolvimento das ações de planeamento e execução do projeto “Bosque dos Lóios”.

Para além deste grupo, pretende-se que também possa haver participação dos cidadãos, a título individual, nas diversas fases deste importante projeto, que visa criar um espaço verde sustentável e biodiverso, dedicado à recuperação da flora autóctone de Coimbra.

A criação deste Bosque parte do princípio de que os corredores ecológicos ou “corredores verdes” são elementos fundamentais de resiliência urbana, já que proporcionam conexão entre ecossistemas da estrutura verde urbana, desempenhando um papel crucial na preservação da biodiversidade e na promoção da conectividade entre diferentes ecossistemas dos espaços verdes, servindo de facilitadores das dinâmicas de deslocamento entre a biodiversidade existente.

O Bosque dos Lóios, permitirá preencher uma lacuna de conectividade entre espaços verdes já existentes, sendo o elemento que claramente faltava para o estabelecimento de um corredor ecológico funcional, coerente e eficiente.

Para além da preservação dos elementos vegetais existentes com interesse de conservação, a intervenção vai concentrar-se na reintrodução de espécies arbóreas como o sobreiro e o carvalho-português.

Pretende-se também, criar um espaço de lazer focado na função ecológica, com a possibilidade de circulação pedonal entre a Quinta de São Jerónimo e a Rua Alberto de Oliveira (junto à CCDR Centro) através da colocação de mobiliário urbano devidamente enquadrado no objetivo primordial do projeto.

No local, vão ainda ser colocadas caixas-ninho em algumas das árvores adultas já existentes, de forma a desenvolver um pequeno projeto-piloto de análise do estabelecimento de espécies até agora ausentes, designadamente algumas controladoras de “pragas”, como os morcegos e passeriformes insetívoros.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O Bosque será dotado de iluminação artificial adaptativa, para a proteção de aves e insetos, de acordo com indicações da associação internacional “Dark Sky”, que visa combater a poluição luminosa, adaptando o horário de funcionamento das luminárias e a sua temperatura de cor ao longo da noite.*

*A iniciativa do passado sábado contou com a participação de cerca de meia centena de pessoas, saldando-se por um êxito significativo reforçando a ligação dos cidadãos ao projeto”.*

### 3. Cartão de Cuidador/Protetor de Colónia de Gatos

*“O Serviço Médico-Veterinário da CMC, está a preparar o lançamento do “Cartão de Cuidador/Protetor de Colónia de Gatos”, atendendo a que estes animais nem sempre são alimentados e cuidados em espaço privado.*

*Há situações em que, ou os protetores não residem no local onde se encontram as colónias, ou as suas habitações não possuem logradouro particular, sendo a única alternativa alimentar os animais na via pública.*

*De forma a evitar constrangimentos, os protetores passarão a poder apresentar o Cartão de Cuidador às autoridades competentes, sendo esta uma forma de demonstrar que o Serviço Médico-Veterinário considera que a colónia pode permanecer no local e que o posto de alimentação é adequado.*

*Assim que seja lançado, o cartão será entregue aos Protetores após visita à colónia e verificação de que o local reúne as condições de salubridade requeridas”.*

### 4. AIRC

*“O vereador questionou o presidente da Câmara sobre o futuro da AIRC – Associação de Informática da Região Cento.*

*A AIRC, fundada há quatro décadas, integra 30 municípios da região e tem cerca de 240 clientes, 60% dos municípios portugueses e diversas empresas municipais e intermunicipais, sendo líder ao nível do software na administração pública. Os seus trabalhadores estão preocupados com a intenção da alteração do seu estatuto jurídico, temendo por perda de direitos a vários níveis.*

*Sendo o presidente de Câmara também o presidente da AIRC, pergunta-se pelo ponto da situação, o que se pretende de facto, sendo fundamental dar respostas aos trabalhadores, garantindo-lhes os direitos que detêm”.*

O Senhor **Presidente** disse que não percebia a preocupação com a AIRC, já que a lei não permite a perda de direitos de trabalhadores. A AIRC é extraordinariamente importante para os 29 municípios que a fundaram e o receio que todos devem ter é que, se a AIRC não se adapta aos tempos modernos, não tem futuro. E os municípios, bem como os trabalhadores da AIRC, precisam de uma entidade com futuro num mundo cada vez mais competitivo, frisou, explicando que o que está em causa é a eventual transformação da AIRC de associação intermunicipal para empresa intermunicipal, com a preservação de todos os direitos dos trabalhadores.

### Intervenção do Senhor Vereador José Dias

#### 1. Execução de verbas do PRR

*“Começo por cumprimentar todo o executivo, na pessoa do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Silvestre,*

*Cumprimento igualmente o corpo técnico municipal,*

*Comunicação Social,*

*E municípios presentes física e digitalmente.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Precisamente por se tratar de uma reunião especial, devido à discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025, e como já referido, o crescimento demográfico é um dado relevante para o futuro do Município. Contudo, o mesmo tem de acontecer de forma sustentável e com qualidade.*

*Para que isso seja possível, a existência de habitação de qualidade e quantidade será fundamental. Assim, o alerta lançado hoje pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em entrevista ao Diário de Notícias, é especialmente relevante, tendo em conta o risco de não se conseguir executar, em tempo útil, as verbas provenientes dos fundos europeus, via Plano de Recuperação e Resiliência.*

*De facto, encontram-se previstas 26 mil novas habitações a nível nacional, podendo este número aumentar para as 33 mil, num pacote de financiamento superior a 3000 milhões de euros. Com os concursos desertos, devido à dificuldade das empresas de construção civil em apresentarem propostas, há um perigo real de não se conseguir concretizar os projetos a tempo de se aproveitar o financiamento a 100%, cujo prazo termina em junho de 2026.*

*Mas se é facto que já se conseguiu ultrapassar a demora dos vistos do Tribunal de Contas, que seria outro entrave ao processo, a verdade é que se mantém a falta de capacidade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana na agilização dos processos.*

*Sendo esta matéria crucial para Coimbra, atendendo ao peso maioritário do investimento em habitação, especialmente no Orçamento de 2024 e na proposta para o próximo ano, é um claro fator de risco.*

*Desta forma, questionamos o ponto de situação destes processos, no Município de Coimbra, e se existe previsão de atrasos pelos motivos apresentados. Adiciona-se, ainda, a questão sobre um possível adiamento do prazo definido, em conversações que frequentemente decorrem entre Governo e Comissão Europeia”.*

O Senhor **Presidente** disse que é uma preocupação de todos os municípios conseguir tempo suficiente para gastar as verbas do PRR. Infelizmente, a burocracia patológica portuguesa atrasa os processos. Frisou que com o anterior governo socialista estiveram um ano à espera da aprovação do primeiro processo de candidatura ao PRR que apresentaram. Isso é dramático e tem consequências dramáticas. Agora todos os concursos ao PRR recaem na mesma altura e os municípios mais pequenos e do interior são os mais prejudicados. Ainda por cima, a lei impede-os de pôr dinheiro do Município nos projetos, o que praticamente os condena à incapacidade de os concretizar, criticou. Portanto, entende que há muito a alterar, de há alguns anos a esta parte, no funcionamento da Administração Pública e na definição das regras de candidatura. Afirmou que, lamentavelmente, o IHRU e as suas estruturas não foram preparados para responder a esta pressão de processos que se colocou.

### 2. Migrações

*“Outro assunto preocupante, no contexto das migrações, é a forma como Coimbra consegue acolher e integrar estudantes internacionais, nomeadamente aqueles que são provenientes de países em desenvolvimento.*

*Para que estes mesmos estudantes possam ter um visto para estudar em Portugal, uma das condições poderá ser o pagamento de uma bolsa do país de origem. Ora, o que tem acontecido, de forma escandalosa, é que os Governos nacionais se demitem dessa responsabilidade após o momento de chegada dos estudantes aos locais de estudo, deixando os mesmos de ter qualquer tipo de rendimento para a sua subsistência, quanto mais para o percurso académico. Acresce, ainda, que estes estudantes podem não ser abrangidos por ação social, o que potencia o abandono escolar e uma frágil transição para o mercado de trabalho, atendendo aos défices linguísticos, informáticos e económicos.*

*Para além destes problemas, devido à sua vulnerabilidade, correm um sério risco de caírem nas mãos de redes criminosas.*

*Assim, questionamos se a Câmara Municipal de Coimbra tem identificado estes casos e se estariam na disponibilidade de criar apoios sociais dirigidos para esta população”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Presidente** disse que este Executivo também se preocupa com os migrantes, como se preocupa com toda a gente. É por isso que o Município de Coimbra tem, há muitos anos, um conjunto de apoios sociais extremamente relevante e continuará a ter, nomeadamente através das Comissões Sociais de Freguesia.

### 3. Tempestade

*“Por fim, e tendo o executivo recebido nova comunicação de munícipes devido à tempestade do dia de ontem, se existem desenvolvimentos da intervenção na Rua de Baixo, na Zona da Casa Branca”.*

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que este projeto já foi submetido ao Executivo para aprovação e autorização da despesa. As obras são da responsabilidade da Águas de Coimbra e espera que possam decorrer a breve trecho para resolver ou pelo menos mitigar parte dos problemas elencados.

### Intervenção do Senhor Vereador Hernâni Caniço

#### 1. Barragem de Girabolhos

*“Sr. Presidente, senhoras e senhores, as mais cordiais saudações, nomeadamente ao sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Silvestre e sua população.*

*Se o sr. Vice-Presidente me permite informá-lo, o primeiro Hospital de Dia de Diabetes em Portugal, foi criado no Hospital Geral Central dos Covões, em Coimbra, em 1999”.*

O Senhor **Presidente** esclareceu que o que se está a criar agora não é um hospital de dia, no conceito que existia antigamente. É, antes, uma verdadeira clínica integrada de diabetes. Este tipo de conceito é igualmente necessário noutro tipo de patologias, no sentido de haver clínicas integradas que respondam a todas as necessidades de um doente que tem uma doença que exige a colaboração de várias especialidades. Essa integração e coordenação de cuidados não só facilita muito a vida aos doentes como melhora os cuidados clínicos que lhes são prestados e isso é preciso na ULS-Coimbra, explicou.

*“Passo à minha intervenção.*

*Estamos em época de invernias e riscos de calamidades, nomeadamente cheias e inundações.*

*A construção da Barragem de Girabolhos, estava integrada no Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico de José Sócrates de 2007, e foi cancelada pelo Governo socialista de António Costa em 2016, devido a critérios jurídicos, financeiros, expectativas dos municípios abrangidos, metas das energias renováveis e descarbonização da economia portuguesa.*

*Este Governo conservador, apressadamente, quer retomar a construção da Barragem de Girabolhos, através do plano Água que Une, a apresentar até ao final do ano, e que o sr. Presidente da Câmara de Coimbra reiteradamente tem reivindicado, de forma superficial, embora não se lhe conhecendo competências técnicas nessa área, nem as fontes de informação recolhidas.*

*Presume-se que graças a esta construção, Coimbra e a futura estação ferroviária de alta velocidade ficariam mais protegidas, mas a associação ambientalista ZERO pede mais estudos para perceber se a construção de novas barragens é mesmo a melhor solução para ajudar a evitar as consequências dos fenómenos extremos.*

*Francisco Ferreira, da Associação Zero, reputado especialista, está preocupado com a rapidez com que se está a desenhar o plano, alertando que é perigoso o Governo tomar decisões destas sem avaliar primeiro todas as opções.*

*Afirma que, no seu entender, “é uma decisão precipitada”, sem ter “os dados do ponto de vista técnico-científico-económico para decidir”, parecendo-lhe “um pouco excessivo”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*A Zero pede mais estudos económicos e de custo-benefício, para saber se a construção de novas barragens é a melhor solução, em termos de diferentes medidas e ideias para reter a água em caso de precipitação excessiva, porque “em muitos casos não são as barragens ou não são apenas as barragens que resolvem estes tipos de consequências de eventos meteorológicos extremos”*

*O especialista Rui Cortes, professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, denuncia que o Plano “Água que Une” (que está feito apenas virado para questões agrícolas, regadio e a seca), é feito à medida do agronegócio, e que “em circunstância alguma” a existência de barragens de retenção de cheia evitaria o que ocorreu na região espanhola de Valência, ao contrário do que diz o Governo conservador, que estes projetos são necessários para garantir capacidade de encaixe das albufeiras para evitar situações de cheia.*

*E Rui Cortes conclui que “o que o Governo pretende é satisfazer os grandes interesses de uma agricultura baseada no recurso água”.*

*Então como prevenir as inundações e suas consequências? Não há nada mais a fazer? Há, sim.*

*Os especialistas citam, além dos quebra-mares, barreiras, paredes ou sistemas de drenagem e irrigação, o diálogo sobre soluções como a dessalinização (que se vai iniciar no Algarve), os transvases (com resistências locais diversas) e o uso responsável de águas subterrâneas, para uma gestão mais equilibrada e sustentável dos recursos hídricos.*

*E também para impedir o aquecimento global por meio de medidas ecológicas, o incremento da agrofloresta, a não construção em leito de cheia, a boa permeabilidade do solo, os planos de emergência, os sistemas de alerta antecipado e o treino da população.*

*João Pardal, doutorando de Geografia Física, da FLUC, em artigo publicado no jornal As Beiras, em 19/11/24, quanto à Barragem de Girabolhos, refere que teria “de ser interpretado enquanto componente de um sistema em cascata do rio Mondego” (Asse-Dasse, Girabolhos e Midões), “e o aproveitamento existente da Aguieira”.*

*Diz ainda, “Contudo, considera-se necessária a elaboração de um estudo de conjunto, para um complexo de fins múltiplos, produção elétrica, controlo de cheias e reserva estratégica e fornecimento de água, para as populações e agricultura, que inclua um transvase para a Barragem de Fagilde, na bacia do Rio Dão”.*

*E, dentro da sua competência, indica “um conjunto de medidas que possam mitigar os efeitos destrutivos das cheias do Mondego, nomeadamente: uma gestão adaptativa do sistema Aguieira-Raiva-Fronhas, para eventos extremos que inclua a variável das alterações climáticas; a melhoria do escoamento da rede hidrográfica secundária e aplicação de técnicas de naturalização; a recuperação do coberto vegetal das cabeceiras da bacia hidrográfica; a melhoria do sistema de monitorização da bacia; o reforço das estruturas dos diques no leito central do rio Mondego; a articulação dos Instrumentos de Gestão de Território com o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações; a revisão dos Planos Municipais de Riscos de Cheias, nomeadamente as cartografias de inundação nos seus elementos de perigosidade, elementos expostos e vulnerabilidade”.*

*Daí, a gravidade do adiamento do Plano de Pormenor da Estação Intermodal de Coimbra para mais 2 anos, confiando na sorte...*

*Acrescenta ainda João Pardal que, “as obras de desassoreamento da albufeira em frente a Coimbra, realizadas entre 2017 e 2019” (da responsabilidade do executivo socialista de Coimbra, diga-se), “e nas quais foram retirados e devolvidos ao trânsito sedimentar a jusante do açude cerca de 700.000 m<sup>3</sup> de sedimentos, constituem uma importante medida de mitigação das inundações no Parque Verde e envolvente”. E “permitiram, igualmente, corrigir o perfil do rio a montante e a jusante do Açude Ponte de Coimbra, com a reabilitação das quedas, com a correção das suas soleiras, e preenchimento dos fundões”.*

*Dado que “os sedimentos retirados não são suficientes e muito menos serão eficazes por um tempo muito longo” é recomendado “a elaboração de um Plano de Desassoreamento da Albufeira do Açude Ponte de Coimbra até à ponte da Portela, que permita intervenções de manutenção e correção a médio e longo prazo”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Como se vê, há muito a fazer, inclusive pela Câmara Municipal de Coimbra, e a eventual construção da Barragem de Girabolhos, isoladamente, não é um milagre da Rainha Santa. Demos aqui a palavra aos especialistas, não enfeudados a conflito de interesses”.*

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que a não existência da Barragem de Girabolhos tem consequências brutais para a cidade de Coimbra no que respeita ao seu desenvolvimento territorial, com condicionantes impostas pelo plano de gestão de riscos de inundações, nomeadamente a subida da quota de cheia de 3 metros. Estão a impedir o desenvolvimento territorial em muitas áreas com grande potencial de desenvolvimento, onde se integra a zona da Estação de Coimbra B. E Coimbra tem todo o direito de exigir um grande desenvolvimento urbanístico, uma nova centralidade, defendeu. A zona da Estação de Coimbra B é um local com enorme potencial, que se poderá perder se não houver sensibilidade por parte do Governo relativamente a esta matéria, concluiu, acrescentando que as medidas elencadas pelo Senhor Vereador podem ser, de alguma forma, mitigantes. Mas a grande medida estrutural que se impõe, a bem de Coimbra, é a construção da barragem de Girabolhos.

O Senhor **Presidente** frisou que nunca ninguém disse que Girabolhos era um milagre da Rainha Santa, mas é essencial. Mas, após esta intervenção do Senhor Vereador Hernâni Caniço, não pode deixar de perguntar: o PS de Coimbra é contra ou a favor da construção da barragem de Girabolhos? É importante clarificar essa posição de uma vez por todas, porque o PS não pode refugiar-se em mais estudos, em medidas complementares que ninguém pôs em causa como sendo necessárias, também nas barragens de Midões e Asse-Dasse, que completam o projeto. Agora, a parte central do projeto está prevista há dezenas de anos e é a construção da Barragem de Girabolhos que, levemente, o Governo de António Costa suspendeu. É sabido que, quando alguém quer adiar alguma coisa, pede mais estudos e mais grupos de trabalho. Basta olhar para o que aconteceu em Valência para perceber que é preciso prevenir e que a Barragem de Girabolhos é uma urgência para Coimbra e para o Vale do Mondego. E já foi estudada.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** respondeu que, claramente, o PS é a favor da construção da barragem de Girabolhos, mas não isoladamente. É a favor, nos termos da sua intervenção, acima transcrita, clarificou.

### **Intervenção da Senhora Vereadora Rosa Cruz**

A Senhora Vereadora deu início à sua intervenção saudando os presentes, em particular o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre, agradecendo-lhe o facto de ter acolhido esta reunião.

#### **1. 2.ª Edição do Coimbra Magic Land – 15 de novembro de 2024 a 2 de janeiro de 2025**

Em resposta ao Senhor Vereador Francisco Veiga, a Senhora Vereadora lamentou que este esteja a ficar “contagiado” pelo Senhor Presidente, já que cada vez que a oposição coloca uma questão este entende-a logo como uma suspeita ou crítica. Frisou que na passada reunião fez tão somente uma pergunta, pediu esclarecimentos, até porque, como muito bem disse o Senhor Vereador Francisco Veiga, este assunto nem tem de vir a reunião da CMC. A questão foi colocada e foi esclarecida, ficaram a saber que a empresa está a gerir a Magic Land e que as receitas são para a empresa. Considera-se esclarecida e espera sinceramente que o evento seja um sucesso. Não acusou ninguém de má conduta nem de falta de transparência e não colocou a questão pelo facto do Senhor Vereador Francisco Veiga não estar presente, até porque não fazia a mínima ideia de que este faltaria à reunião.

#### **2. Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*“Hoje, dia 25 de novembro, é o dia instituído pela ONU como O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.*

*É da responsabilidade de todas e todos nós refletir aqui hoje sobre este assunto, porque é um flagelo contra o qual urge atuar. A violência contra as mulheres é uma realidade devastadora que persiste nas nossas sociedades, em todas as suas formas: física, sexual, psicológica e económica. É um grave problema de direitos humanos que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, e requer uma atenção imediata e incisiva. Infelizmente, os números falam por si. Estatísticas alarmantes mostram que uma em cada três mulheres já foi vítima de violência e a cada 10 minutos morre no mundo uma mulher vítima de violência doméstica. Esses dados não são apenas números; por trás de cada estatística, de cada número, há uma história de dor, de luta e, muitas vezes, de silêncio. Cada uma dessas mulheres merece ser ouvida, protegida e respeitada. Precisamos de romper o ciclo de violência e criar um mundo onde todas as mulheres possam viver sem medo de agressões, humilhações e desigualdades.*

*Este dia, em que se assinala o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, deve ser um dia de reflexão e consciencialização, mas acima de tudo, de ação.*

*Este dia, convida cada um de nós a refletir sobre o papel que desempenha nesta luta. Devemo-nos perguntar: o que eu posso fazer? Como posso contribuir para que a violência contra a mulher se torne um tema do passado? A mudança começa com cada um de nós e também nas instituições que dirigimos.*

*E por isso, não posso deixar de referir o Plano Municipal para a Igualdade, que é um instrumento de políticas públicas para a igualdade e não discriminação e na luta contra a violência.*

*No âmbito deste Plano Municipal para a Igualdade, um apelo para uma ação eficaz e continuada do Plano de Ação para Prevenção e Combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, que vise um planeamento das políticas municipais e estratégias de prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica.*

*Sabemos que um melhor conhecimento sobre a realidade requer uma maior proximidade, e este pode ser feito através da implementação de medidas nas escolas, nas freguesias, na administração pública.*

*Para uma maior eficácia das ações, na prevenção e no combate, pode-se estabelecer, alargar e reforçar as parcerias, articulando com os instrumentos disponíveis, falo das Comissões Sociais de Freguesia, do Fundo Social de Emergência, do Atendimento Social Integrado nas Freguesias, dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social no Concelho, que podem ser uma mais-valia na sinalização, na prevenção e na proteção das vítimas de violência, e também através de parcerias com organizações e instituições representativas.*

*O dia de hoje, é um apelo à solidariedade, ao lembrarmos as mulheres que perderam a vida e daquelas que ainda vivem sob a sombra da violência, mas também um dia de apelo à luta contra esta epidemia social.*

*Precisamos de debater e de nos unirmos contra este flagelo para que consigamos viver num ambiente onde a violência contra parceiro/as não tenha lugar. No dia que assinalamos hoje, precisamos de dizer basta à violência que em demasiados casos acaba com a vida das mulheres.*

*Estamos perante uma violação dos direitos humanos que nos convoca a todas e a todas a agir.*

*Aproveito para desejar à Sra. Vereadora Ana Cortez Vaz muitas felicidades nesta nova fase da sua vida”.*

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** associou-se à comemoração desta data, dizendo que, de facto, não é admissível, à luz de todos os valores, inclusive os plasmados na Constituição da República – que foi elaborada pelos deputados eleitos na Assembleia Constituinte no dia 25 de abril de 1975 e que entrou em vigor/foi promulgada a 2 de abril de 1976 – a violência, particularmente a violência doméstica, que é responsável pelo maior número de assassinatos neste país. Disse que há um combate imenso a fazer em torno desta questão.

O Senhor **Presidente** disse que, obviamente, se associava à comemoração desta data. Enalteceu a este respeito, o trabalho que é feito pelas Comissões Sociais de Freguesia nesta matéria.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da Senhora Vereadora Raquel Santos**

#### **1. Freguesia de São Silvestre**

*“Cumprimento o Sr. Presidente,  
Sr.as e Srs. Vereadores,  
Sr.as e Srs. Jornalistas,  
Colaboradores da autarquia,  
Todos os presentes e os que nos acompanham online,*

*Gostaria de começar por cumprimentar e agradecer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre, José Seíça, pela amabilidade em nos acolher aqui hoje. No entanto, lamento que estas reuniões continuem a não ser devidamente aproveitadas para proceder a um levantamento das reais necessidades das freguesias, no próprio local.*

*Parece-me que não se justifica a deslocação de tantos recursos sem um objetivo concreto. Aproveito ainda para referir que, até ao momento, nem sequer tenho acesso à internet.*

*Dito isto, e uma vez que estamos aqui, deixo os seguintes alertas:*

*A necessidade de apoio municipal para a conclusão das obras de ampliação do Centro de Saúde;*

*A execução da empreitada para o muro de suporte da Rua do Baleiro, em Quimbres;*

*A elaboração do projeto para o muro da Rua do Vale Tornado, em São Silvestre”.*

### **Intervenção do Senhor Vereador Júlio Gaudêncio**

#### **1. Comemoração do 25 de novembro**

*“Ex.mo Senhor Presidente*

*Ex.mos Membros da Vereação,*

*Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Silvestre, mais os eleitos da Junta e da Assembleia.*

*Senhores Jornalistas, Funcionários da Autarquia e os Portugueses que nos seguem pelas redes sociais.*

*Hoje, comemora-se o 25 de Novembro de 1975, data histórica que finalmente foi consagrada com uma Sessão especial na AR, mesmo com a abstenção do PS, na votação para a sua comemoração, ao fim de 48 anos!*

*O Grupo dos Nove, liderados pelo, agora, General Ramalho Eanes e ex- Presidente da República, apoiados por Mário Soares, Sá Carneiro e Freitas do Amaral e a preciosa ajuda da Jaime Neves, à frente dos Comandos e muitos outros democratas, travaram o PREC – Processo Revolucionário em Curso – liderado pelo PCP e forças extremistas da esquerda - , junto com alguns militares da linha de Vasco Gonçalves e repuseram os objetivos da Liberdade, da Democracia, do Desenvolvimento e da Descolonização, base do programa do MFA – Movimento das Forças Armadas.*

*A coragem destes militares, e de Mário Soares, na célebre concentração na fonte Luminosa, foi decisiva para que o processo de democratização plural, baseada na Constituição e na Lei Eleitoral.*

*Após a aprovação da Constituição, em 1976 e as eleições Livres para a AR a 25/Abril de 1976, para a Presidência da República a 27 de Junho de 1976 e as Autárquicas a 12 de Dezembro de 1976, consolidaram a Democracia em Portugal. Todos os Órgãos: desde o Presidente da República, ao poder Legislativo e ao Autárquico, estava assegurado.*

*Aqui se pode ver a relevância deste dia para a Democracia pluralista, baseada em Partidos políticos, em Portugal. Após o 25 de Novembro, o ano de 1976, foi decisiva na eleição livre e universal dos eleitos do Povo Português, consolidando o projeto do 25 de Abril, em LIBERDADE.*

*E, hoje, aqui estamos, em democracia, numa reunião do Executivo Municipal de Coimbra e nas instalações da Junta de Freguesia de S. Silvestre”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Intervenção do Senhor Vereador Miguel Fonseca

#### 1. Resposta ao comunicado da Comissão Política Concelhia de Coimbra do PS

*“Senhor Presidente,*

*Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre, na sua pessoa cumprimento os cerca de 3 mil habitantes desta bela freguesia do nosso concelho*

*Caros colegas de vereação*

*Senhores jornalistas,*

*Caros munícipes,*

*Boa tarde a todos e a todas,*

*Em resposta ao comunicado divulgado pela Comissão Política Concelhia de Coimbra do PS, no qual se afirma que a situação financeira na Câmara Municipal é “grave” e os dados “muitos preocupantes”, evidenciando o desequilíbrio da situação financeira da autarquia, tendo em conta que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses apontou Coimbra como sendo o município com “pior resultado operacional em 2023”, cumpre prestar o seguinte esclarecimento.*

*O EBITDA (resultado operacional) é um indicador utilizado na análise financeira que mede a eficiência operacional de uma empresa, independentemente da sua política de amortizações e depreciações, do montante de encargos com a dívida financeira, das suas receitas financeiras e da política fiscal. Este conceito não inclui essas componentes e, por esse motivo, designa-se, em português, “resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações”.*

*Uma provisão para um município é uma reserva de recursos financeiros destinada a cobrir despesas futuras ou potenciais, garantindo que o município possa cumprir as suas obrigações e enfrentar situações imprevistas. Essas provisões (que podem ser para despesas com pessoal, manutenção e investimentos, contingências para desastres naturais ou pagamento de dívidas e encargos futuros) são essenciais para a gestão financeira responsável e ajudam a garantir a estabilidade financeira, permitindo assim uma gestão mais eficiente e previsível dos recursos públicos, bem como a aplicação do princípio da prudência.*

*O Município de Coimbra confirma que o aumento da dívida citado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses está diretamente relacionado com o resultado líquido negativo gerado no ano de 2023, e que tal constituiu uma situação perfeitamente pontual, como se constata pelo histórico do indicador.*

*Como foi amplamente explicado aquando da aprovação do Relatório de Gestão, em sede de reunião de Executivo e de Assembleia Municipal, este resultado deve-se exclusivamente à obrigação do registo contabilístico, superior a 15 M€, em provisões para três processos judiciais em curso, dois dos quais do início dos anos 2000 (!), com alguma probabilidade de resultar, no futuro, em indemnizações a pagar pelo Município. O atual Executivo não tem nenhuma responsabilidade nestes processos, mas decidiu agir nesse sentido aplicando o princípio da prudência e de boas práticas de gestão, bem como os demais imperativos legais (a autarquia está obrigada a registar estes valores no ano em que deles toma conhecimento). Esta é, pois, uma decisão responsável e que em nada belisca as finanças do Município, antes pelo contrário denota a preocupação em apresentar contas transparentes, tendo em consideração as implicações que poderão eventualmente vir a ocorrer em exercícios económicos futuros.*

*A Câmara Municipal de Coimbra tem o dever de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos, promover o desenvolvimento sustentado e sustentável e proporcionar condições para a satisfação das necessidades dos munícipes. Neste âmbito, e naquilo que verdadeiramente diz respeito ao desempenho do Município na sua missão de serviço público, deve sublinhar-se um Saldo de Gerência de 16,7 M€ entre as receitas arrecadadas e as despesas efetuadas no ano de 2023, assim como uma poupança corrente de 16,3 M€, que foi utilizada para financiar os investimentos da Câmara Municipal. A “regra de ouro” imposta pela Lei das Finanças Locais foi cumprida com um excedente de 12,8 M€, expressando o equilíbrio orçamental (isto é, a*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*receita está ajustada à despesa certa e permanente) e, por outro lado, a taxa de execução da receita cobrada foi de 92,1% (superior aos 85% exigidos pela mesma Lei).*

*Deve recordar-se igualmente que foi realizado um empréstimo bancário no valor de cerca de 13 milhões de euros para diversos investimentos essenciais e transformadores no concelho, pelo que se trata de uma dívida positiva e construtiva. Apesar da contração do empréstimo, sublinhe-se que, comparativamente a 2022, a capacidade de endividamento adicional do Município de Coimbra aumentou, situando-se atualmente em 24 M€.*

*Uma Câmara Municipal, e Coimbra não é exceção, não tem de dar lucro, mas sim de assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos, promover o desenvolvimento sustentado e sustentável e proporcionar condições para a satisfação das necessidades dos munícipes. Que não fiquem dúvidas: é isso que acontece no nosso concelho, como comprova a certificação legal pelo Revisor Oficial de Contas!*

*A gestão do município tem sido rigorosa e transparente, encontrando-se a sua performance económica, em 30 de junho de 2024, devidamente refletida na demonstração de resultados, a qual evidencia um total de rendimentos no semestre de 64.283.849 euros e de gastos no montante de 59.988.376 euros, que se traduziu num resultado líquido positivo de 4.295.473 euros. Assim sendo, é expectável que esta tendência se mantenha até final do presente ano, perspetivando-se um resultado positivo à semelhança do verificado até 2023.*

*Aproveito igualmente esta ocasião para aqui trazer algumas evidências do Anuário 2023:*

*- Existem 13 municípios em Portugal com EBITDA negativo; se considerarmos o valor das provisões ao mesmo nível do ano anterior, o EBITDA seria positivo em cerca de 10 M€. Por outro lado, na página 252 do Anuário, são apresentados os Municípios com valor de provisões superiores a 5 milhões de euros nos últimos dez anos. Partimos, no caso de Coimbra, de um valor de provisões de 13 M€ entre 2010-2013 para um valor de 42 M€ em 2017, a que se seguem 45 M€ em 2018 e 34 M€ em 2019. Este valor baixou drasticamente para cerca de 3 M€ em 2020 e 4 M€ em 2021 (mantendo-se em 2022), quando da transição para o SNC-AP, tendo essa alteração sido validada por opção do então Diretor Financeiro, da Sra. Vereadora com o pelouro das Finanças e do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra no ano de 2020.*

*- Existem pelo menos 50 Municípios com resultados líquidos negativos; e em 2023, existiram 52 Municípios que passaram de resultados positivos para negativos. Naturalmente que a presença de Coimbra nessa listagem não nos agrada, mas tem a explicação que exaustivamente acabámos de prestar!”*

### **2. Prémio Municipal Empreendedorismo Feminino 2024**

*“Passando agora à minha intervenção no período antes da Ordem do Dia, não posso deixar de destacar a cerimónia de entrega do Prémio Municipal Empreendedorismo Feminino 2024, celebrada a 19 de novembro, no Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino, e felicitar as distinguidas, Teresa Mendes, vencedora do Prémio Carreira, e Irina de Sousa Moreira, distinguida com o Prémio Projeto, por representarem de forma tão notável o talento e a determinação das mulheres empreendedoras do nosso concelho.*

*Este prémio representa o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento económico, social, tecnológico e cultural do concelho. Ao instituir este prémio, o Município reafirma o compromisso com a igualdade de oportunidades, com a inovação e com o empreendedorismo como motores de um progresso inclusivo e sustentável.*

*Em tempos em que o empreendedorismo feminino ganha visibilidade, mas enfrenta desafios estruturais, este prémio assume um importante significado. O Município de Coimbra foi até agora o único do país a atribuir um prémio deste âmbito, reconhecendo desta forma a necessidade de enfrentar este que é um desafio global. O sucesso desta primeira edição deve-se à excelência e ao compromisso de todos os envolvidos. Recebemos 25 candidaturas ao Prémio Projeto e não posso deixar de manifestar a minha gratidão a todas as mulheres que se candidataram com projetos criativos e diferenciadores, demonstrativos do ecossistema vibrante e diverso que existe em Coimbra. O vosso trabalho, empenho e resiliência são verdadeiramente inspiradores.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O meu agradecimento também ao júri, presidido pelo Sr. Presidente, que foi exemplar e contou com mulheres de destaque em diferentes áreas (Carla Duarte, gestora de inovação no Instituto Pedro Nunes; Gabriela Fernandes, pró-reitora da Universidade de Coimbra para o Empreendedorismo; Maria Manuel Leitão Marques, professora catedrática da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Sara Proença, diretora da Academia de Empreendedorismo do Instituto Politécnico de Coimbra – INOPOL; Sónia Pinto, diretora do Centro Emprego Formação Profissional de Coimbra; e Brígida Silva Mateus, técnica superior na Divisão de Empreendedorismo e Atividades Económicas). O seu trabalho de avaliação das candidaturas foi feito com grande dedicação e em tempo recorde, mostrando assim um grande espírito colaborativo.*

*Além do prémio monetário previsto, foi também entregue às vencedoras uma peça de cerâmica, da autoria de Juliana Leitão Marcondes, Paoletti Avellar e U-la harda (esta última, marca de Cláudia Cid, residente do Lufapo Hub), a quem presto o meu reconhecimento pela sensibilidade e entrega a este projeto inovador. Que este prémio continue a incentivar as empreendedoras do concelho de Coimbra e que elas sintam que este Município está e estará cá sempre para as apoiar e reconhecer!”*

### **3. Startup Portugal (Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo)**

*“Permitam-me destacar também a assinatura do memorando de entendimento entre o Município de Coimbra e a Startup Portugal (Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo), no dia 14 de novembro, no palco internacional da Web Summit. Este acordo, que firmei em representação do Município, reforça a posição de Coimbra como cidade amiga do empreendedorismo e cria novas oportunidades para atrair talento, investimento e empresas de elevado valor acrescentado.*

*Estamos cada vez mais determinados em criar um ambiente que favoreça startups e scaleups. Para isso, comprometemo-nos a estudar incentivos fiscais, como a isenção de derrama municipal, e a dinamizar redes de colaboração entre o setor público, privado e a academia. São passos concretos que vão, com certeza, contribuir para alavancar o nosso ecossistema empreendedor.*

*No seguimento da assinatura deste memorando, tive a oportunidade de integrar, também na Web Summit e a convite da Startup Portugal, o painel de debate “Estratégias Regionais para a promoção do empreendedorismo”, onde pude referir a forte articulação entre os parceiros que compõem o nosso ecossistema empreendedor e a CM de Coimbra, o que tem sido decisivo para a atração e para a promoção de investimento no concelho.*

*É com orgulho que partilho o destaque alcançado pela startup conimbricense Framedrop.ai, considerada a mais promissora no programa Road 2 Web Summit 2024. Este reconhecimento, acompanhado por um prémio de 15 mil euros, sublinha a capacidade inovadora da nossa cidade e a relevância das soluções desenvolvidas aqui, que já têm impacto nos mercados dos Estados Unidos e do Reino Unido. Framedrop.ai é assim um exemplo da capacidade de Coimbra em liderar setores emergentes e globais”.*

### **4. Segunda edição da iniciativa “Bom Dia, Negócios”**

*“Por último, gostaria de realçar a segunda edição da iniciativa “Bom Dia, Negócios”, dedicada aos desafios das indústrias culturais e criativas. Este setor, que combina tradição, talento e inovação, tem um papel estratégico no desenvolvimento económico e cultural de Coimbra. Foi inspirador ouvir os contributos das associações, artesãos e representantes presentes (Catarina Pires, da Associação Há Baixa; Emília Pereira, da Associação Herança do Passado; João Amaral, do CEARTE – Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património e Ana Carvalho, da LUFAPO), tendo como anfitrião Eduardo Correia, do Refeitório da Baixa, que nos acolheu calorosamente nas instalações da Sociedade Cerâmica Antiga de Coimbra. O diálogo estabelecido reforça o nosso compromisso com o trabalho conjunto e com o apoio a iniciativas que valorizem o património cultural e artístico do nosso concelho. Coimbra estava sedenta deste tipo de ações e de ver o Município a cumprir o seu papel de entidade agregadora. Tanto assim é que o*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*grupo que esteve neste encontro já marcou uma segunda reunião no mês de dezembro, para em conjunto definir novas formas de colaboração e quem sabe novas oportunidades de negócios.*

*Caro presidente, caros colegas de vereação, caros munícipes, senhores jornalistas, Coimbra está a construir, com bases sólidas, um caminho pautado pela inovação, inclusão e sustentabilidade. Estamos, todos os dias, a trabalhar para criar as condições que potenciem o talento e os recursos do nosso concelho, posicionando-o como uma referência nacional e internacional e atraindo investimento porque, que não haja dúvidas, só assim conseguiremos definitivamente colocar Coimbra no lugar que é seu por direito próprio”.*

### **Intervenção do Senhor Vereador Carlos Lopes**

O Senhor Vereador saudou os presentes, em particular o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Silvestre, e proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

#### **1. Desporto**

*“No próximo dia 29 de novembro finalizamos o processo de formação em Suporte Básico de Vida (SBV) e Desfibrilhação Automática Externa (DAE) de 64 trabalhadores da Divisão de Desporto.*

*Esta formação foi especialmente pensada para todos os colaboradores e agentes desportivos que diariamente têm a responsabilidade de receber mais de 2.000 utentes em todas as nossas infraestruturas desportivas.*

*A importância deste conhecimento vai muito para além da formação teórica: trata-se efetivamente de uma ferramenta essencial que pode, de facto, salvar vidas.*

*Com esta formação, estamos a garantir que todos os nossos profissionais possam atuar com segurança e eficiência em situações de emergências, proporcionando um ambiente mais seguro para utentes e utilizadores”.*

#### **2. Ambiente**

*“A Câmara Municipal (CM) de Coimbra tem vindo a divulgar, na segunda quinzena de cada mês, o denominado Barómetro do Ambiente e da Sustentabilidade, com o objetivo de reforçar a transparência e a comunicação com os cidadãos.*

*Esta rubrica pretende dar a conhecer os indicadores mensais das intervenções dos serviços municipais nas áreas da gestão de resíduos, da limpeza urbana, da recolha de monos, das intervenções florestais e de atividades de sensibilização ambiental, sublinhando o compromisso da CM de Coimbra para com a proteção ambiental e a promoção da sustentabilidade, em complemento com o reporte mensal na área da limpeza urbana”.*

#### **3. Juventude**

*“Marcámos presença no Fórum DemoComp - Pontes para a Democracia e no Encontro Nacional de Associações Juvenis (ENAJ), o maior evento nacional de Associativismo Juvenil, organizado pela FNAJ, realizado nos dias 15, 16 e 17 de novembro, na Cidade da Covilhã.*

*Acompanhados por duas Associações Juvenis do nosso Concelho (a Finance e a Best Coimbra), dando “corpo” à nossa política de proximidade, comunicação friendly, aliada a um financiamento equilibrado, e que tem permitido estabelecer pontes efetivas com os jovens, numa intervenção nacional e internacional.*

*Na passada 2.ª feira marcamos presença no 35.º aniversário da FNAEESP. Ao contrário de outros Executivos, temos dito “presente”, nas várias tomadas de posse e eventos das Associações Juvenis, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelas mesmas nas suas múltiplas valências.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Com o mesmo espírito colaboramos na organização do Erasmus National Games 2024, cuja sessão de encerramento se realizou no Salão Nobre da CMC, no dia de ontem e onde registamos a maior participação de sempre de jovens europeus oriundos de 34 países (cerca de 200).*

*Nota final para informar que o próximo Conselho Municipal da Juventude se irá realizar no dia 30 de novembro, a partir das 14h00, e contará com a presença do Senhor Presidente da CMC que irá abordar com os Conselheiros, entre outros assuntos, os Impactos do Associativismo Cultural na Juventude”.*

### **Intervenção da Senhora Vereadora Ana Bastos**

#### **1. Extensão de Saúde de Taveiro**

*“Na passada 5.ª feira foi inaugurada a Extensão de Saúde de Taveiro um serviço de grande relevância que irá permitir aproximar os cuidados de saúde primários às pessoas, facilitando assim o acesso aos serviços e a melhoria da qualidade de atendimento a mais de 5.000 utentes da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.*

*A obra que resulta da requalificação e refuncionalização da antiga Casa da Criança, uma construção dos anos 70, com 2 andares, anteriormente com valências de caráter social. Foi uma obra complexa e que justificou o investimento de 988 076,78€ (acrescido de IVA incluído) atingindo os cerca de 1,050 M€.*

*Importa lembrar que a obra foi adjudicada, ainda pelo anterior Executivo à empresa Veiga Lopes, S.A, pelo valor de 713 860,06€ (+IVA), pelo prazo inicial de 365 dias, tendo o contrato da empreitada, sido celebrado em 25/11/2021.*

*Em 7/12/2021, fomos surpreendidos com a receção de um ofício da ARS, onde era exigida a revisão do projeto, entretanto adjudicado, repito! pelo anterior executivo, de forma a dar cumprimento às Orientações para Instalações e Equipamentos para Unidades de Saúde Familiar da Autoridade Regional de Saúde (ARS), o que obrigou a suspender a consignação dos trabalhos.*

*Impôs-se assim a revisão do projeto, por parte dos serviços municipais (arquitetura) e empresas externas (especialidades). Esse processo foi assumido como emergente, tendo a revisão do projeto sido concluída em 10/05/2022 (cerca de 5 meses). Dessa revisão resultou a contabilização de trabalhos a menos, no valor de 91 792,53€ (s/ IVA incluído) e trabalhos complementares no valor de 127 520,12€ (s/ IVA incluído), sem direito a prorrogação de prazo. De forma a ganhar tempo, esses trabalhos foram aprovados por despacho do Sr. Presidente em 16/05/2022 e posteriormente ratificados (deliberação n.º 472/2022), em reunião de Câmara Municipal de 06/06/2022.*

*A consignação dos trabalhos foi finalmente efetuada em 25/05/2022 e o contrato dos trabalhos complementares e a menos foi celebrado em 14/07/2022. Este atraso inviabilizou a candidatura entretanto submetida ao Centro 2020 para cofinanciamento da obra, o que justificou a entrada de um pedido de anulação/desistência, e uma nova submissão, em 29/09/2022, ao Aviso Convite N.º 12/C01-i01/2022 - Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, integrada no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).*

*Considerando que o Protocolo de Colaboração, entre o Município de Coimbra e a ARS Centro, para cedência de parte da Casa da Criança de Taveiro para instalação da Extensão de Saúde de Taveiro tinha sido assinado em 02/06/2022, esta nova candidatura obrigou à assinatura de uma Adenda ao Protocolo, a qual ocorreu a 29/09/2022.*

*Estes atrasos confrontaram-nos com a alterações à legislação, entretanto publicada, na área da térmica e que exigiu novos requisitos para legibilidade da candidatura ao financiamento do PRR. Tal obrigou a uma reanálise dos cálculos térmicos do projeto, por parte da empresa projetista contratada (Sistene Engenharia, Lda.), de forma a cumprir os critérios atuais. Essa análise resultou na necessidade de introduzir alterações ao sistema de iluminação e em instalar um sistema de geração fotovoltaica para autoconsumo e por inerência a revisão dos projetos da especialidade.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O projetista das instalações elétricas, externo à CM de Coimbra, enviou a revisão do projeto elétrico e ITED, incluindo o sistema de produção fotovoltaica, em 05/02/2023.*

*Em paralelo, com o desenvolvimento dos trabalhos e durante a fase de demolições pontuais de paredes ao nível do r/chão, foram detetadas algumas situações imprevistas do ponto de vista da estrutura existente (não correspondiam ao projeto), pelo que houve a necessidade de efetuar novos ajustes ao projeto quer de arquitetura quer de estabilidade. Verificou-se ainda que a tubagem existente estava muito danificada e com sinais graves de corrosão interior, obrigando à substituição.*

*Estas constatações imprevistas, justificaram alterações à Rede de gás medicinal, Projeto de AVAC, rede de abastecimento de água para combate a incêndios, etc. que se traduziram em trabalhos a menos no valor de 35 622,76€ (s/ IVA incluído), os trabalhos complementares, no valor total de 147 080,61€ e na prorrogação de prazo de 131 dias, aprovados em reunião de Câmara Municipal de 22/05/2023 (deliberação n.º 1325/2023), tendo o contrato dos trabalhos sido celebrado a 17/06/2023.*

*Posteriormente e no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT), e de forma a apresentar os elementos instrutórios da candidatura "Centro de Alojamento Temporário Coimbra Protege" que irá funcionar no piso 1 do mesmo edifício, revelou-se necessário materializar um percurso acessível a pessoas com mobilidade condicionada através da instalação de uma cadeira elevatória e a execução dos trabalhos necessários para o seu correto funcionamento.*

*Em complemento, durante a execução da obra foram ainda identificadas algumas imprecisões no projeto de execução, que foi necessário corrigir, designadamente no Projeto de Segurança contra incêndio e na rede de rega dos espaços exteriores*

*Desta revisão resultaram trabalhos a menos no valor de 6 091,70€ (s/ IVA incluído) e os trabalhos complementares, no valor total de 31 355,57€ (s/ IVA incluído), e a prorrogação do prazo de execução de 70 dias que mereceram a aprovação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de 09/10/2023 e a ratificação em reunião de Câmara Municipal de 16/10/2023 (deliberação n.º 17/10/2023).*

*Estas 2 prorrogações remeteram a conclusão da obra para o 04/01/2024. Em 17/12/2023 a empresa adjudicatária da obra solicitou o agendamento de vistoria para efeitos de receção provisória, a qual viria a ocorrer a 05/01/2024 tendo-se identificado algumas desconformidades, cuja correção foi programada até ao dia 05/02/2024.*

*Em fevereiro decorreram 2 ações de vistoria (5/02/2024 e 19/02/2024) onde se registaram outras desconformidades relacionadas com ensaios, configurações/afinações e formação de todos os equipamentos e sistemas instalados.*

*Em 04/03/2024, decorreu a vistoria para efeitos de receção provisória total, tendo-se concluído que os trabalhos se encontram em condições de serem recebidos provisoriamente.*

*Apesar destas correções terem prolongado a conclusão da obra em 2 meses, este período foi aproveitado para proceder às certificações dos sistemas de gás (05/01/2024), instalações elétricas (08/01/2024), e as formações das instalações técnicas - AVAC, CCTV, SADI, SDI, Som, sistema de chamada, central horária e UPS - aos técnicos indicados pela ARSC Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC).*

*Por essa razão, em reunião de câmara de 29/4, foi aprovada a concessão de uma prorrogação graciosa de prazo até 04/03/2024, data em que se deu por concluída a obra.*

*Esta súmula mostra como quer a atuação dos serviços da CMC quer do empreiteiro foi exemplar, pelo que apenas merecem o meu respeito e reconhecimento. Este processo pautou-se por grande profissionalismo, rigor e transparência e por isso mereceram sempre o voto favorável do PS.*

*Não posso por isso deixar de agradecer a todos os que contribuíram para o projeto e execução desta obra, desde logo à empresa Veiga Lopes, e em nome dos dirigentes Departamento de Edifícios e equipamentos municipais, Eng<sup>a</sup> Ana Pimentel, Eng<sup>a</sup> Sandra Vitória, Eng.º Pedro Neves e Eng.º Daniel Gaudêncio, agradeço a toda a equipa de técnicos municipais do nas suas diferentes especialidades que fiscalizaram e acompanharam a obra. Deixo ainda um abraço especial ao autor principal do projeto de arquitetura, e das diversas revisões, Arq. Joaquim Nunes também do DEEM".*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Terminou desejando ter esclarecido por que razão em Engenharia Civil nunca se pode prever com certeza o tempo que as coisas vão demorar, e tem experimentado isso mesmo com a obra do Sistema de Mobilidade do Mondego. E deu um exemplo: em dezembro vão entrar na fase de pavimentações, mas não tem garantias de que não vá chover. Portanto, não lidam só com questões de engenharia, há as questões de clima e de outros fatores imprevisíveis que nunca pode garantir que sejam favoráveis à execução de uma obra. Daí acrescerem sempre imprevistos.

O Senhor Vereador **Hernâni Caniço** agradeceu os esclarecimentos sobre o processamento da obra. Disse que não contestou nenhum atraso ao longo de todos os passos descritos pela Senhora Vereadora, o único atraso mencionado foi desde a conclusão da obra, a 4 de março de 2024, até à sua inauguração, em novembro. Referiu-se ao abrigo municipal de emergência, que ainda não está em funcionamento e apontou outras anomalias que seria bom que fossem corrigidas, concluiu.



### ORDEM DO DIA

#### PONTO I. ADMINISTRAÇÃO GERAL

##### I.1. DAG – Aprovação da ata da reunião da Câmara Municipal realizada no dia 11 de novembro de 2024

*Deliberação n.º 3018/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a ata da reunião do dia 11 de novembro de 2024, com as alterações introduzidas à respetiva minuta que havia sido previamente distribuída.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta. Não participaram na votação os Senhores Vereadores Francisco Veiga e José Dias por não terem estado presentes na reunião.

#### PONTO II. RECURSOS HUMANOS

##### II.1. DRH-DFDO – Reserva de Recrutamento Interna – Proposta de contratação de 1 Técnico Superior (Reabilitação Urbana) – Departamento de Gestão Urbanística

Nos termos e com os fundamentos constantes da comunicação remetida em 14 de novembro, foi solicitado o recurso à reserva de recrutamento pela Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, face à saída de uma trabalhadora para outro Organismo, e de forma a assegurar a normal prossecução das atividades das Unidades Orgânicas Flexíveis da referida Unidade Orgânica.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96584, de 19/11/2024, da Divisão de Formação e de Desenvolvimento Organizacional, que obteve parecer da Diretora do Departamento de Recursos Humanos, bem como despacho do Senhor Presidente, ambos de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3019/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a proposta de recrutamento, com vista à ocupação de 1 posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal em vigor, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Técnico Superior, na área**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**funcional de Reabilitação Urbana, existente no Departamento de Gestão Urbanística, com recurso à reserva de recrutamento interna constituída para ocupação de idênticos postos de trabalho, na sequência do Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior (Gestão Urbanística), publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE202310/0678, ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 30.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO III. FINANCEIRO

#### III.1. DF-DCR - Situação Financeira – Conhecimento

Foi presente o balancete referente ao dia 22 de novembro de 2024, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era de 18.977.123,53€ (dezoito milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e vinte e três euros e cinquenta e três cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 13.033.515,75€ (treze milhões, trinta e três mil, quinhentos e quinze euros e setenta e cinco cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 5.943.607,78 € (cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, seiscentos e sete euros e setenta e oito cêntimos).

*Deliberação n.º 3020/2024 (25/11/2024):*

- **Tomado conhecimento.**

#### III.2. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 26 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2024) – Conhecimento

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2024 da CMC, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 26 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 31/2024).

Assim, foi apresentada a informação n.º 95404, de 14/11/2024, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe do referido Gabinete e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, todos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 15/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3021/2024 (25/11/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 15/11/2024, que aprovou a 26.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 949.920,13€ em reforços e em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2024 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### III.3. DF-GCOF – Alteração ao Orçamento n.º 27 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2024) – Conhecimento

Ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, ponto 8.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e, ainda, da Secção II (Modificações Orçamentais), das Normas para a Execução Orçamental para 2024 da CMC, foi elaborada a Alteração ao Orçamento n.º 27 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 32/2024).

Assim, foi apresentada a informação n.º 95756, de 15/11/2024, da Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve parecer da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, ambos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 18/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3022/2024 (25/11/2024):*

- **Tomar conhecimento do despacho do Senhor Presidente de 18/11/2024, que aprovou a 27.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 20.000,00€ em reforços e em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2024 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais.**

### III.4. DF-GCOF – Proposta para deliberação da Assembleia Municipal de autorização de despesas plurianuais de acordo com Alterações Orçamentais em anos seguintes nas Grandes Opções do Plano (GOP) de 2024

Nos Documentos Previsionais do Município de Coimbra para 2024 (Grandes Opções do Plano e Orçamento – GOP e Orçamento), foi incluída e aprovada pelos respetivos órgãos representativos do município (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) a designada “Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro”, que prevê no seu ponto 1 que a Assembleia Municipal emite autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano (GOP), incluindo posteriores alterações que impliquem reforços orçamentais e/ou reprogramações dos valores dos projetos ou ações, através de alterações orçamentais, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96422, de 19/11/2024, do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que obteve pareceres da Chefe do referido Gabinete e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, todos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3023/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar os valores para anos seguintes reforçados nas Alterações Orçamentais de 2024 e enviar para apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal, da plurianualidade e**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**acréscimo das despesas em cada projeto/ação, das Alterações Orçamentais efetuadas até à presente data (da 1.ª à 26.ª Alteração Orçamental).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Nesta altura, por serem 17 horas, passou-se ao Ponto XIV da Ordem do Dia – Período de Intervenção do Público.

### PONTO XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### XIV.1. Miguel Francisco Garcez Palha Pessoa Vaz

O munícipe saudou os presentes e explicou que o que o trazia à reunião era o Bairro da Cumeada. Localizado na freguesia de Santo António dos Olivais, perto da sede desta, está o dito bairro, onde em tempos funcionou o Colégio de Camões. Criado nos anos 50 pelo ex Fundo de Fomento da Habitação, em conjunto com a CMC, o bairro dispunha de dois espaços destinados a jardins. Nas plantas iniciais isso era óbvio e vários moradores, que vivem lá desde a criação do bairro, lembram-se do jardim grande onde as crianças brincavam. Nos anos 70, mais propriamente em 1973, foram construídos, nesse espaço que correspondia ao jardim/parque infantil, dois pavilhões de carácter provisório, para alargamento do Instituto Industrial. O terreno era do Fundo de Fomento da Habitação (depois IGAPHE e atual IHRU) e a construção foi autorizada pela CMC. No ano seguinte, em julho de 1974, numa carta publicada no Diário de Coimbra intitulada “O imóvel estranho da Rua Teixeira de Pascoais”, os moradores referiam que viviam ali há mais de 20 anos e que tinham sido construídos no ano passado (1973) os tais dois pavilhões no recinto destinado a um parque infantil. Em 20 de agosto de 1974, o departamento de urbanismo da CMC faz um ofício em que reconhece que o “imóvel estranho” em causa são dois pavilhões do Instituto Industrial e que a sua implantação era muito infeliz.

Em 1990 volta a ser notícia que no local onde era suposto existir um parque para crianças foram implantados pavilhões do Instituto Industrial. Essa notícia levou a que, numa reunião da CMC de 22 de novembro de 1990, o Senhor Vereador Santos Cardoso, responsável do Departamento de Ambiente, Salubridade e Abastecimento, tenha considerado os pavilhões pré-fabricados de qualidade duvidosa e cujo volume de implantação era reprovável por todos. O então vereador considerou ainda que o Presidente do Politécnico de Coimbra, Requiça Ferreira, deveria apresentar uma solução para este problema. Os anos foram passando, várias diligências foram feitas nessa altura, nomeadamente a própria CMC solicitou um orçamento a uma empresa especializada no desmantelamento desses pavilhões pré-fabricados, que era de 9 milhões de escudos, para que fossem desmontados e montados em Bencanta, no recinto da Feira dos 7 e dos 23. Tal não aconteceu e, entretanto, o próprio IGAPHE (antigo Fundo Fomento Habitação) escreveu uma carta ao ISCAC-Instituto Superior de Contabilidade e Administração, que nessa altura já ocupava os pavilhões, dizendo que o terreno era pertença do IGAPHE e que precisavam dele, pelo que o ISCAC teria, no máximo, 60 dias para providenciar a demolição dos pavilhões e limpar integralmente o lote. Perante isto, a CMC terá chegado a acordo com o ISCAC e foi decidido demolir os ditos pavilhões. Em outubro de 1991 o ISCAC enviou um ofício a uma moradora do bairro informando que a demolição ocorreria nesse mesmo mês.

Entretanto, entre 1991 e 1996 não sabe o que terá acontecido. Apenas há registo de um ofício de 1996 enviado pelo então Presidente do ISCAC à CMC questionando por que é que não tinha sido feita a demolição, já que aquela estrutura representava um perigo para os moradores e para os docentes que ainda lá estariam. Em agosto de 1996 a CMC respondeu que não era possuidora do equipamento necessário para proceder à desmontagem dos pavilhões e que, dados os custos envolvidos, a desmontagem não teria viabilidade económica. Assim, durante um longo período os pavilhões mantiveram-se semi demolidos, sem ocupação, e o ISCAC foi para a Escola de Bencanta, onde funciona atualmente. Até que por volta do ano 2000, o ISEC foi ocupar esse espaço. Logo aí os alunos reclamaram, dizendo que o espaço não tinha



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

condições e que não percebiam como é que os alunos do ISCAC tinham saído por falta de condições e tinham-nos colocado lá a eles. Entretanto, foram feitas várias operações de cosmética e em 2004 foi notícia no jornal Público a denúncia pelos alunos da falta de condições.

Passados 51 anos, a situação mantém-se. No espaço onde era suposto estar um jardim e um parque infantil para os moradores e visitantes do Bairro da Cumeada, permanecem dois pavilhões com sinais claros de degradação. Nas fachadas dos edifícios há agora rachas evidentes em que há exposição do material de betão armado, há zonas do edifício que estão em fundamento, as colunas estão em fundamento, as escadas laterais neste momento já não são horizontais, são inclinadas, porque o próprio edifício provavelmente não foi construído nas melhores condições. Acresce que a cobertura desses pavilhões é de fibrocimento e, naturalmente, contém amianto e, sendo que são visíveis os danos no telhado, há um risco iminente de saúde. Perante esta situação, em setembro de 2023, entregou pessoalmente uma exposição à CMC, ao IPC e ao Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, que teve a amabilidade de o receber nesse mesmo dia. A CMC remeteu para a Junta de Freguesia e do Presidente do IPC, a quem entregou a carta em mãos, não obteve resposta até hoje. O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais deu parecer positivo às reivindicações dos moradores e disse que fazia todo o sentido aquele espaço voltar a ser um jardim e, se possível, ter um parque infantil. Entretanto, um grupo de moradores lançou uma petição que conta neste momento com 616 assinaturas (petição online) mais algumas dezenas de assinaturas manuais. Relativamente à petição, o Presidente do IPC disse que não sabia porque é que as pessoas reclamavam, uma vez que a maioria já tinha ido morar para ali com os pavilhões instalados, algo que o município refuta totalmente, até porque falou com várias pessoas que já lá moravam anteriormente, antes até da existência do Instituto Politécnico de Coimbra, criado em 1979. Diz ainda o presidente do IPC que o terreno é propriedade do IPC, mas não conseguiu confirmar essa informação. Ainda que seja assim, não invalida que para a CMC e para a cidade esta seja uma situação que põe em grave risco os moradores daquela zona, pelo que muito gostaria que encontrassem uma solução.

O Senhor **Presidente** agradeceu a intervenção e disse que pediu uma análise aos serviços camarários e, de facto, o terreno pertence ao IPC. Assim, a CMC não tem jurisdição sobre aquele espaço e não pode decidir o seu futuro, exceto se alguém decidir oferecer o terreno à Câmara. Basta passar lá para perceber o estado de degradação dos pavilhões, que são agora usados pela ESEC, afirmou, acrescentando que os moradores devem continuar a agir no sentido da defesa do regresso ao espaço inicialmente previsto – jardim e parque infantil. Assim, desejou que as aspirações dos moradores se concretizem e disse que até ele próprio assinaria a petição em curso. Acrescentou que a CMC por vezes não resolve tudo por insuficiência financeira, já que as suas receitas são insuficientes para as necessidades do concelho. O anterior Executivo decidiu baixar o IMI para o valor mínimo sem resolver primeiro os problemas estruturais de Coimbra e, por outro lado, dada a ausência de estratégia de desenvolvimento e crescimento do concelho, houve perda de população e uma muito reduzida atividade económica e industrial. Disse que têm de tentar trabalhar todos juntos para resolver aquele problema, antes que haja alguma ruína que provoque danos graves.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** disse que, tal como referido pelo Senhor Presidente, aquele espaço pertence maioritariamente ao IPC, havendo uma pequena parte que pertence à Universidade de Coimbra. Essa parte vai ser reabilitada e, inclusive, já tem o projeto aprovado. A curto prazo, ali surgirão residências universitárias. Quanto ao outro espaço, está convicta que a prazo também será reabilitado, até porque está muito bem localizado. Não obstante, frisou que o terreno é de índole privada e, portanto, a CMC legalmente não tem como agir, a não ser em situações de risco iminente de ruína, que não parece ainda ser o caso, ou não estariam ali a decorrer aulas. Se houvesse esse risco, a CMC podia intervir obrigando o proprietário a intervir nos edifícios, mas nunca poderia ordenar a demolição, porque eles estão legais, explicou. Disse que não compreende a expectativa que se gerou na população, porque nunca houve nenhum instrumento de gestão territorial dessa zona, nunca houve um plano de urbanização que previsse um espaço verde. Ou seja, esse espaço verde nunca foi materializado em nenhum instrumento de gestão territorial nem foi devidamente



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

salvaguardado. Acresce que no PDM essa zona permite a construção e o terreno tem o seu valor construtivo. Claro que isso não quer dizer que não sejam necessários espaços verdes, que são, mas há que entender a parte dos privados, que também têm as suas ambições, que são legítimas. Terminou frisando que a CMC está sempre do lado da solução e, naturalmente, se puderem chegar a um consenso chegarão, mas partirá sempre da boa vontade do IPC.

Nesta altura retomou-se a ordem de trabalhos.

### III.5. DF-GCOF – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 da CMC

Em conformidade com o Despacho n.º 14/PR/24, de 25 de julho de 2024, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e das posteriores propostas dos serviços municipais aprovadas pelos Senhores Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2025 – “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025” da Câmara Municipal de Coimbra, em conformidade com o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que determina o regime jurídico das autarquias locais), e posteriores alterações. Acresce, ainda, a legislação respeitante à Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e posteriores Decretos-Lei, que concretizam o quadro das respetivas transferências de competências).

Sobre este assunto, o Senhor **Presidente** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Hoje, a Câmara Municipal de Coimbra vai analisar e votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2025, no valor de 249,1 ME. Este orçamento, elaborado numa conjuntura de forte instabilidade económica e social a nível global, reflete o amplo sucesso das candidaturas apresentadas pelo Município ao PRR e ao Acordo de Parceria Portugal 2030, não representando este elevado valor orçamental que a Câmara tenha aumentado significativamente a capacidade de financiamento e investimento próprio.*

*Por vezes as pessoas têm alguma dificuldade em perceber esta diferença, sobretudo quando a mesma é alvo de demagogia política deliberada e populista, o que é frequente em Coimbra. Assim, esclarecendo, o elevado valor do orçamento deve-se ao imenso e dedicado trabalho desenvolvido pelo atual executivo e pelos dirigentes e trabalhadores da CMC no desenvolvimento de projetos e na candidatura dos mesmos a financiamento, com assinalável êxito. Naturalmente, este financiamento não pode ser destinado para quaisquer outros fins, mas não há dúvidas que projetos como a Quinta das Bicas, a Eugénio de Castro, o Teatro Sousa Bastos e muitos outros vão mudar a face de Coimbra.*

*Desta forma, continuam a existir fortes constrangimentos à possibilidade de concessão de apoios e de resolução dos problemas estruturais de Coimbra no curto prazo, pois na realidade a maior parte das verbas do orçamento já está consignada para fazer face às despesas fixas e de funcionamento da autarquia, bem como para os programas com financiamentos aprovados.*

*Para que a Câmara possa aumentar a sua capacidade de financiamento própria, para resolver tantas e tão graves lacunas estruturais do nosso concelho, é preciso desenvolvimento, captação de investimento público e privado, criação de emprego e crescimento demográfico, o que tem vindo a acontecer desde 2022 e, progressivamente, trará resultados muito positivos. Só assim conseguirá aumentar saudavelmente a receita para fazer face às incontáveis solicitações diárias da parte de pessoas e entidades à Câmara Municipal.*

*Não podemos esquecer que, durante 8 longos anos, o executivo socialista que nos precedeu não conseguiu trazer uma única nova marca ou investimento internacional para Coimbra, limitou-se a aprovar a mudança de Olympus de Torre de Vilela para o iParque, ainda assim, um bom investimento, mas muito pouquinho para 8 anos. Em três anos do nosso executivo, já se instalaram em Coimbra a IBM, a Open Cosmos, a Constellation, a Deloitte, a Accenture, a PwC, a Airbus, entre outras, e outras estão a caminho. Esta é a*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*trajetória que Coimbra tem de percorrer e está a percorrer, recuperando rapidamente dos atrasos do passado.*

*As GOP e o Orçamento de 2025 reafirmam o papel da Câmara Municipal Coimbra como agente central na promoção de uma agenda política voltada para o desenvolvimento sustentável, para a coesão social e para a inovação urbana. O foco em áreas como habitação acessível, mobilidade sustentável e modernização administrativa revela uma visão de futuro alinhada com os desafios globais. Esta abordagem pretende, assim, consolidar Coimbra como um polo regional de progresso, reforçando o compromisso do Executivo Municipal em garantir mais qualidade de vida a todos os munícipes, com um modelo de governação responsável, transparente e inclusivo.*

*Para acompanhar o crescimento conseguido por outros municípios, que facilmente ultrapassaram Coimbra, são necessários, entre outros, oito fatores nucleares: 1) uma Câmara a funcionar bem e com celeridade; 2) a captação de investimento empresarial, a reindustrialização e a criação de emprego; 3) um Plano Diretor Municipal (PDM) que permita um urbanismo moderno e cosmopolita e a recuperação de zonas degradadas; 4) uma maior dinâmica económica, social, ambiental, cultural, desportiva e turística; 5) uma estratégia de desenvolvimento sustentado e sustentável, com uma visão metropolitana da região e forte aposta nas mobilidades suaves, na alta velocidade ferroviária e na reabilitação do edificado; 6) o reforço da descentralização e financiamento das Juntas de Freguesia; 7) uma maior receita camarária, suficiente para fazer face a todas as carências; 8) governação com a máxima transparência e abertura.*

*É indiscutível que a Câmara, depois de deixar de funcionar a papel, porque convém recordar que encontrámos uma Câmara a funcionar a papel, e de ter sido realizada a sua reestruturação, agora já totalmente digitalizada, funciona e responde hoje muito mais e muito melhor. São vários os projetos estratégicos com financiamento europeu formalmente aprovados. A coordenação das complexas obras do MetroBus e do desvio e modernização de todas as infraestruturas subterrâneas, com introdução de várias e significativas melhorias nos deficientes projetos herdados, já permite ver a evolução e a reabilitação ao longo do canal; uma coisa é certa, com a incapacidade de resposta que o anterior executivo demonstrou durante a fase de desenvolvimento do projeto, se o mesmo tivesse continuado, seria uma catástrofe... Em 2023 foram licenciados 252 edifícios, o valor mais alto dos últimos 12 anos (PORDATA) e o tempo de resposta do urbanismo reduziu em 70%. Lidamos hoje com uma média diária de 5559 emails externos, 365 dias por ano, uma pressão de trabalho extrema.*

*A instalação de novas empresas no concelho e de várias multinacionais é uma realidade. Foram vendidos todos os espaços restantes em áreas empresariais, está a ser aumentada a área do iParque e a ser criada uma nova zona industrial, porque antes de nós nada estava a ser feito pelo executivo socialista. O Regulamento da Via Rápida do Investimento acelera processos mais impactantes. Só no edifício da Torre Arnado já se instalaram 3 multinacionais, que criaram mais de 300 empregos para jovens talentos e continuam a contratar. O trabalho conjunto com os principais parceiros do concelho e o êxito da Coimbra Invest Summit, com apostas nas principais competências locais, saúde, inovação e tecnologia, espaço e, para o ano, turismo, têm contribuído para colocar Coimbra no radar de investidores nacionais e internacionais e facilitar o networking empresarial.*

*Como resultado, a população residente em Coimbra, depois de um longo declínio, por falta de emprego e de oportunidades, recomeçou a aumentar progressivamente desde 2022, o que se pode confirmar pelas estatísticas da PORDATA e pela dinâmica do mercado imobiliário.*

*O PDM está a ser revisto ativamente, para libertar Coimbra da mentalidade do milénio passado, permitir uma maior densificação do meio urbano e crescimento em altura, respeitando a zona Unesco, rentabilizar as estruturas subterrâneas, incrementar a utilização dos transportes públicos, mais e melhor construção, com menor impermeabilização do solo e mais espaços verdes, e abrir a cidade à arquitetura contemporânea.*

*O forte investimento nas diferentes dinâmicas do concelho, em que incluo a “Coimbra, Região Gastronómica”, um enorme êxito, tem produzido excelentes resultados, tornando Coimbra mais reconhecida, atrativa, festiva, alegre, regenerada, inclusiva. Reforçou-se o investimento na Cultura em 50%,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*investiu-se fortemente na reabilitação de escolas e em habitação camarária, apostou-se em grandes eventos, com a ajuda da Taxa Turística, a Feira do Livro atingiu um elevado reconhecimento, os eventos culturais e corporativos no Convento São Francisco duplicaram, criou-se a agenda.coimbra com a UC, etc., etc....*

*A transformação do limitado lifting socialista da Estação Velha, que impedia a alta velocidade de entrar em Coimbra, numa grande estação central intermodal de qualidade internacional, acomodando a alta velocidade (com o concurso já lançado), o trabalho com concelhos vizinhos para a gestão conjunta do ciclo da água e a criação da Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra representa uma nova postura de colaboração regional da Câmara de Coimbra e a criação de alicerces sólidos, com a CIM-RC, de uma verdadeira zona metropolitana de Coimbra.*

*As GOP e o Orçamento dos SMTUC para 2025 apresentam um orçamento de 39,9 M€. Será dada continuidade à política de renovação da frota e de incentivo à utilização do transporte público, que se traduzirá num esforço de investimento de cerca de 14M€, no âmbito de uma candidatura ao Fundo Ambiental / Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, para a compra de 30 novos autocarros elétricos (14 standard e 16 médios) e respetivos carregadores, que vão substituir autocarros mais antigos e com menor eficiência (económica e ambiental), contribuindo para uma forte melhoria do serviço prestado aos utentes, depois da aquisição de outros 22 autocarros elétricos que entraram ao serviço no princípio de 2024. É a maior injeção de autocarros novos nos SMTUC de sempre! Pela sua importância, refiro a aquisição de mais uma viatura de transporte especial, no valor de 85 mil euros, com vista a aumentar a oferta e a melhorar a prestação do serviço às pessoas com mobilidade reduzida.*

*Recuperou-se o atraso das obras nas Juntas de Freguesia, entre 2022 e 2024 reforçou-se o financiamento médio transferido para as freguesias em mais de 50%, para 2025 aumenta-se o orçamento para obras em 12,4%, a manutenção dos espaços verdes das escolas em 5%, os autos de transferência serão atualizados, com efeito em 2025, pelo valor da inflação e apresenta-se um relatório trimestral do Funcionamento da Divisão de Apoio às Freguesias ao executivo camarário, o que nunca tinha acontecido.*

*Deixemo-nos de hipocrisias, só é possível resolver as graves insuficiências estruturais do concelho de Coimbra, em quase todos os setores, se o valor da receita da Câmara aumentar. Hoje, com o IMI no mínimo legal e tendo prescindido no passado de uma estratégia de desenvolvimento empresarial, Coimbra não gera receita suficiente para as suas necessidades. Por exemplo, os impostos cobrados pela Câmara não são sequer suficientes para pagar a despesa com os seus recursos humanos.*

*O desenvolvimento económico, social e cultural e o crescimento da população residente, que já está a acontecer, é o único caminho que permite aumentar saudável e progressivamente a receita camarária para poder acorrer a mais urgências e emergências.*

*Governar com a máxima transparência induz confiança nos munícipes e nos empresários, pelo que nos regozijamos pelo facto de a Câmara de Coimbra transmitir as reuniões do executivo em direto, ter instituído a figura da Provedoria do Município e ainda de, de 2017 para 2024, a Câmara de Coimbra ter passado do lugar 196 para o 9º lugar nacional, entre os municípios portugueses, nos índices de transparência municipal. Continuaremos a trabalhar para melhorar.*

*Entrados no quarto ano do mandato, é notório que estamos na trajetória certa, numa espiral ascendente e consistente de desenvolvimento, mas ainda há um longo percurso a percorrer, razão pela qual apresentámos um programa eleitoral para oito anos, um período essencial e suficiente para consolidar a mudança, transformação, modernização e crescimento do concelho de Coimbra.*

*É caricato que, quando ainda faltam tantos meses para o fim do primeiro mandato, em que muita coisas ainda vão acontecer, alguns se entretendam, numa demagogia sem fim, eivada de fortes traços politiquieiros e com algumas apreciações fortemente tendenciosas, a ver se já cumprimos o nosso programa eleitoral. Enfim, tudo faz parte da Democracia e a tudo respondemos com trabalho e resultados.*

*As GOP e o Orçamento para 2025, que agora apresentamos à análise do executivo camarário, são orquestrais neste percurso positivo de desenvolvimento de Coimbra”.*

O Senhor Vereador Miguel Fonseca proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

“

### I.

*Apresentamos hoje a votação o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2025, que foi elaborado em articulação com as linhas de orientação estratégica definidas para o mandato autárquico e que expressa as nossas opções políticas e os compromissos que assumimos com todos os coimbricenses. Tanto a discussão como a votação destes documentos são de grande significado político e estratégico, pois refletem a visão e as prioridades de investimento (para o próximo ano e os quatro seguintes) do Executivo municipal, constituindo um momento de elevada importância para a governação do nosso concelho. Esta é também uma oportunidade para aferir o nível de execução do programa eleitoral sufragado por maioria absoluta dos cidadãos de Coimbra e é, sobretudo, um exercício de transparência, que permite a tod@s acompanharem e compreenderem como os recursos públicos serão utilizados no decurso do próximo ano.*

*Como é usual, o processo de preparação dos documentos previsionais para 2025 foi iniciado com o despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 25 de julho de 2024, que determinou a todos os serviços municipais, bem como às entidades do setor empresarial local (Águas de Coimbra, iParque, Prodeso e SMTUC), a apresentação de propostas que, posteriormente, foram objeto de análise e enquadramento técnico, incluindo compromissos a transitar para 2025 e anos seguintes. Em seguida, foram realizadas reuniões de trabalho com os Vereadores com pelouros atribuídos e com os dirigentes dos respetivos serviços, de onde resultaram alterações que foram compiladas pelo Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos (GCOF) até à proposta final a apresentar aos Órgãos Municipais. No cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, foram igualmente realizadas reuniões com os presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia do concelho e todas as forças políticas com assento na Assembleia Municipal.*

*Neste momento, é da mais elementar justiça expressar, com profunda gratidão, o nosso reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para a elaboração destes documentos, em particular as equipas do GCOF e do Departamento Financeiro. O vosso empenho, profissionalismo e dedicação à causa pública foram exemplares, demonstrando um compromisso inabalável com o interesse coletivo. Reconhecemos, com apreço, os sacrifícios pessoais e familiares que muitos fizeram para responder a esta necessidade, e é com admiração que destacamos o papel fundamental que desempenharam na concretização desta missão.*

### II.

*Antes da sua apresentação mais detalhada, deve em primeiro lugar realçar-se que o quarto orçamento deste Executivo reflete, desde logo, as condicionantes que resultam da exigência de consolidação das contas públicas, assim como os pressupostos macroeconómicos e de política do Governo. Por outro lado, constata-se uma vez mais que este documento foi elaborado no quadro de uma conjuntura económica e financeira que apresenta uma trajetória de recuperação, expressa desde logo na inversão do inédito ciclo de dez subidas consecutivas das taxas de juro pelo Banco Central Europeu (BCE), ocorrido desde 2022 e que visou travar a escalada da taxa de inflação (que atingiram em 2023 níveis não observados há quatro décadas) desencadeada em grande medida pela invasão da Ucrânia pela Rússia há mais de 1000 dias (a 24 de fevereiro de 2022). Apesar da possível descida das taxas de juro de referência em dezembro, o que aconteceria pela quarta vez no presente ano, e da tendência descendente da taxa de inflação nos últimos meses, de acordo com as previsões económicas de Outono da Comissão Europeia, a inflação só deverá atingir em 2026 o objetivo de 2% que assegura a estabilidade dos preços na zona do Euro, persistindo ainda fortes incertezas e riscos globais a nível económico, geopolítico e comercial, como ainda muito recentemente foi assinado pelo vice-presidente do BCE.*

*O exercício orçamental para 2025 reflete ainda as últimas previsões disponíveis para a economia portuguesa, pelas quais a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deve aumentar para 2,1% no ano de 2025, continuando a crescer acima da área do euro. Esta evolução terá como base uma aceleração da procura interna, em particular do investimento e do consumo privado (traduzindo assim a gradual redução das taxas de juro e das taxas de inflação), e das exportações e ocorrerá num contexto de aumento sustentado do rendimento disponível das famílias em termos reais, associado aos aumentos salariais e prestações sociais, bem como à diminuição de impostos diretos. Por sua vez, a proposta de Lei do*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Orçamento do Estado de 2025 (ainda não aprovada) prevê um aumento de 5,8% para o ano de 2025 (cerca de 2 M€), nas transferências para o Município de Coimbra decorrentes da participação dos impostos do Estado (FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM – Fundo Social Municipal, participação no IRS, participação no IVA e n.º 3 art.º 35 Lei n.º 73/2023) e um acréscimo de 1,9% no Fundo de Financiamento da Descentralização, cujo valor aumenta, pelo menos no mesmo montante, o Orçamento da Despesa do Município.*

*Ao longo do ano, foi sendo apresentado em sede de reunião de Câmara, com periodicidade trimestral, o relatório sobre a execução orçamental da receita e despesa, que traduziu um acréscimo da despesa corrente do Município em 9,2 %, até setembro de 2024, com reflexo sobretudo em aumentos nas “Despesas com Pessoal” (+ 1.496.231 €; + 4%), essencialmente devido à atualização remuneratória, nos preços de bens e serviços (+ 1.835.489 €; + 7%), em resultado do acréscimo de faturação nos combustíveis e lubrificantes, assim como na alimentação – refeições escolares, transportes e outros serviços – e nos “Juros e outros encargos” (+ 173.352 €; + 14%), em resultado da autêntica escalada da taxa Euribor em pouco mais de um ano.*

### III.

*Do enquadramento geral que norteou a elaboração dos documentos previsionais para 2025, salta à evidência a existência de fatores não controláveis pelo Município. Assim, apesar de uma forte ameaça sobre as receitas previstas e potenciais acréscimos de despesa insuficientemente prevista, deve começar por destacar-se as boas perspetivas de obtenção de cofinanciamentos resultantes da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030.*

*Assim, a presente proposta de Orçamento totaliza 249,1 M€, prevendo-se uma poupança corrente (Receita Corrente > Despesa Corrente) de 17,9 M€ (7 % do total do Orçamento) que financia as Despesas de Capital, cumprindo assim a regra do equilíbrio orçamental global prevista no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).*

*O valor total do Orçamento representa um acréscimo de 15 M€ (+ 6,4 %) relativamente ao Orçamento inicial de 2024, e é superior em 12,8 M€ (+ 5,4 %) ao orçamento atual de 2024 (após modificações orçamentais, à data de 19/11/2024).*

*A este respeito, deve realçar-se que existem responsabilidades financeiras já registadas para 2025 no total de 82,5 M€ (relativos a despesas de funcionamento e de capital, não incluindo despesas com pessoal), resultantes de compromissos plurianuais, os quais asseguraremos com competência e rigor.*

*Analisando com maior detalhe, verifica-se que as receitas correntes são de 168 M€ (68% da receita total), as receitas de capital são de 70,7 M€ e as receitas não efetivas de 10,4 M€ (Ativos e Passivos Financeiros, onde foram considerados os valores a receber relativos aos empréstimos de médio e longo prazo, 2023-lote 2 e o novo empréstimo dos SMTUC-2024).*

*Como podemos ver em termos da desagregação das receitas correntes, normalmente a principal fatia do Orçamento Municipal é constituída por impostos diretos (56,5 M€, correspondentes a 22,7% do Orçamento total), nos quais assumem maior expressividade o IMI (cerca de 26 M€) e o IMT (20,8 M€). Podemos, pois, afirmar que os impostos sobre o Património são aqueles que representam a maior parte da receita de financiamento da atividade municipal, e que se estima que os Impostos Municipais sejam cerca de 880 mil € inferiores a 2024 (considerando a tendência decrescente da receita de IUC e IMT).*

*No ano de 2025, contudo, as transferências correntes constituem a principal fonte de receita do Município, representando 60,6 M€ (superiores em 6,2 M€ face a 2024), provenientes sobretudo de impostos do Estado (que representam cerca de 25 M€, com um acréscimo de 1,3 M€) e transferências da CIM- RC, do programa Iniciativa +TP e Passe Gratuito Jovem Estudante.*

*No que respeita às receitas de capital, destaca-se o peso muito significativo das participações por Fundos Estruturais Europeus e do Orçamento do Estado, na ordem dos 66,3 M€. Deve referir-se neste âmbito que alguns projetos, em especial os que estão candidatados ao PRR, estão dotados com a previsão de receita, em algumas situações, correspondente aos valores candidatados e consignados à respetiva despesa do projeto das GOP, estando ainda dotadas rubricas do Portugal 2020, com os valores previstos*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*para pedidos de pagamentos ainda não recebidos e pedidos de pagamento finais com o encerramento dos respetivos projetos.*

*Detendo-nos agora na vertente da despesa, as despesas correntes estimam-se em 150 M€ (60% da despesa total, representando um aumento de cerca de 11 M€ face ao orçamento inicial de 2024 e de 5,2 M€ face ao atual, após modificações orçamentais em 2024), e as despesas de capital em 88,8 M€, estando previstos 10,2 M€ para despesas não efetivas (Ativos e Passivos financeiros, onde se incluem as amortizações de capital dos empréstimos e a contratação do novo empréstimo SMTUC-2024, bem como outras participações financeiras.)*

*Nas despesas correntes, as componentes que assumem maior relevância são as despesas com pessoal (57,7 M€, com um acréscimo de cerca de 3 M€ face ao orçamento inicial de 2024) e a aquisição de bens e serviços (que representam 57,1 M€). Na primeira, destaca-se o aumento resultante das valorizações remuneratórias por alterações obrigatórias de posicionamento, progressões e mudanças de nível ou de escalão e ainda promoções, nomeações ou graduações em categoria superior, bem como o aumento do salário mínimo nacional e aumentos salariais constantes da proposta do Orçamento do Estado para 2025. Neste montante está incluído o valor relativo a contratações dos recursos humanos (estimado em 1,5 M€) que está refletido no Mapa de Pessoal para 2025 e que visam suprir carências existentes nas diversas áreas de atividade do Município. Já no que respeita às aquisições de bens e serviços, esta rubrica observa um acréscimo de 3,7 M€ em relação ao orçamento inicial de 2024, assumindo dotações orçamentais significativas decorrentes do aumento dos preços, que se expressa nas despesas relativas a alimentação e energia elétrica, recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos, limpeza e higiene, e combustíveis, entre outros.*

*Por sua vez, as transferências correntes representam 27,9 M€, onde se incluem essencialmente os elevados montantes para os SMTUC (que observam um acréscimo de 1,3 M€, no âmbito do Programa Incentiva + TP) e Passe Gratuito Jovem Estudante, para as Uniões e Juntas de Freguesia (no montante de 5,8 M€, por Contratos Interadministrativos, incluindo transferências de competências), bem como os apoios a diversas instituições sociais, culturais, recreativas e desportivas, sem fins lucrativos.*

*Finalmente, no atinente às despesas de capital (que totalizam 88,8 M€), constata-se que a aquisição de bens de capital é a componente com maior expressão, representando 79,7 M€, com um aumento de 10,5 M€ comparativamente ao orçamento atual. Esta componente assumirá, no próximo ano, uma importância acrescida e de extrema exigência face a 2024, ilustrado pelos elevados valores de investimento, designadamente nas áreas da Habitação (com os projetos PRR do 1º Direito, Arrendamento a Custos Acessíveis e BNAUT), Escolas do Ensino Básico e Secundário e Jardins de Infância, Uniões e Juntas de Freguesia (Contratos Interadministrativos) e intervenções no espaço Público. A execução destes projetos origina um acréscimo muito substancial dos valores do Orçamento de 2025, que são comparticipados em grande parte por fundos comunitários no âmbito do PRR e pelo Lote 2 do Empréstimo de Médio e Longo Prazo de 2023.*

*A partir da análise da aplicação prevista da receita na despesa por funções, que evidencia como são aplicados os rendimentos municipais, é possível ainda concluir que as Funções Sociais representam 66,2% (destacando-se Habitação, Ensino, Cultura e Ordenamento do Território), as Funções Económicas têm um peso de 17,4% (incluindo, sobretudo, os Transportes Rodoviários, que inclui nomeadamente as transferências a título cumprimento de obrigações de serviço público, Programa Incentiva + TP e Passe Gratuito Jovem Estudante, assim como o reflexo financeiro da concessão da rede de Transportes Rodoviários com transferência para a CIM-RC da parte correspondente ao Município de Coimbra,), seguindo-se as Funções Gerais com 10,3% (em que se destaca a Administração Geral) e as Outras Funções com 6,1% (que incluem sobretudo as Transferência entre Administrações, que se referem essencialmente às transferências para as Juntas de Freguesias no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Contratos Interadministrativos).*

IV.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Como é do conhecimento dos Srs. Vereadores, as Grandes Opções do Plano (GOP) definem as linhas de desenvolvimento estratégico do Município e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, constituindo o elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia. No ano de 2025, as GOP têm dotações orçamentais inscritas no valor de 174,5 M€ (dos quais 79,7 M€ para o Plano Plurianual de Investimento e 94,8 M€ para as Atividades Mais Relevantes), que são superiores em cerca de 17,8 M€ às iniciais do ano anterior.*

*A imagem apresentada reflete, precisamente, a expressão de cada um dos 13 objetivos estratégicos que compõem as GOP para 2025, que concretizam projetos e ações para o desenvolvimento e dinamização da economia do concelho.*

*Neste contexto, a Ação e Habitação Social apresentam pelo segundo ano consecutivo a maior dotação, com 45,5 M€ (26,1%), onde se destacam os elevados investimentos plurianuais no âmbito do cofinanciamento pelo Programa “1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação” cofinanciado pelo PRR, que constitui um programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais, complementar aos projetos municipais de apoio ao arrendamento a custos acessíveis. Neste contexto, evidenciam-se os acordos de colaboração celebrados com o Instituição de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) com previsão de investimento de 65,4 M€, estando já em execução e em fase de candidaturas e aprovação das mesmas, onde se inclui a conservação e reabilitação diversa de habitações propriedade do Município, e para projetos de habitação a custos acessíveis na região de Coimbra, estando previsto para o Município um valor de cerca de 10,5 M€, de investimento plurianual, ainda em fase inicial de manifestação de interesse das operações e candidaturas.*

*Segue-se Educação e Saúde, com 30,6 M€ (17,5%), onde se incluem ações relacionadas com a transferência de competências na área da Saúde, requalificação da rede de jardins de infância e do ensino básico do concelho, assim como investimentos com a transferência de competências na área da Educação, com despesas de funcionamento e projetos para recuperação e remodelação das escolas transferidas neste âmbito e os projetos da “Ampliação do Centro de Saúde Norton de Matos” e “beneficiação e conservação da escola Eugénio de Castro”, cofinanciados pelo PRR.*

*O objetivo Mobilidade, Trânsito e Transportes representa a terceira maior fatia das GOP, com uma dotação de 25,7 M€ (14,7%), destacando-se o investimento com as obrigações de serviço público com transferências para os SMTUC e operadoras privadas, que beneficiam igualmente de apoios do Estado (através do Programa Incentiva + TP 2024) e o passe Gratuito Jovem. É ainda relevante neste âmbito o reflexo financeiro da concessão da rede de Transportes Rodoviário da Região de Coimbra, com transferência para a CIM-RC da parte correspondente ao Município de Coimbra, a participação no capital social da Agência para a Gestão do Sistema Intermodal da Região de Coimbra (AGIT) e a contratação de um novo empréstimo para aquisição de 16 autocarros Midi e 14 autocarros Standard, no âmbito do Plano de Renovação da Frota dos SMTUC para renovação da frota, que atingem elevados montantes de investimento.*

*Por sua vez, o objetivo Cultura e Turismo representa cerca de 17,6 M€ (10,1%), incluindo investimentos com a animação e promoção turística, o projeto cofinanciado Coimbra Sustainable Tourism LMM, comemorações relevantes para o concelho, investimentos plurianuais como o projeto e construção do novo Centro de Arte Contemporânea (com possibilidade de cofinanciamento pelo Portugal 2030), apoio ao associativismo cultural, funcionamento e programação do Convento São Francisco, ou ainda os contratos-programa de obras e Wi-Fi no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e no Museu Nacional Machado de Castro, cofinanciados pelo PRR e a estabilização da encosta poente do Convento S. Francisco financiada pelo Empréstimo 2023 – Lote 2.*

*Já o objetivo Ambiente e Sustentabilidade possui dotação de 14,3 M€ (8,2 %), onde sobressai a recolha e tratamento de resíduos sólidos, a aquisição de serviços de limpeza urbana e recolha de resíduos urbanos, o desenvolvimento de atividades no âmbito do projeto GOLL (GREEN Olympic Living Lab Sport & Environment Change) financiado por fundos comunitários e do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O Espaço Público tem uma dotação de aproximadamente 9,5 M€ (5,4 %), que inclui a aquisição e expropriação de terrenos e edifícios, a concretização da estratégia de melhoria da mobilidade, a manutenção e beneficiação de estradas e vias pedonais, alguns investimentos a iniciar com execução plurianual, com vários projetos e execução de novas ciclovias, como seja a Ciclovia do Mondego, e ainda a gestão de tráfego e melhoria das acessibilidades entre as margens do Rio Mondego, entre outros.*

*As dotações para as Uniões e Juntas de Freguesia atingem 9,4 M€ (5,4%), englobando o apoio ao funcionamento e obras para o ano de 2025 e a execução prevista dos Contratos Interadministrativos, que transitaram do período entre 2018 e 2024. Neste Objetivo, a ligeira redução do valor orçado de 2025 para 2024 decorre da diminuição do valor relativo aos contratos Interadministrativos das obras de 2018 a 2024, que têm transitado em dotação definida nas GOP nos últimos anos e vêm sendo executados e pagos. O valor relativo ao ano de 2025 dos apoios e delegações de competências Municipais nas Juntas de Freguesias será aproximadamente de 7,5 M€ (7,4 M€ em 2024), sendo que os autos de transferência (apoio ao funcionamento) serão atualizados, com efeito em 2025, pelo valor da taxa de inflação que vier a ser fixada.*

*Destacam-se ainda os investimentos no âmbito da Administração Geral (que totalizam 8,2 M€, correspondentes a 4,7%), que contemplam um largo conjunto de projetos e ações para melhoria dos edifícios e equipamento municipais, assim como a continuidade da trajetória de modernização administrativa dos serviços.*

*Em síntese, a realização dos objetivos estratégicos constantes das GOP, e respetivos programas, implicará um grande volume de investimentos e de atividades, que se repartem em projetos e ações/sub-ações com forte impacto na vida da cidade, do concelho e da região, implicando um trabalho conjunto com as Freguesias, a Administração Central e as instituições e associações de Coimbra, verdadeiros parceiros da Câmara Municipal. O quadro apresentado na imagem permite, assim, evidenciar as principais prioridades, de acordo com os montantes de dotações orçamentais definidas, que correspondem aos mais significativos programas (por ordem decrescente) cujo valor é superior a 5 M€. Refira-se ainda que as GOP contemplam um total de 45,2 M€ de financiamento não definido, cuja concretização poderá efetivar-se pela obtenção de fontes de financiamento externas durante o ano de 2025, nomeadamente no âmbito do novo acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Europeia (Portugal 2030) e do PRR.*

*Deve realçar-se ainda que, pela segunda vez, está plasmado neste documento o contributo dos diferentes projetos e ações dos Objetivos das GOP de 2025 para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que foram definidos em 2015 e assumidos por todos os 193 países membros das Nações Unidas. Tal afigura-se particularmente relevante pois os ODS representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global, constituindo uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo. Estes objetivos globais devem ser acompanhados de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico, ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas, tendo como ambição “não deixar ninguém para trás”, com foco em áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir.*

### V.

*Em jeito de conclusão, há que realçar uma vez mais que o Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2025 foi elaborado num contexto de elevada incerteza e de fortes riscos subjacentes, devido essencialmente à influência adversa de fatores exógenos. Dessa forma, a preparação destes documentos previsionais obedeceu ao princípio de prudência (tanto no cálculo previsional das receitas como das despesas), com um controlo rigoroso dos níveis de endividamento a curto, médio e longo prazos, e cumprimento do enquadramento legal e demais regras e indicadores exigidos, de forma a permitir a afetação dos recursos aos objetivos estratégicos definidos.*

*O presente orçamento exige assim uma definição criteriosa e prudente de prioridades, de modo a obter o máximo de benefício social e desenvolvimento local, procurando ainda reforçar a consolidação orçamental e o controlo da dívida com recurso a capitais próprios e fundos estruturais europeus, bem como a fundos*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*nacionais, que permitem que o Município de Coimbra continue a ser um referencial de credibilidade e estabilidade financeira.*

*Dado que este Executivo tem uma vincada consciência social, em cumprimento do seu programa eleitoral e no âmbito de uma estratégia de crescimento sustentável, deve destacar-se a estabilidade ao nível da política fiscal (expressa na manutenção do IMI no limite mínimo legal, a minoração da respetiva taxa para prédios urbanos com eficiência energética, no benefício conferido aos munícipes pelo IMI familiar, e na redução da taxa normal de derrama para 1,45% sobre o volume de negócios superior a 150 mil euros) que visa incentivar a atividade económica e social do concelho, porquanto representa uma poupança muito significativa para as famílias e para as empresas.*

*Uma vez mais, deve realçar-se que este Orçamento está em grande medida alavancado no sucesso obtido nas candidaturas a financiamento europeu, em particular na área da habitação, pelo que não pode assim inferir-se que tenha aumentado significativamente a capacidade de financiamento autónomo da Câmara. Continuam assim a existir fortes constrangimentos à possibilidade de concessão de apoios e de resolução dos problemas estruturais de Coimbra no curto prazo, pois na realidade a maior parte das verbas do orçamento já está consignada para fazer face às despesas fixas e de funcionamento da autarquia, bem como para os programas com financiamentos aprovados. Exige-se assim o máximo rigor e equilíbrio na sua aplicação ao longo do ano, de forma a permitir acomodar alterações que se revelem necessárias face à elevada instabilidade do contexto geopolítico internacional para o ano de 2025.*

*Dito isto, pretendemos prosseguir com uma gestão financeira equilibrada, rigorosa, transparente, mas determinada e ambiciosa, que espelha o cumprimento dos compromissos que assumimos com Coimbra em 2021. Estas são as linhas orientadoras da atuação deste Executivo, pelo que é determinante o contributo de tod@s para as cumprir. Só assim vamos conseguir manter o elevado ritmo com que estamos a TRANSFORMAR, MODERNIZAR E ACELERAR COIMBRA!”.*

O Senhor **Vereador José Dias** disse que começaria por fazer um comentário às intervenções do Senhor Presidente e do Senhor Vereador Miguel Fonseca neste ponto, bem como à intervenção do Senhor Vereador Miguel Fonseca no período de antes da ordem do dia. De facto, o comunicado do PS teve como pressuposto uma certa margem de gestão que todos têm consciência de que existe nas contas públicas. E dentro dessa margem existem sinais mais negativos e outros mais positivos. Como referiu o Senhor Vereador Miguel Fonseca, os números não mentem e o PS tem vindo a identificar em vários momentos, ao longo destes três anos de mandato, alguns sinais de preocupação. Assim, entende que o que conta mesmo é a tendência e disse que a isso mesmo se referiria na intervenção abaixo transcrita. Estranhou que um Executivo que tanto preza os rankings nacionais depois, quando de facto, um não é abonatório, tente desconsiderá-lo, até na análise que acabou de ser feita. Porque foi feita uma análise comparativa, ao nível do financiamento captado, relativamente ao mandato anterior, mas a verdade é que toda a gente sabe que este mandato tem o maior financiamento disponível em Portugal de que há memória – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Portanto, todos sabem perfeitamente que muitas das oportunidades obtidas durante este mandato foram previamente negociadas em anos anteriores e o PS até tinha canais privilegiados para fazer essas negociações, quer através da presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer em articulação com vários ministérios. Este trabalho é contínuo e o que se está agora a fazer é colher os frutos do trabalho do PS ao longo de vários anos. Disse que não é só no momento das candidaturas que se faz uma avaliação, que foi o que hoje aqui foi feito. Portanto, aconselhou todos os membros do Executivo a serem intelectualmente honestos, porque considera que só a proximidade às próximas eleições autárquicas pode justificar aquilo a que acabou de assistir. Disse que o Senhor Presidente repete frequentemente que os projetos deste Executivo são para 8 anos, mas se calhar devia atualizar essa estimativa, porque tantas foram as promessas que foi acumulando ao longo destes três anos que as promessas iniciais do programa eleitoral já não bastam para 8 anos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Foi afirmado que este é um orçamento prudente, afirmação que os vereadores do PS não acompanham de todo, como passou a explicar na intervenção abaixo transcrita, que consubstanciaria a justificação de voto dos Vereadores do PS:

*“Sendo as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento instrumentos fundamentais para a concretização das políticas constantes nos programas eleitorais das forças políticas que governam as autarquias, era expetativa do Partido Socialista (PS) que, chegado ao último ano de mandato, fosse possível o cumprimento integral das promessas firmadas com as/os conimbricenses. Verifica-se, agora, face à documentação apresentada, mais um adiamento, já não sendo viável a concretização das inúmeras propostas que foram sendo feitas antes e durante o quadriénio 2021-2025.*

*Por exemplo, no dia 17 de setembro de 2021, a coligação “Juntos Somos Coimbra” anunciava a implementação de um Plano Marshall para a Baixa, referindo o Senhor Presidente: “É preciso – já o propusemos e já o teríamos feito – construir uma residência de estudantes na Baixa e uma sala de estudo 24 horas aproveitando os prédios devolutos.”*

*Estas duas promessas foram avançadas, mais concretamente, quando o movimento “Somos Coimbra” se encontrava na oposição, em janeiro de 2020, sendo que, supostamente, já as teriam concretizado em setembro de 2021, caso estivessem no poder. Quando efetivamente assumiram os destinos camarários, e volvidos três anos – o dobro do tempo que diziam necessitar para construir uma residência de estudantes e uma sala de estudo 24 horas –, esses projetos ainda não passam de uma miragem, contribuindo para a sensação de que o Plano Marshall mais não foi do que um excesso comunicacional.*

*Mas estes não são casos únicos. Ao longo do exercício das atuais funções autárquicas, a coligação de direita vinculou-se a um volume cada vez maior de projetos, observando-se um grau de megalomania crescente em cada iniciativa divulgada.*

*Veja-se o debate realizado na sessão camarária do dia 19 de setembro de 2022, tendo sido proposta a criação de um Centro de Arte Contemporânea, com ocupação de parte do edifício da Polícia de Segurança Pública, até à Escola Jaime Cortesão, requalificando-se todo esse edificado, a rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, a Manutenção Militar e, adicionalmente, construir-se-ia um elemento arquitetónico vertical para recriar a antiga Torre dos Sinos. Um projeto superior a 18 milhões de euros entretanto esquecido.*

*Pode ser também recordada a decisão de requalificação do antigo Hospital Pediátrico, para instalação de uma Casa das Comunidades, em reunião do dia 2 de abril de 2024. Com um valor a ultrapassar os 20 milhões de euros, seria objetivo, segundo o projeto de valorização patrimonial: “(...) construir salas de ensaio, espaços para experimentação, residências artísticas, sala de exposições, quartos mobilados para acolhimento de estruturas/agentes culturais, zona de coworking, cozinhas, salas de reunião, salas de formação, salas de trabalho, estúdios, com recursos (técnicos e outros) fundamentais à concretização dos mesmos, por parte dos profissionais dessas áreas.”*

*Estas iniciativas (entre muitas outras) partilham o mesmo resultado: após os respetivos anúncios, não há obra que se possa mostrar.*

*As GOP e o Orçamento constituem o registo institucional da estratégia para o Município. Ou assim deveria ser. Neste caso, e à semelhança do que tem sido o histórico desta coligação, não é clara a visão estratégica que pretendem executar, além de um constante retorno ao passado. Não deixa de ser irónico, aliás, que grande parte das iniciativas identificadas são transitadas dos mandatos do PS, que por sua iniciativa serão uma realidade.*

*E é por isso mesmo que o PS tem apresentado uma postura de oposição construtiva e propositiva, abstendo-se nos Orçamentos até agora apresentados. Acreditamos que criámos estabilidade para o executivo aplicar as suas políticas, sem bloqueios, num momento em que se vivenciou uma inflação considerável, enquanto se prosseguia a descentralização de competências para a autarquia. E podemos afirmar que, atualmente, encontramos-nos perante um cenário positivo do país para o próximo ano, com uma inflação controlada e crescimento económico, em que muito contribuiu a boa governação socialista na gestão das contas públicas nacionais.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Contudo, mesmo face à abstenção, deixámos avisos: o Orçamento apresentado em novembro de 2023, com um crescimento de praticamente 60 milhões de euros relativamente ao ano transato, era constituído por um grande volume de investimento, representando um elevado risco, uma vez que dos 70 milhões de euros previstos para investimento, mais de metade era vocacionado para habitação, sendo previsível a difícil execução da verba, atendendo aos problemas sentidos no setor da construção civil.*

*Mas era um orçamento de risco, igualmente, por ser alavancado em valores assinaláveis de empréstimos bancários, para além do perigo que representava o Orçamento Corrente, uma vez que 15% do mesmo não existia por se tratar de receitas que não iriam ser arrecadadas, enquanto as despesas correntes previstas iriam necessariamente aumentar, nomeadamente ao nível de recursos humanos e aquisição de bens e serviços, podendo originar problemas graves de tesouraria e aumento do prazo de pagamento a fornecedores.*

*Prometemos mantermo-nos vigilantes e acompanhar a execução orçamental, desejando que o equilíbrio das contas municipais fosse uma realidade, na linha do trabalho desenvolvido pelo PS à frente do Município, para que não hipotecássemos o futuro de Coimbra e privilegiássemos a liberdade na tomada de decisões estruturais futuras.*

*E, de facto, é devido a essa avaliação das contas que identificámos sinais de uma situação financeira preocupante, como consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente ao ano de 2023: Coimbra tem o pior resultado operacional (EBITDA) do país com -5.39 milhões de euros, ocupando o pódio dos piores resultados líquidos a nível nacional, com -16.4 milhões de euros.*

*Sendo a primeira vez que apresenta um resultado operacional negativo, o resultado económico-financeiro é preocupante porque o Município de Coimbra foi o 10.º Município com mais receita cobrada, no valor de 154.8 Milhões de euros (+31% do que em 2022). O concelho foi ainda o 13.º Município com maior passivo exigível com 64.2 milhões de euros (+11,3% do que em 2022), acima de cidades como o Porto. A juntar a este desequilíbrio, as dívidas a terceiros aumentaram cerca de 8.5 milhões de euros, e o orçamento apenas foi equilibrado devido a 9.3 milhões de euros de empréstimos, tratando-se esta de uma situação excepcional. Caso essa receita não tivesse entrado nos últimos dias do ano, a Câmara Municipal de Coimbra não atingiria rácios sustentáveis de execução da receita.*

*Consegue-se observar que em 2025 o passivo de médio e longo prazo vai continuar a aumentar, prevendo-se um crescimento líquido de 5 milhões de euros, enquanto o prazo médio de pagamentos – que se tem vindo a degradar nos últimos tempos, estando presentemente próximo dos 60 dias – pode agravar-se significativamente.*

*Ora, perante este contexto, as GOP e Orçamento terão um aumento de mais 15 milhões de euros, ou seja, mais 6% do que em 2024. Na receita previsional continua a alarmar-nos os 28 milhões de euros em outras receitas correntes que não têm qualquer fundamento: constitui 16% da receita corrente que sabemos, à partida, não ser executável, enquanto as despesas, certamente, subirão.*

*Permanecem os investimentos nas áreas da habitação, da educação e da mobilidade, justificados pelos projetos estruturantes nacionais alcançados pelo PS, mas consideramos incompreensível que o apoio às atividades económicas diminua em 37% e as áreas do desporto e da juventude tenham direito a uma fatia tão pequena, de apenas 1.66%, em contraponto com o turismo, que atingirá o dobro dessas verbas, aumentando 138%, para festas e grandes eventos. O prelúdio daquela que será uma Coimbra “mais festiva”, neste que é, coincidentemente, um ano eleitoral.*

*Em suma, este não é, definitivamente, um Orçamento do PS, mesmo que nele constem várias obras estruturais por si negociadas. A sustentabilidade dos cofres municipais está em causa, correndo o sério risco de comprometer o progresso do concelho e a ação dos mandatos seguintes. Os indicadores são negativos, em tempo precavemos para os perigos que se avizinhariam e não mais podemos permitir a degradação do erário público.*

*Assim, os/às Vereadoras/es do Partido Socialista expressam o seu voto contra as GOP e Orçamento para 2025, considerando que Coimbra precisa de um novo rumo e visão renovada, sempre assente numa boa gestão das contas públicas”.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Francisco Queirós** começou por cumprimentar e agradecer o árduo trabalho dos serviços responsáveis pela elaboração deste documento, nas pessoas da Diretora do Departamento Financeiro e da Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, presentes na reunião. De seguida, proferiu a seguinte intervenção, que consubstanciaria a justificação de voto do Vereador da CDU:

*“Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município a maioria define o conjunto de propósitos, que permitem essencialmente apreciar as prioridades do executivo camarário. Tal definição de prioridades determina, ou deverá determinar, a política do executivo para o Município.*

*Ora, a análise deste documento não evidencia a definição de linhas de rumo claras, continuando, no essencial, a assentar na “gestão corrente” da Autarquia, ou, quando o fazem, escolhem opções que não se nos apresentam como as necessárias para o desenvolvimento do município e para a vida dos munícipes.*

*O Orçamento agora proposto, traduz, como é sempre invocado e é aliás evidente, os efeitos do aumento da despesa. Aumento que decorre da situação geral da economia do País, com o agravamento dos custos da energia, dos combustíveis e de materiais que encarecem imenso as empreitadas, mas também (e muito!) da assunção de competências que cabiam ao estado central e que, diga-se, praticamente só a CDU rejeitou.*

*Constata-se, contudo, como ocorreu já no Orçamento e GOP deste ano, um acréscimo da receita, com origem em financiamento comunitário, designadamente do PRR, o que constitui, só por si, como referimos na apreciação aos documentos análogos em vigor em 24, uma oportunidade para o Município.*

*O enquadramento estratégico que enforma os vários objetivos retrata bem o que tem sido esta governação. Com efeito, a linha estratégica da coligação governante, tal como vem designada no enquadramento das opções do plano, corresponde a uma espiral que dá continuidade a práticas de anos anteriores e, até, de precedentes maiorias.*

*Ou seja, mantem-se um governo errático da cidade, cujas opções prejudicam significativamente os habitantes do Concelho, ainda que mascaradas por operações de propaganda e por festas de maior ou menor dimensão.*

*A omissão de ação para melhorar a qualidade de vida, de trabalho e de circulação em Coimbra, tem como contrapartida o exponencial aumento de verbas para Grandes Eventos, com um acréscimo de verba na ordem dos 138%.*

*Ora, sem negar a importância da realização de eventos e festas, continua a não se perceber, para além deles, a afirmação de uma clara política cultural municipal, assente no apoio firme ao tecido cultural e aos seus projetos, que não se fique por uma visão de “turistificação” da cultura.*

*Por outro lado, afirmações genéricas sobre a atratividade da cidade para empresas ou multinacionais, responsáveis por um grande crescimento do emprego, estão por comprovar. Nem sequer é garantido que, se emprego é gerado, ele se reflita no nosso concelho ou se, face à incapacidade do executivo e dos que o precederam em encontrar soluções para que os preços da habitação não aumentem continuamente, empurrando as pessoas para as periferias, os eventuais novos empregados se têm fixado nos concelhos adjacentes.*

*A intenção manifestada de trabalhar para proceder “a uma maior densificação do meio urbano e (do) crescimento em altura, incrementando a utilização dos transportes públicos”, não tem correspondência nas ações até agora tomadas.*

*A planificação urbana exigida pela maior densificação do meio urbano, obriga a estudar globalmente o sistema de transportes e a abordar temas como a saúde, educação, saneamento básico, segurança e infraestruturas.*

*Não ignorando as dificuldades económicas a que os Municípios têm vindo a ser sujeitos pelo alargamento das suas competências, sem o adequado suporte financeiro estatal – algo para que a CDU sempre e atempadamente alertou –, as opções definidas em sede de Plano e Orçamento, têm de ter em conta as necessidades e a melhoria da qualidade de vida das populações.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Não se pode insinuar como alternativa de financiamento do Município o aumento das taxas do IMI, sem que se esgotem alternativas mais amigas dos munícipes.*

*Há que continuar a exigência junto do Governo para que os Municípios sejam adequadamente ressarcidos dos aumentos de despesa a que foram sujeitos. Há também que procurar formas de financiamento complementares, como a que se encontrou aquando da EXPO 98, considerada a ocupação urbanística em torno do "metro" (Frente ribeirinha junto à Estação Nova, Casa Branca, Arregaça) e assegurar as devidas compensações ao Município.*

*Em sede de auscultação dos partidos e forças políticas, a CDU teve oportunidade de, em reunião com o presidente de Câmara e posteriormente em documento remetido ao Executivo, manifestar diversas preocupações e reafirmar prioridades de intervenção para uma boa gestão municipal.*

*I. Quanto aos trabalhadores do município:*

*- a concretização de obras nas instalações municipais, priorizando as mais degradadas e com menos condições de salubridade para os trabalhadores, como o Algar, os armazéns da Pedrulha ou as do Horto Municipal.*

*- a aquisição/modernização dos equipamentos, instrumentos de trabalho e viaturas em falta ou obsoletos, que não garantem aos trabalhadores condições de eficácia e, muitas vezes, de segurança.*

*- o reforço de recursos humanos, sendo notória a falta de pessoal para o cumprimento do serviço público em diversas unidades orgânicas, a que acresce o envelhecimento dos atuais trabalhadores e o consequente aumento do número de trabalhadores com limitações e trabalhos melhorados;*

*O mapa de pessoal não pode deixar de espelhar claramente os postos de trabalho efetivamente necessários ao bom funcionamento dos serviços, cabendo à Câmara desenvolver resposta eficaz ao preenchimento de lugares, dotando-se de todos os recursos humanos necessários para o cumprimento de um serviço público que se quer de excelência.*

*II. Quanto à higiene urbana:*

*Esta é uma dimensão central das preocupações e reclamações dos munícipes, existindo hoje várias zonas da cidade em que o lixo se acumula por vários dias (p. ex. baixa e alta da cidade).*

*Compete ao Executivo garantir a saúde e a salubridade pública, promovendo junto das entidades responsáveis, as ações necessárias para que Coimbra volte a ser uma cidade limpa. Desde logo:*

*- garantir a lavagem regular dos contentores do lixo*

*- assegurar a recolha diária de lixo em todo o Concelho*

*III. Quanto aos transportes públicos urbanos:*

*O caos e aparente degradação de funcionamento dos transportes públicos de Coimbra, não pode de modo algum continuar.*

*Após a reorganização dos SMTUC, a aquisição de novas viaturas e a contratação de pessoal, há que restaurar a confiança da população no transporte público e garantir a sua fiabilidade.*

*Não se conhecem as medidas necessárias para inverter a situação em que se encontram os transportes públicos municipais e para garantir uma adequada prestação do serviço aos utentes.*

*Aguardamos pelo estudo de compatibilização entre os serviços a prestar pelo "metro" e os SMTUC, não descurando o papel de serviço metropolitano, por estes prestados.*

*Relativamente à, para nós fundamental, política de transportes do Município, consideremos o espelhado nas GOP da Câmara, através do financiamento ao serviço e, ainda mais claramente, nas GOP dos SMTUC.*

*Os SMTUC, continuando a não beneficiar de apoio significativo do Estado central, continuam em grave crise, que se reflete de modo muito evidente na má qualidade do serviço prestado.*

*Há que inverter a situação, com urgência.*

*OS SMTUC são fundamentais para o desenvolvimento social e económico do Concelho e, por isso, nos opusemos à sua internalização.*

*Mas não é pelo aumento do seu tarifário, a que também nos opusemos, mesmo que apenas para os títulos ocasionais, que se resolverão as grandes dificuldades deste serviço. Há um caminho de recuperação por trilhar.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### *IV. Quanto à mobilidade pedonal:*

*- a definição e concretização de um plano de mobilidade pedonal que garanta, por todo o território e a todos os cidadãos, condições seguras de circulação, independentemente de serem idosos, invisuais, portadores de deficiência.*

*- assegurar a compatibilização dos circuitos para trotinetes, bicicletas e outros modos de mobilidade suave, com a segurança da circulação pedonal.*

*Atendendo à quantidade e duração das obras em curso, é também fundamental acautelar transitoriamente percursos alternativos para peões que lhes permitam percorrer, em segurança, as menores distâncias possíveis.*

### *V. Quanto ao fomento do parque habitacional:*

*Como desde há muito alertamos, a habitação é um dos maiores e mais sentidos problemas pela generalidade da população.*

*Se já era assim antes, hoje é ainda e mais imperativo e fundamental aumentar a oferta pública, disponibilizar habitação a custos acessíveis e controlados, concretizar todas as medidas que possam contribuir para a solução da crise habitacional, contrariando a especulação e a gentrificação.*

*O apoio a Cooperativas de Habitação, existentes ou a fomentar, com a cedência de terrenos e outros apoios que lhes permitam cumprir a sua missão, constitui também uma importante linha de trabalho nesta área, devendo assumir caráter prioritário na intervenção municipal.*

*Os projetos em curso, para construção de residências universitárias na baixa da cidade, que louvamos, deverão ser estendidos além deste grupo social, abrangendo ainda habitação destinada a famílias e a custos controlados.*

*A CDU recorda que é imprescindível que se concretize a Estratégia Local de Habitação, lançada sob veredicto CDU, que prosseguiu, ao longo de anos e mesmo sem grandes meios, uma política de requalificação dos bairros municipais.*

### *VI. Quanto a compromissos anteriormente assumidos:*

*As GOP continuam a não prever nenhuma ação que venha a permitir o lançamento do programa de refeitórios escolares com confeção local, assente na aquisição prioritária de bens a produtores locais.*

*Trata-se de um programa ambicioso, é certo, mas que melhoraria significativamente a qualidade da alimentação escolar das nossas crianças e jovens, e que poderia ser um dinamizador da atividade económica do Concelho.*

*Relativamente a áreas cuja competência está delegada ao Vereador da CDU, consideramos que a proposta contempla condições que permitem prosseguir o trabalho de melhoria do serviço público prestado.*

*Ainda assim, continua a ser fundamental:*

- avançar no projeto de reabilitação, modernização e aumento da eficiência energética do edifício da Casa da Cultura e seus equipamentos (incluindo a intervenção na antiga cantina dos SASUC e abertura do edifício ao Jardim da Sereia);*
- construir novas instalações para o Arquivo Geral Municipal;*
- garantir verbas e financiamento para a requalificação dos Jardins Históricos da cidade;*
- reforçar os recursos humanos da divisão de espaços verdes e jardins;*

*Reconhecemos que alguns passos positivos são dados no que concerne ao apoio às Juntas de Freguesia. É inegável a melhoria global do serviço prestado pela Divisão com esta competência. É também factual o crescimento dos apoios às Freguesias, designadamente quanto aos valores agora assumidos para os autos de transferência de competências, nos espaços verdes e nas vias, sargetas e espaços públicos.*

*Contudo, este avanço só dá cumprimento parcial às exigências das Freguesias, assumidas por todas em reunião com o executivo.*

*É importante recordar que muitos dos avanços no financiamento das freguesias têm de há muito, em mandatos anteriores, a marca da CDU que desde há anos exige o aumento das transferências de verbas a alocar às freguesias.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Em conclusão:*

*Da avaliação dos documentos previsionais das GOP e Orçamento da Câmara para 2025, entendemos que nos seus traços prioritários, estas propostas não são as que correspondem ao nosso programa, o que se compreende. Não satisfazem várias das orientações que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.*

*Hoje, como sempre, a CDU manter-se-á firme quanto à exigência de que novos passos sejam dados pelo executivo ao encontro das nossas propostas e sobretudo do melhor serviço para a população do concelho de Coimbra.*

*Importa recordar mais uma vez que a CDU se pauta pela total independência na decisão do seu voto nos órgãos autárquicos, que depende tão só da sua avaliação do mérito das propostas.*

*Assim, a CDU não votará favoravelmente a proposta apresentada.*

*A CDU afirma-se responsável e mantém-se disponível, ainda que em ano final de mandato, na procura das melhores soluções para o concelho, acreditando que a uma nova visão estratégica para o concelho possa corresponder a concretização de novas políticas municipais.*

*A CDU abstém-se”.*

O Senhor Vereador **Miguel Fonseca** disse que, com toda a consideração que tem pelo Senhor Vereador José Dias, têm todos de ser sérios. Disse que nunca desconsiderou o ranking, aliás, assumiu-o claramente na sua intervenção, acima transcrita: “*O Município de Coimbra confirma que o aumento da dívida citado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses está diretamente relacionado com o resultado líquido negativo gerado no ano de 2023, e que tal constituiu uma situação perfeitamente pontual, como se constata pelo histórico do indicador*”. Portanto, ninguém desconsiderou rankings e confessou que tem alguma dificuldade em identificar os referidos sinais de preocupação que supostamente foram surgindo ao longo do exercício do mandato, nomeadamente no que respeita à estabilidade financeira do Município.

Da intervenção do Senhor Vereador José Dias, considerou duas afirmações particularmente interessantes: a primeira, de que este não é o Orçamento do Partido Socialista. Naturalmente que não é nem tinha de ser, é o orçamento da Coligação Juntos Somos Coimbra. A segunda afirmação é a de que a estabilidade financeira do Município está em causa, e a esta respondeu categoricamente que não está. Já o disse, mas não é demais lembrar, que no 1.º semestre de 2024, mais propriamente a 30 de junho, o Município de Coimbra tinha um resultado líquido positivo de 4 milhões 295 mil 473 euros. Portanto, diria que, não ocorrendo nenhum imponderável, é expectável que esta tendência se mantenha até ao final do presente ano e, assim, perspetiva-se um resultado líquido positivo, à semelhança do verificado até 2023. Recordou também que a redução drástica, de 34 milhões em 2019 para 3 milhões em 2020 e 4 milhões em 2021, do valor das provisões foi uma opção política, não era uma obrigação decorrente da transição para o SNC-AP. Essa foi uma opção política assumida pelo então diretor financeiro, pela Senhora Vereadora Regina Bento como responsável pelo pelouro das Finanças e pelo Presidente da CMC, Manuel Machado, em dezembro de 2020. Foi uma opção, não era uma obrigação, e há informações da CMC que o ilustram.

Questões como a necessidade de constituição de provisões para fazer face a processos judiciais que remontam ao início dos anos 2000, relativos a expropriações para construção da circular externa, obrigam a CMC a registá-la no ano em que dela tiveram conhecimento (no caso, 2023).

Concordou com o Senhor Vereador Francisco Queirós quando este disse que as opções para o orçamento e GOP têm um só propósito: consubstanciarem-se na melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Essa é a preocupação de um Executivo responsável, transparente e rigoroso como é o atual, afirmou.

Acusou a bancada socialista de uma demagogia sem limites, nomeadamente no que respeita ao PRR. Recordou que, na sua configuração inicial, chamava-se *Next Generation EU*, e foi um plano europeu de resposta à pandemia. Depois evoluiu para Plano de Recuperação e Resiliência, quando aplicado aos vários estados-membros da União Europeia. Questionou o que aconteceria se as oportunidades criadas pelo PRR fossem desperdiçadas, o que não estariam hoje os vereadores do PS a dizer. Portanto, são criticados por aproveitar as oportunidades, como seriam criticados por desperdiçá-las. É verdade que estão num contexto



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

único de aproveitamento de financiamento no âmbito do PRR, no início do Portugal 2030 e ainda de fecho de algumas operações do Portugal 2020, porque estes acordos de parceria têm sempre algum *delay*.

Para concluir, afirmou que este Executivo não quer uma CMC de alegadas contas certas por incapacidade de investir desenvolvimento do concelho, como acontecia no anterior Executivo. Não quer um superavit orçamental como aquele que foi conseguido pelo anterior Governo à custa da maior carga fiscal de sempre, do desinvestimento nas pessoas e na forte degradação dos serviços públicos. Frisou que o que está hoje em análise é o orçamento municipal para o próximo ano e não o relatório de gestão, porque às vezes há quem disperse um pouco. Na primavera de 2025, então sim, discutirão em sede própria algumas das questões hoje levantadas pelo Senhor Vereador José Dias, como o passivo de médio e longo prazo e, sobretudo, o prazo médio de pagamentos, concluiu.

O Senhor Vereador **Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Manifestamente, numa perspetiva de um Orçamento e Grandes Opções do Plano que tivesse uma orientação para Coimbra, cidade e concelho solidário, direitos humanos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, este não é o nosso Orçamento e Grandes Opções do Plano (como todos reconhecem), que não tem propostas do Diabo.*

*Irei especificar apenas em 3 áreas que aqui se integram (Saúde, Habitação e Ação Social), sobre o que não consta para Coimbra inclusiva, por omissão. Não temos de comentar apenas o que está, mas também o que deveria estar, em nossa opinião. São projetos e elucubrações fundamentadas.*

### *A - Saúde*

*Já agora, a propósito de saúde, sr. Presidente, o Hospital da Dia da Diabetes no HGC, participado pela Agência de Contratualização dos Serviços de Saúde, é uma clínica integrada, abrangendo a neuropatia diabética, a retinopatia diabética, o pé diabético, as complicações macrovasculares, ensino terapêutico e alimentar, tendo além de médicos, enfermeiras, dietista e assistente social, consultas de gravidez e a jovens diabéticos, protocolos com outras especialidades médicas, articulação com os Centros da Saúde da Zona Sul de Coimbra. Está publicado nos jornais da cidade, na época.*

*1 – O programa Bairros Saudáveis, inspirado pelo conceito das “cidades saudáveis” das Nações Unidas, teve a sua primeira edição há 4 anos, criado pelo Governo de então, destinado a áreas como a saúde, a economia, o apoio social, o ambiente e pequenas obras em habitações, equipamentos e espaços públicos, em projetos pensados e executados pelas comunidades.*

*Teve 774 candidaturas, 240 projetos aprovados, 1900 atividades, 94% de taxa de execução, 15515 entidades envolvidas (entre as quais muitas autarquias, entidades do SNS, escolas e voluntários), abrangeu 145.894 pessoas, 10 milhões de euros de financiamento (apoio entre 5 e 50.000 euros por projeto).*

*Houve 16.344 ações de promoção da saúde, 682 intervenções de melhoria do espaço público e promoção ambiental, 2.089 ações de educação ambiental e 677 casas com pequenas intervenções, que contribuíram para os 17 ODS.*

*A CMC deveria ser uma entidade parceira, mobilizando as organizações da sociedade civil e o exercício da cidadania pela comunidade, nomeadamente associações, organizações de moradores, IPSS, cooperativas, fundações e outras entidades de economia social. Mas não foi.*

*2 - Era e é imperioso o princípio da salvaguarda da segurança dos alimentos (food safety), garantindo a sua não-contaminação (física, química, biológica, incluindo livre de transgénicos) e a sua qualidade (nutricional e sanitária) e impedindo a sua adulteração e/ou más práticas de higiene nas diferentes etapas da cadeia alimentar, assegurando ainda informação adequada ao consumidor, pelo que as políticas devem promover a soberania e segurança alimentar e nutricional e garantir o Direito Humano à Alimentação.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O programa de refeições escolares de confeção local, iniciado na freguesia de Brasfemes, no ano letivo 2012 / 2022, em serviço prestado pela Junta de Freguesia, através do Centro de Bem Estar Social de Brasfemes, o que permitiu maior eficácia e resposta mais célere na resolução de constrangimentos e foi aplaudido pelos encarregados de educação, bem como pela comunidade educativa, não foi generalizado a outras freguesias do concelho.*

*3 - Existem os princípios de reconhecimento da reciprocidade entre saúde e nutrição, e da rejeição, quer do patenteamento de seres vivos e da utilização de organismos geneticamente modificados, quer da rejeição de culturas dedicadas para a produção de agro combustíveis e de outras que coloquem em causa a segurança alimentar.*

*Os povos têm o direito a decidir e a gerir os seus próprios sistemas agrícolas e alimentares, tal como os países têm o direito a proteger os seus produtos e os produtores e a controlar a sua produção de alimentos, e a sociedade civil tem direito a criar as suas redes de segurança alimentar e nutricional.*

*Existindo em Portugal uma organização da sociedade civil que constitui uma rede de segurança alimentar e nutricional, designada REALIMENTAR, que é integrante das Redes de segurança alimentar e nutricional da CPLP, a REALIMENTAR deveria considerada stakeholder do CMSC no âmbito da sua ação.*

*4 – Identificadas as Necessidades em Saúde da População na Estratégia Municipal da Saúde, e havendo a parceria com o NEM AAC em programa de literacia em saúde, deveria ser alargada a outros Núcleos de outras áreas da saúde, de forma a que, quanto à promoção da saúde, o executivo municipal tivesse ação pedagógica e o cidadão se revisse no civismo e no bem-estar comum.*

*5 – Em nosso entender, o Presidente da CMC e o Presidente do CA do CHUC deveriam dignar-se participar numa sessão formal da CMC, onde fossem explanados pontos de vista de interesse comum em saúde, envolvendo a CMC e o CHUC, com espaço de intervenção e resposta a questões expostas pelos Vereadores eleitos que representam os cidadãos de Coimbra e que o desejarem fazer. Chama-se democracia e transparência.*

*6 – Em nosso entender, o Presidente da CMC deveria promover uma reunião do CMSC com o Diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra e representante do Ministério da Defesa Nacional, onde, no âmbito da reorganização do Sistema de Saúde Militar, seja analisado o Centro de Saúde Militar de Coimbra como uma estrutura de saúde imprescindível para Coimbra e para a Região Centro, satisfazendo as necessidades em saúde de militares e seus familiares, assegurando os recursos humanos devidos para a qualificação do atendimento médico e em saúde, e garantindo um modelo orgânico que elimine constrangimentos e promova a eficácia e eficiência da prestação de cuidados de saúde. Chama-se advocacy (influenciação das políticas públicas)*

*- Nada consta no Plano.*

### *B - Habitação*

*1 - Havendo uma listagem de edifícios públicos disponíveis, devolutos e em abandono, seria de aproveitá-los para promover a habitação social e assim também regular o mercado da habitação, seja em custos controlados, seja na criação de bolsa de alojamento temporário e emergência social.*

*2 - Seria de requalificar bairros municipais e criar novos empreendimentos, por exemplo em Santa Eufémia, Fonte do Castanheiro, Vale de Figueiras, Celas, Bairro da Rosa ou Quinta do Carmo, e não criar novos guetos.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

3 - Seria de apoiar cooperativas pela cedência de terrenos e facilitar o acesso à autoconstrução de habitações.

4 - Seria de promover isenção de impostos municipais para jovens, e facilitar o acesso de jovens casais à compra de habitações devolutas e degradadas na área urbana, designadamente o centro histórico.

5 - Seria de criar um programa de apoio à adaptação da habitação de idosos e cidadãos portadores de deficiência.

6 - Seria de investir em residências partilhadas inclusive repúblicas de estudantes.

- Nada consta no Plano.

### C - Ação social

1 - Seria de promover a articulação e incentivo da Câmara Municipal, para mobilização da sociedade civil para o combate à pobreza.

2 - Seria de criar espaços indoor para crianças em dias de frio e chuva, mais parques infantis outdoor de proximidade; criação de passeios sem obstáculos, de pavimentos corrigidos, de mais vias pedonais, de vários “meeting point”, duma via verde cidade-rio.

3 - No âmbito do Programa Municipal de Ação Social Escolar 2022 / 2023, em relação à promoção de hábitos de alimentação saudável, realizar ações que estavam previstas em contexto de sala de aula e refeitório, e iniciativas para pais e encarregados de educação, com o mesmo fim, expresso no Programa.

4 - Quanto ao programa Eco Escolas 2022 / 2023, propusemos a supressão das lacunas nos processos utilizados tendo em vista uma participação mais alargada da comunidade, a falta de tratamento de aspetos sociais e económicos no diagnóstico e plano de ação, que levariam à cidadania ativa e à sustentabilidade local, e não reduzindo o programa à proteção do ambiente. Devia haver uma cultura de avaliação do programa (pertinência e eficiência), útil para as entidades financiadoras como as autarquias e as empresas.

5 - Que o Gabinete para a Igualdade e a Inclusão, tivesse uma estrutura de apoio a candidaturas de ONGD e IPSS, que apreciasse, seleccionasse e promovesse a divulgação das múltiplas aberturas de concursos de entidades nacionais e internacionais, capacitando assim as organizações de Coimbra que mais e melhor fariam, fazendo Coimbra Solidária.

6 - Que o executivo, apoiasse financeiramente projetos específicos que têm vindo a esta Câmara a solicitar declarações do município para candidatura a Prémio (caso não venham a ser apoiados), do que apoiar custo de funcionamento logístico, administrativo e burocrático de organizações da sociedade civil, que são da responsabilidade da cidadania, e não apresentam qualquer projeto ao Município.

7 - Não existiram medidas de apoio a famílias e empresas, face à crise inflacionária, atribuíveis à situação generalizada da “vida das pessoas e das famílias”, propostas pelos socialistas e que foram rejeitadas pelo executivo.

- Nada consta no Plano.

Como nos podemos identificar com este Orçamento e Grandes Opções do Plano? Não podemos, obviamente”.

Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Rosa Cruz proferiu a seguinte intervenção:

“As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são (Já foi dito, mas nunca é demais repetir), por natureza, documentos orientadores das prioridades políticas e definem os planos de ação que concretizam o programa político de quem governa a autarquia.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Infelizmente, as GOP e Orçamento de 2025 da CMC, que nos são apresentados, não traçam um caminho claro para o futuro da cidade e não têm uma visão estratégica abrangente e sustentável para o desenvolvimento urbano e social de Coimbra. Podemos até dizer que o Orçamento de 2025 é bastante inquietante do ponto de vista financeiro, tal como o meu colega José Dias já expôs.*

*Algumas notas em relação ao Orçamento e GOP 2025:*

*1 - Este documento é apresentado como uma “Espiral Estratégica para Coimbra 2025-2029”, como se este mandato autárquico estivesse a começar e não a terminar. Em parte, entende-se este título, porque, e por muito estranho que pareça, a maioria das propostas que constam das GOP para 2025 não vão ser executadas em 2025.*

*2 - Não posso deixar de comentar o que se lê nos documentos e que acabamos de ouvir, a falácia em relação ao aumento da população residente em Coimbra. O Sr. Presidente continua a querer os louros desse aumento, batendo na tecla do declínio de população anterior a 2021, quando todos os dados e estatísticas demográficas, recentemente divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), apontam para um crescimento populacional no país, e usando o título de um jornal nacional, “À boleia da imigração”.*

*Os dados divulgados pelo INE no dia 15 de novembro são claros, e cito, “o acréscimo populacional resulta da chegada de imigrantes ao país, o que permitiu compensar o saldo natural negativo”. “É assim muito à conta dos imigrantes que a população residente em Portugal tem vindo a aumentar desde 2019, em contraciclo com a tendência de decréscimo populacional verificada entre 2010 e 2018”.*

*3 – Lemos, também, que Coimbra se vai tornar “mais festiva, com a aposta em grandes eventos”, aqui, somos levados a concordar, pois, percebe-se, que este é mesmo um orçamento de festas. Temos na dotação para a “Dinamização e Promoção do Turismo e Grandes Eventos”, um valor de 4.665.265 €, há um acréscimo em relação a 2024 de 139%!*

*É tanto, mas tanto dinheiro para “festas” que dá vontade de perguntar se vamos ter fogo-de-artifício todos os dias?! Quase que me atrevo a dizer que a Câmara Municipal mais parece uma Comissão de Festas do que uma Autarquia!*

*Mas, infelizmente e, ao contrário deste singular (ou estratosférico) aumento para “festas”, há importantes rubricas que sofrem cortes significativos e que demonstram a falta de investimento deste Executivo em áreas estruturantes, temos, por exemplo, a lamentar:*

- A dotação para a Juventude e Desporto sofre um decréscimo de 15%. Nesta temática, salientamos o “orçamento participativo” que está com uma dotação de apenas 160.000 euros, sofre um decréscimo de 71% face a 2024; a formação e desenvolvimento desportivo tem também um decréscimo de 21%;*
- Na segurança e Proteção civil, temos um decréscimo de 40% face a 2024;*

*Entre outros exemplos...*

- Vejamos em jeito de comparação, constata-se também na “Aplicação da Receita na Despesa” que o Turismo vai ter um acréscimo de 158%, mas a Polícia Municipal tem uma diminuição de 31%.*

*Uma nota, Sr. Presidente, cuidado com as opções que faz, olhe que tanta festa requer segurança e proteção!*

*4 – Mas ainda, escrevem que os investimentos na Educação, nomeadamente na reabilitação das escolas EB2/3 e Secundárias vão ser assegurados através do acordo de Financiamento a 100% pelo Estado, e já agora assinado entre um Governo socialista e uma liderança da ANMP também socialista. É verdade que este acordo existe, mas Sr. Presidente, o financiamento que verificamos nas GOP 2025 para estas candidaturas é, alguns exemplos:*

- A ampliação do JI Solúm Sul – com um investimento total de 1.150.000 (um milhão e cinco e cinquenta mil) euros, tem uma dotação para 2025 de apenas 150.000 euros, e neste momento só tem projeto técnico;*
- A refuncionalização do JI Solúm Norte – com um investimento total de 950.000 euros, tem uma dotação para 2025 de apenas 200.000(mil) euros, nem projeto tem;*
- A requalificação do JI dos Olivais – sem financiamento, com dotação de 10 euros para 2025, sem projeto;*
- A construção do Centro Escolar de Santa Apolónia – investimento total de 2.900.000 (dois milhões e novecentos mil) euros, tem uma dotação de 100.000 euros para 2025, apenas com projeto técnico;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

• *E em relação ao liceu José Falcão, onde apesar dos 36 Milhões de euros com financiamento garantido para a sua reabilitação, já todos percebemos que nada será feito em 2025;*

• *E tantas outras escolas nesta situação, podemos concluir que a sua promessa eleitoral, a promessa 84, onde se comprometia a avançar de imediato com a reabilitação dos edifícios com mais debilidades, designadamente a ES José Falcão, a ES Jaime Cortesão, a EB Inês de Castro, EB2/3 Alice Gouveia, entre outras, vai para a lista, mais uma das promessas não cumpridas!*

*Recuperando as palavras do Sr. Vereador Miguel Fonseca, esperemos não estar perante oportunidades perdidas, a oportunidade de não aproveitar este financiamento.*

• *A discrepância, entre o que se cabimenta nas GOP e o que se escreve nos textos introdutórios, é assustadora. Não se percebe como pode dizer e escrever que, nas GOP para 2025, se vai fazer elevados investimentos com projetos relevantes na Educação, com apoios e projetos educativos diversos, quando diminui a dotação, face a 2024, na ordem dos 12%???*

*Só podemos concluir que estamos perante um exercício propositado de demagogia e populismo!*

*5 – Importa, ainda, registar que as Juntas de Freguesia veem o seu orçamento global diminuir face a 2024, um facto da maior relevância política quando estamos perante o maior Orçamento de sempre da Câmara Municipal de Coimbra!*

*Uma questão pertinente, em relação às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia no domínio das limpezas das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros, todas vão receber o valor de 2,50 euros/ml, exceto a UFC que vai receber 6,38 euros/ml (quase 3 vezes mais).*

*Percebe-se que terá mais competências neste domínio, mas a questão é:*

*- Porque é que é a única a ter estas competências? Estou em crer que muitas outras teriam aceitado estas competências se as mesmas tivessem sido propostas!*

*Pergunto, Sr. Presidente, esta proposta foi feita a outras Juntas de Freguesia?*

*Este, Sr. Presidente, é o seu quarto e último orçamento e, mais uma vez, não conseguiu aumentar de forma significativa, como prometeu, triplicar, o orçamento para as Freguesias.*

*Mais uma promessa não cumprida e a lista a aumentar!*

*6 – Por último, uma observação relacionada com a quantidade de rubricas abertas e dotadas com apenas 10 euros, uma prática habitual, comum e recorrente dos seus orçamentos. Registamos e lamentamos que não tenham conseguido eliminar esta prática, da qual o Sr. Presidente era tão radicalmente contra quando era vereador na oposição. Aliás argumentava e invocava esse facto como um dos motivos para o voto contra das GOP e Orçamentos. Que grande contradição!*

*Coimbra merece melhor!''.*

O Senhor **Vereador Carlos Lopes** disse que o anúncio do sentido de voto dos vereadores do PS estava longe de ser a notícia do dia, mas confessou-se surpreso com o do Senhor Vereador Francisco Queirós. Pensou que, finalmente, este iria anunciar um voto favorável ao orçamento municipal, mas afinal ainda não foi este ano, ironizou. De qualquer modo, refutou a acusação de que a cidade está cheia de lixo, dizendo que essa afirmação não corresponde à verdade e que o Senhor Vereador Francisco Queirós nem a devia ter proferido, a bem dos trabalhadores que o seu partido tanto defende.

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** disse que o objetivo 05001 “Dinamização e promoção do turismo-grandes eventos” tem, efetivamente, uma dotação definida de aproximadamente 4,7 milhões de euros para o ano de 2025 mas se forem fatiar esse valor têm de ter em conta o seguinte: comemorações relevantes – Festas da Cidade e Festa de Fim de Ano – 1 milhão 190 mil euros; eventos de atração turística – 590 mil euros; Coimbra Sustainable Tourism LLM (um projeto financiado pelo European Urban Initiative que Coimbra venceu e que é o único no contexto nacional) – 2.451.235 €, sendo esta rubrica que explica grande parte do que está expresso no objetivo 05001.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Relativamente às dotações para as juntas e uniões de freguesia, e sem prejuízo das demais explicações que o Senhor Presidente entender dar, disse que estas atingem 9,4 milhões de euros, 5,4% do total das GOP, englobando apoio ao funcionamento e obras para o ano de 2025 e execução dos contratos interadministrativos que transitaram do período entre 2018 e 2024. Os números não mentem, efetivamente existe uma ligeira redução no valor orçado face a 2024, mas isso tem uma explicação, decorre da diminuição do valor relativo aos contratos interadministrativos de obras de 2018 e 2024 que têm transitado com dotação definida nas GOP e têm vindo a ser executados e pagos, explicou. O valor relativo ao ano de 2025 de apoios e delegações de competências do Município nas juntas de freguesia será assim de 7,5 milhões, comparado com 7,4 milhões do ano de 2024, valor, ainda assim, ligeiramente superior, sendo que os autos de transferências (apoios ao funcionamento) serão atualizados com efeito em 2025 pelo valor da taxa de inflação que vier a ser fixada.

O Senhor **Presidente** disse que toda a gente já sabia que o PS ia votar contra o orçamento da CMC e que este não era o orçamento do PS. Não é novidade nenhuma, até porque o PS não conseguia fazer um orçamento desta dimensão, nunca conseguiu. Subscreeu a explicação do Senhor Vereador Miguel Fonseca para o resultado líquido negativo, que tem que ver com processos judiciais antigos que atravessaram toda a governação PS sem serem resolvidos. Por isso, este Executivo, obedecendo aos princípios da prudência e da legalidade, fez refletir nas contas esses processos. Mas não se trata de um ranking, embora não se oponha se quiserem chamar-lhe assim. Ranking é o da transparência, e esse é que depende do trabalho de cada Município. O resultado líquido negativo resultou do trabalho de executivos anteriores e da não resolução dessas questões por Municípios anteriores. Este Executivo, pelo princípio da legalidade e da prudência, fez refletir os ditos processos judiciais nas contas do Município. O PS faz demagogia, mas não resolveu nenhum dos processos em causa, que atravessaram os seus 8 anos de mandato, criticou, acrescentando que o PS também não se preocupou em ser transparente. Na sua opinião, o PS devia elogiar este Executivo por ser o 6.º mais transparente do país, quando no Executivo anterior era o 196.º.

Dizem que este mandato tem mais financiamento disponível, mas é curioso que não se lembravam disso quando estavam a comparar as obras do seu primeiro ano com os 8 anos de PT 2020, aí já não falavam de financiamento, só agora é que o financiamento do PRR interessa, denunciou. É evidente, e aí estão todos de acordo, que só se consegue fazer obras com financiamento externo, porque a CMC não tem grandes receitas, e não tem, devido a erros do passado. O PS governou Coimbra, não por 8 anos, mas por 20 anos, e deixou o concelho miserável, é essa a herança do PS. Este Executivo, aproveitando as oportunidades de financiamento, consegue apresentar o orçamento maior de sempre, mas isso só é possível porque os funcionários municipais trabalharam arduamente para tal. Considerou caricato que o PS vote contra um orçamento com tantos projetos financiados e que é o maior de sempre. Igualmente curioso é que agora os vereadores da oposição parecem querer dizer que o PRR é do Governo PS, mas o PRR é um programa europeu, não é do PS, e Coimbra está finalmente a aproveitar as verbas e as oportunidades que lhe são dadas, mas à custa de muito trabalho, frisou.

Relativamente às residências de estudantes, negou que alguma vez tenha prometido que seriam construídas num ano, mas o certo é que estão a fazer o que o PS nunca fez. Estão a construir residências na Baixa e, porque a Câmara não tem capacidade de investimento, tiveram de recorrer a um empréstimo bancário para esse efeito. E em 8 anos construirão, não uma mas três residências universitárias, prometeu, acrescentando que os edifícios já são da CMC e do Fundo Coimbra Viva. Será um quarteirão de residências, com uma praça central, no coração da Baixa. Os processos de aquisição, que foram complexos, já estão concluídos e um dos projetos de execução está feito e tem financiamento. Portanto, as residências não são uma miragem, são uma realidade em construção.

Disse que o Centro de Arte Contemporânea é um projeto extraordinariamente ambicioso, como Bilbao foi ambicioso quando fez o Museu Guggenheim e também então houve muitas críticas, mas hoje é uma referência mundial. E Coimbra tem de ser ambiciosa e tem de ter projetos ambiciosos, defendeu. O primeiro ponto da concretização deste projeto será a criação da escola de artes no edifício da atual Manutenção



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Militar, mas há que dar todos os passos burocráticos necessários. O primeiro passo é terem o Plano Municipal de Educação aprovado. E disse esperar, sinceramente, que Coimbra nunca mais deixe de ser ambiciosa e de ter projetos ambiciosos, que não são concretizáveis num mandato, são transversais a vários mandatos, tal como aconteceu com o Convento São Francisco, que a coligação PSD/CDS-PP, liderada por Carlos Encarnação, começou e que o PS se limitou a acabar e a propagandear como se de um projeto do PS se tratasse.

Relativamente ao antigo Hospital Pediátrico, é verdade que o projeto ainda não está feito, mas estão a trabalhar nesse sentido, decorrendo agora a fase final da transferência da dominialidade. Naturalmente que são processos administrativos públicos complexos, mas este está a avançar e é também um grande projeto muito ambicioso.

O PS acusou igualmente este orçamento de não apresentar uma visão estratégica clara. Na verdade, não sabe como a tornar mais clara, mas sabe que a visão estratégica do PS durante 8 anos foi clara: rejeitar empresas, rejeitar oportunidades e diminuir a população. Tiveram as verbas do PT 2020, mas não conseguiram sequer completar algumas dessas obras, que foram acabadas pelo atual Executivo. É o caso, por exemplo, dos muros da margem direita. Portanto, a visão estratégica deste Executivo é clara e já está a acontecer.

Muito o espanta ver o PS indignado, porque a verba para o turismo aumentou 138% e por Coimbra ter ganho um importante projeto europeu na área do turismo. Sim, aumentou, porque conta com 5 milhões de financiamento europeu, explicou. Bem sabe que o PS nunca conseguiria ganhar um projeto destes, mas esta Câmara ganhou, em conjunto com os seus parceiros, e por isso a verba do turismo aumentou. Agora não pode aceitar que o PS ande a mentir às pessoas deliberadamente, porque é um partido que só pratica a demagogia e não faz nada de construtivo.

Disse ao Senhor Vereador Francisco Queirós que está mais que demonstrado que os empregos criados são em Coimbra e na região. A instalação de várias empresas, que estão a contratar ativamente e a crescer, está a dinamizar toda a região e embora parte desses postos sejam em teletrabalho, as pessoas têm sempre de vir ao escritório de quando em vez. O que importa é a dinâmica económica, social e demográfica da região, e o seu desejo é que Coimbra seja o motor do desenvolvimento da região.

Disse que ninguém falou em novas taxas de IMI, apenas explicou às pessoas porque é que Coimbra não tem receitas e quem são os responsáveis, nunca disse que ia subir o IMI. É verdade que espera que seja possível aprovar uma nova Lei das Finanças Locais que financie adequadamente as autarquias, para que estas possam fazer mais e melhor do que faz o Governo Central.

Agradeceu e apreciou o enorme rol de propostas hoje aqui apresentadas, mas lamentou que os seus proponentes não indicassem onde iriam buscar as verbas para as concretizar. Sem receitas não é possível realizar investimento.

Refutou que haja caos nos transportes públicos de Coimbra. Há obras e, como tal, há algumas limitações. Vão fazer a maior injeção de sempre nos SMTUC, com os 30 autocarros novos que acrescerão aos 22 que já vieram. Isto é inédito, nunca aconteceu, frisou, garantindo que neste momento os horários são quase rigorosamente cumpridos. Aliás, a adaptação dos horários foi exatamente para garantir o seu cumprimento. Neste momento a qualidade do serviço prestado é melhor do que no passado, porque os horários são cumpridos, salvo raras exceções, e sabe disso porque recebe um relatório diário do cumprimento dos horários atualmente em vigor. Os SMTUC são fiáveis, as pessoas podem confiar naqueles serviços, garantiu. Por vezes há alguns atrasos devido às obras ou porque um autocarro avaria, e também admite que haja um ou outro incumprimento por falta de motoristas. Mas isso não depende da CMC, pois cabe ao Governo resolver. Reconheceu que têm um problema de recursos humanos – a falta de motoristas, que o Governo PS nunca quis resolver e que espera que este Governo resolva. Nesse sentido, tem já reuniões marcadas com o Governo para debater esta matéria. Foi o Governo socialista que criou a famigerada Lei n.º 12-A/2008, que desconsiderou os trabalhadores baixando os seus rendimentos. E teve 8 anos para a alterar e não o fez, uma lei socialista que prejudicou todos os trabalhadores da Administração Pública de Portugal.

Relativamente à política de habitação da CDU, lembrou que nos 8 anos que precederam este Executivo não foi construído um único fogo novo. Agora estão a construir centenas. Naturalmente que agora há



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

financiamento, mas antes também podiam ter feito opções com o PT 2020. Não construir um único fogo camarário novo durante 8 anos foi uma opção do anterior Executivo, cujo vereador da Habitação era o vereador da CDU.

Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Hernâni Caniço, consubstanciada numa lista infindável de propostas, todas elas interessantes, disse que o PS teve 20 anos para as executar e não o fez. Assim, vê-se obrigado a perguntar se foi por incompetência socialista ou por falta de orçamento. Também foi referido o Gabinete para a Igualdade e Inclusão, que segundo o Senhor Vereador Hernâni Caniço devia ter mais trabalhadores, mas frisou que foi este Executivo que criou o dito gabinete. O PS nunca se preocupou com a igualdade e inclusão, pelo contrário, até criticou a criação de mais gabinetes e divisões e a contratação de mais funcionários para a CMC. E agora um vereador do PS vem propor que o Gabinete para a Igualdade e Inclusão tenha mais pessoas, indignou-se.

Disse que a Senhora Vereadora Rosa Cruz voltou a falar na população residente e, por isso, fez-lhe uma pergunta: como explica que de 2013 a 2021, 8 anos de governação socialista, Coimbra tenha perdido 1093 residentes, enquanto no mesmo período Braga cresceu 11.411 residentes? Será que nesse período os imigrantes desconheciam Coimbra?

A Senhora **Vereadora Rosa Cruz** disse que responderia com dados de quem sabe – o Instituto Nacional de Estatística. O INE divulgou um estudo no passado dia 15 onde se pode ler: “*É assim muito à conta de imigrantes que a população residente em Portugal tem vindo a aumentar desde 2019, em contraciclo com a tendência de decréscimo populacional verificado entre 2010 e 2018*”. Se calhar Braga teve fatores que a fizeram crescer de forma diferente do resto do país, mas Coimbra estava em sintonia com os dados das outras zonas de Portugal.

Terminou perguntando ao Senhor Presidente se o trabalho que faz não vale por si só, porque não compreende a necessidade de este se estar sempre a comparar com o Partido Socialista.

O Senhor **Presidente** respondeu que gosta de comparar, porque é com a relatividade das coisas que se pode tirar conclusões. E é importante enquadrar a realidade e falar sempre do passado para perceber melhor o presente e preparar o futuro. Acrescentou que a demonstração de que a imigração não explica tudo é que entre 2022 e 2023 Coimbra aumentou 2091 residentes, enquanto no mesmo período Guimarães, curiosamente uma cidade com Câmara socialista, perdeu 265. E nesse período, outras cidades, como Barcelos, Évora ou a Covilhã, também perderam residentes, exemplificou. De facto, Coimbra é diferente e cresceu, porque tem oportunidades, tem novas empresas, tem criação de emprego, e isso são factos indesmentíveis e já hoje citou algumas das empresas que aqui se instalaram. De facto, os imigrantes estão em Portugal, e são precisos, mas a população cresce diferentemente em função das oportunidades e em Coimbra não foi esse o principal fator de crescimento da população, afirmou. As pessoas instalam-se onde há oportunidades e Coimbra finalmente oferece-as.

Relativamente às transferências para as juntas de freguesia, e uma vez que questionaram por que razão a União de Freguesias de Coimbra (UFC) recebe mais, frisou que não é só esta, a Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais (JFSAO) também. Isto porque a área de ambas eram os territórios da SUMA e a SUMA ficava muito mais cara e tinha outras obrigações. A UFC e a JFSAO permitiram à CMC poupar dinheiro, porque aquilo que era feito pela SUMA passou a ser feito pelas freguesias. Assim, a CMC poupou 2€/m<sup>2</sup>, mantendo a limpeza. Não havia SUMA nas outras freguesias, agora não há em nenhuma porque este Executivo trata todas as freguesias por igual.

A Senhora **Vereadora Rosa Cruz** refutou que nos documentos em análise não consta a JFSAO, só é feita referência à UFC, ao que o Senhor **Presidente** respondeu que ambas têm transferências para limpeza, mas na área de Santo António dos Olivais ainda há um sistema misto: parte do território ainda é coberto pela SUMA.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** acrescentou que há dados que importa ressaltar. Relativamente à taxa média de execução por pagamentos do investimento (aquisição de bens de capital) comparou o valor de 49% relativo ao mandato 2018/2021 com 74% nos anos de 2022 e 2023. Quanto às GOP, repetiu que para além do aumento na globalidade de cerca de 182 milhões e meio de euros entre 2018/2021 e 2022/2025, se registaram nos anos de 2022 e 2023 taxas de execução das GOP por pagamentos de 73% e 81%, respetivamente. Comparativamente ao período homólogo dos quatro anos do Executivo PS, as taxas de execução foram de 49%, 56%, 66% e 75%, respetivamente. A execução das GOP foi muito mais elevada nos últimos dois anos do que no mandato anterior e garantiu que vai continuar a procurar ativamente financiamento de acordo com as *call* disponíveis e tendo em conta os objetivos do Município.

Sobre o Primeiro Direito, disse que tinha de salientar a construção de 268 fogos e a reabilitação de 180. Acrescem 97 fogos com obra concluída e 351 habitações em obra. Estes dados falam por si, concluiu.

O Senhor **Vereador José Dias** frisou que a avaliação que os vereadores do PS fizeram foi ao orçamento e não ao Senhor Vereador Miguel Fonseca. É uma avaliação política do conjunto do Executivo e nem sequer é uma avaliação de todo o corpo técnico que trabalha na elaboração deste orçamento e na captação de investimento. Não é isso que está em causa. O que disse, e quer deixar claro, é que existe uma margem de gestão das contas públicas e que o PS, considerando esse facto, entende que há sinais negativos dentro dessa margem. Esse alerta foi sendo feito, e prova disso é a justificação de voto do PS aquando da votação do orçamento e GOP para 2024, que se disponibilizou a enviar a todo o Executivo. Sobre a questão do PRR, concordou que têm todos de ser intelectualmente honestos e não podem ignorar que houve uma programação. Não se pode automaticamente achar que a UE tem os recursos financeiros e que os distribui diretamente, no caso, aos municípios, porque não é verdade. Houve uma negociação entre o Governo Português (socialista) e a Comissão Europeia. Houve também uma conversa séria com os municípios nas várias áreas de projetos que estão neste momento a ser financiados pelo PRR: habitação, sustentabilidade, etc. Portanto, quando se fazem comparações como aquelas que o Senhor Presidente gosta de fazer, tem de se ter em conta que os contextos são completamente diferentes, frisou. Este é o maior pacote de financiamento de que há memória em Portugal e, como é óbvio, não se pode comparar o incomparável. Este Executivo parece ter-se esquecido que no último mandato do PS houve uma pandemia e os recursos tiveram de se canalizar para essa situação excecional. E o PS lançou medidas de apoio às empresas e às famílias, para combater os efeitos da pandemia. Enquanto isso, este Executivo enfrenta a maior inflação de sempre e não há uma única proposta para a combater. Ou seja, não se pode comparar uma pandemia, em que houve um combate sério, com uma inflação, em que não está a haver um combate sério.

Quanto ao alarido pelo voto contra do PS a este orçamento, lembrou que em plena pandemia o Somos Coimbra votou contra o orçamento municipal e isso é que é surpreendente. O PS fez exatamente o contrário, porque é um partido responsável: enquanto percebia que os municípios enfrentavam dificuldades, à saída de uma pandemia, foi-se abstendo e, agora que existe uma situação sócio económica bem diferente, obviamente que o PS se sente com a liberdade de fazer a análise que bem entender sobre este orçamento.

O Senhor **Presidente** disse que, na altura, o Somos Coimbra votou contra o orçamento por falta de estratégia de crescimento e desenvolvimento. Não havia empresas nem emprego, a população estava a diminuir, e isso foi o legado que o PS deixou.

O Senhor **Vereador Francisco Veiga** disse que todos têm de ser sérios. Não se pode somar um projeto que Coimbra trouxe para o concelho, de 4.9 milhões de euros, ao orçamento como se fosse despesa com Turismo. Já foi explicado que desses 4.9 milhões, que configura um aumento de 138%, parte diz respeito a um projeto financiado.

Assim, foi elaborada a informação n.º 95859, de 18/11/2024, da Chefe do Gabinete de Controlo Orçamental e Financiamentos, que mereceu parecer da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despachos do



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, todos da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3024/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025” da Câmara Municipal de Coimbra: em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, no total de 249.117.594 € na Receita e na Despesa, e as GOP no total de 174.540.591€ e enviar à Assembleia Municipal, para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- **Aprovar a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia, e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º - “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- **Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e enviar à Assembleia Municipal para aprovação em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;**
- **Aprovar a contratação de empréstimos a curto prazo para o ano de 2025 e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) e posteriores alterações, para possibilitar a cobertura de eventuais dificuldades de tesouraria e gestão corrente.**

O documento “Orçamento e GOP 2025”, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Miguel Fonseca, Júlio Gaudêncio. Votaram contra os Senhores Vereadores José Dias, Hernâni Caniço, Rosa Cruz, Raquel Santos. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós;

### **Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:**

*“Sendo as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento instrumentos fundamentais para a concretização das políticas constantes nos programas eleitorais das forças políticas que governam as autarquias, era expetativa do Partido Socialista (PS) que, chegado ao último ano de mandato, fosse possível o cumprimento integral das promessas firmadas com as/os conimbricenses. Verifica-se, agora, face à documentação apresentada, mais um adiamento, já não sendo viável a concretização das inúmeras propostas que foram sendo feitas antes e durante o quadriénio 2021-2025.*

*Por exemplo, no dia 17 de setembro de 2021, a coligação “Juntos Somos Coimbra” anunciava a implementação de um Plano Marshall para a Baixa, referindo o Senhor Presidente: “É preciso – já o*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*propusemos e já o teríamos feito – construir uma residência de estudantes na Baixa e uma sala de estudo 24 horas aproveitando os prédios devolutos.”*

*Estas duas promessas foram avançadas, mais concretamente, quando o movimento “Somos Coimbra” se encontrava na oposição, em janeiro de 2020, sendo que, supostamente, já as teriam concretizado em setembro de 2021, caso estivessem no poder. Quando efetivamente assumiram os destinos camarários, e volvidos três anos – o dobro do tempo que diziam necessitar para construir uma residência de estudantes e uma sala de estudo 24 horas –, esses projetos ainda não passam de uma miragem, contribuindo para a sensação de que o Plano Marshall mais não foi do que um excesso comunicacional.*

*Mas estes não são casos únicos. Ao longo do exercício das atuais funções autárquicas, a coligação de direita vinculou-se a um volume cada vez maior de projetos, observando-se um grau de megalomania crescente em cada iniciativa divulgada.*

*Veja-se o debate realizado na sessão camarária do dia 19 de setembro de 2022, tendo sido proposta a criação de um Centro de Arte Contemporânea, com ocupação de parte do edifício da Polícia de Segurança Pública, até à Escola Jaime Cortesão, requalificando-se todo esse edificado, a rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, a Manutenção Militar e, adicionalmente, construir-se-ia um elemento arquitetónico vertical para recriar a antiga Torre dos Sinos. Um projeto superior a 18 milhões de euros entretanto esquecido.*

*Pode ser também recordada a decisão de requalificação do antigo Hospital Pediátrico, para instalação de uma Casa das Comunidades, em reunião do dia 2 de abril de 2024. Com um valor a ultrapassar os 20 milhões de euros, seria objetivo, segundo o projeto de valorização patrimonial: “(...) construir salas de ensaio, espaços para experimentação, residências artísticas, sala de exposições, quartos mobilados para acolhimento de estruturas/agentes culturais, zona de coworking, cozinhas, salas de reunião, salas de formação, salas de trabalho, estúdios, com recursos (técnicos e outros) fundamentais à concretização dos mesmos, por parte dos profissionais dessas áreas.”*

*Estas iniciativas (entre muitas outras) partilham o mesmo resultado: após os respetivos anúncios, não há obra que se possa mostrar.*

*As GOP e o Orçamento constituem o registo institucional da estratégia para o Município. Ou assim deveria ser. Neste caso, e à semelhança do que tem sido o histórico desta coligação, não é clara a visão estratégica que pretendem executar, além de um constante retorno ao passado. Não deixa de ser irónico, aliás, que grande parte das iniciativas identificadas são transitadas dos mandatos do PS, que por sua iniciativa serão uma realidade.*

*E é por isso mesmo que o PS tem apresentado uma postura de oposição construtiva e propositiva, abstendo-se nos Orçamentos até agora apresentados. Acreditamos que criámos estabilidade para o executivo aplicar as suas políticas, sem bloqueios, num momento em que se vivenciou uma inflação considerável, enquanto se prosseguia a descentralização de competências para a autarquia. E podemos afirmar que, atualmente, encontramos-nos perante um cenário positivo do país para o próximo ano, com uma inflação controlada e crescimento económico, em que muito contribuiu a boa governação socialista na gestão das contas públicas nacionais.*

*Contudo, mesmo face à abstenção, deixámos avisos: o Orçamento apresentado em novembro de 2023, com um crescimento de praticamente 60 milhões de euros relativamente ao ano transato, era constituído por um grande volume de investimento, representando um elevado risco, uma vez que dos 70 milhões de euros previstos para investimento, mais de metade era vocacionado para habitação, sendo previsível a difícil execução da verba, atendendo aos problemas sentidos no setor da construção civil.*

*Mas era um orçamento de risco, igualmente, por ser alavancado em valores assinaláveis de empréstimos bancários, para além do perigo que representava o Orçamento Corrente, uma vez que 15% do mesmo não existia por se tratar de receitas que não iriam ser arrecadadas, enquanto as despesas correntes previstas iriam necessariamente aumentar, nomeadamente ao nível de recursos humanos e aquisição de bens e serviços, podendo originar problemas graves de tesouraria e aumento do prazo de pagamento a fornecedores.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Prometemos mantermo-nos vigilantes e acompanhar a execução orçamental, desejando que o equilíbrio das contas municipais fosse uma realidade, na linha do trabalho desenvolvido pelo PS à frente do Município, para que não hipotecássemos o futuro de Coimbra e privilegiássemos a liberdade na tomada de decisões estruturais futuras.*

*E, de facto, é devido a essa avaliação das contas que identificámos sinais de uma situação financeira preocupante, como consta do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente ao ano de 2023: Coimbra tem o pior resultado operacional (EBITDA) do país com -5.39 milhões de euros, ocupando o pódio dos piores resultados líquidos a nível nacional, com -16.4 milhões de euros.*

*Sendo a primeira vez que apresenta um resultado operacional negativo, o resultado económico-financeiro é preocupante porque o Município de Coimbra foi o 10.º Município com mais receita cobrada, no valor de 154.8 Milhões de euros (+31% do que em 2022). O concelho foi ainda o 13.º Município com maior passivo exigível com 64.2 milhões de euros (+11,3% do que em 2022), acima de cidades como o Porto. A juntar a este desequilíbrio, as dívidas a terceiros aumentaram cerca de 8.5 milhões de euros, e o orçamento apenas foi equilibrado devido a 9.3 milhões de euros de empréstimos, tratando-se esta de uma situação excepcional. Caso essa receita não tivesse entrado nos últimos dias do ano, a Câmara Municipal de Coimbra não atingiria rácios sustentáveis de execução da receita.*

*Consegue-se observar que em 2025 o passivo de médio e longo prazo vai continuar a aumentar, prevendo-se um crescimento líquido de 5 milhões de euros, enquanto o prazo médio de pagamentos – que se tem vindo a degradar nos últimos tempos, estando presentemente próximo dos 60 dias – pode agravar-se significativamente.*

*Ora, perante este contexto, as GOP e Orçamento terão um aumento de mais 15 milhões de euros, ou seja, mais 6% do que em 2024. Na receita previsional continua a alarmar-nos os 28 milhões de euros em outras receitas correntes que não têm qualquer fundamento: constitui 16% da receita corrente que sabemos, à partida, não ser executável, enquanto as despesas, certamente, subirão.*

*Permanecem os investimentos nas áreas da habitação, da educação e da mobilidade, justificados pelos projetos estruturantes nacionais alcançados pelo PS, mas consideramos incompreensível que o apoio às atividades económicas diminua em 37% e as áreas do desporto e da juventude tenham direito a uma fatia tão pequena, de apenas 1.66%, em contraponto com o turismo, que atingirá o dobro dessas verbas, aumentando 138%, para festas e grandes eventos. O prelúdio daquela que será uma Coimbra “mais festiva”, neste que é, coincidentemente, um ano eleitoral.*

*Em suma, este não é, definitivamente, um Orçamento do PS, mesmo que nele constem várias obras estruturais por si negociadas. A sustentabilidade dos cofres municipais está em causa, correndo o sério risco de comprometer o progresso do concelho e a ação dos mandatos seguintes. Os indicadores são negativos, em tempo precavemos para os perigos que se avizinhariam e não mais podemos permitir a degradação do erário público.*

*Assim, os/às Vereadoras/es do Partido Socialista expressam o seu voto contra as GOP e Orçamento para 2025, considerando que Coimbra precisa de um novo rumo e visão renovada, sempre assente numa boa gestão das contas públicas.”*

### **Justificação de voto do Senhor Vereador Francisco Queirós:**

*“Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município a maioria define o conjunto de propósitos, que permitem essencialmente apreciar as prioridades do executivo camarário. Tal definição de prioridades determina, ou deverá determinar, a política do executivo para o Município.*

*Ora, a análise deste documento não evidencia a definição de linhas de rumo claras, continuando, no essencial, a assentar na “gestão corrente” da Autarquia, ou, quando o fazem, escolhem opções que não se nos apresentam como as necessárias para o desenvolvimento do município e para a vida dos munícipes.*

*O Orçamento agora proposto, traduz, como é sempre invocado e é aliás evidente, os efeitos do aumento da despesa. Aumento que decorre da situação geral da economia do País, com o agravamento dos custos da*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*energia, dos combustíveis e de materiais que encarecem imenso as empreitadas, mas também (e muito!) da assunção de competências que cabiam ao estado central e que, diga-se, praticamente só a CDU rejeitou.*

*Constata-se, contudo, como ocorreu já no Orçamento e GOP deste ano, um acréscimo da receita, com origem em financiamento comunitário, designadamente do PRR, o que constitui, só por si, como referimos na apreciação aos documentos análogos em vigor em 24, uma oportunidade para o Município.*

*O enquadramento estratégico que enforma os vários objetivos retrata bem o que tem sido esta governação. Com efeito, a linha estratégica da coligação governante, tal como vem designada no enquadramento das opções do plano, corresponde a uma espiral que dá continuidade a práticas de anos anteriores e, até, de precedentes maiorias.*

*Ou seja, mantem-se um governo errático da cidade, cujas opções prejudicam significativamente os habitantes do Concelho, ainda que mascaradas por operações de propaganda e por festas de maior ou menor dimensão.*

*A omissão de ação para melhorar a qualidade de vida, de trabalho e de circulação em Coimbra, tem como contrapartida o exponencial aumento de verbas para Grandes Eventos, com um acréscimo de verba na ordem dos 138%.*

*Ora, sem negar a importância da realização de eventos e festas, continua a não se perceber, para além deles, a afirmação de uma clara política cultural municipal, assente no apoio firme ao tecido cultural e aos seus projetos, que não se fique por uma visão de “turistificação” da cultura.*

*Por outro lado, afirmações genéricas sobre a atratividade da cidade para empresas ou multinacionais, responsáveis por um grande crescimento do emprego, estão por comprovar. Nem sequer é garantido que, se emprego é gerado, ele se reflita no nosso concelho ou se, face à incapacidade do executivo e dos que o precederam em encontrar soluções para que os preços da habitação não aumentem continuamente, empurrando as pessoas para as periferias, os eventuais novos empregados se têm fixado nos concelhos adjacentes.*

*A intenção manifestada de trabalhar para proceder “a uma maior densificação do meio urbano e (do) crescimento em altura, incrementando a utilização dos transportes públicos”, não tem correspondência nas ações até agora tomadas.*

*A planificação urbana exigida pela maior densificação do meio urbano, obriga a estudar globalmente o sistema de transportes e a abordar temas como a saúde, educação, saneamento básico, segurança e infraestruturas.*

*Não ignorando as dificuldades económicas a que os Municípios têm vindo a ser sujeitos pelo alargamento das suas competências, sem o adequado suporte financeiro estatal – algo para que a CDU sempre e atempadamente alertou –, as opções definidas em sede de Plano e Orçamento, têm de ter em conta as necessidades e a melhoria da qualidade de vida das populações.*

*Não se pode insinuar como alternativa de financiamento do Município o aumento das taxas do IMI, sem que se esgotem alternativas mais amigas dos munícipes.*

*Há que continuar a exigência junto do Governo para que os Municípios sejam adequadamente ressarcidos dos aumentos de despesa a que foram sujeitos. Há também que procurar formas de financiamento complementares, como a que se encontrou aquando da EXPO 98, considerada a ocupação urbanística em torno do “metro” (Frente ribeirinha junto à Estação Nova, Casa Branca, Arregaça) e assegurar as devidas compensações ao Município.*

*Em sede de auscultação dos partidos e forças políticas, a CDU teve oportunidade de, em reunião com o presidente de Câmara e posteriormente em documento remetido ao Executivo, manifestar diversas preocupações e reafirmar prioridades de intervenção para uma boa gestão municipal.*

*I. Quanto aos trabalhadores do município:*

*- a concretização de obras nas instalações municipais, priorizando as mais degradadas e com menos condições de salubridade para os trabalhadores, como o Algar, os armazéns da Pedrulha ou as do Horto Municipal.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- a aquisição/modernização dos equipamentos, instrumentos de trabalho e viaturas em falta ou obsoletos, que não garantem aos trabalhadores condições de eficácia e, muitas vezes, de segurança.

- o reforço de recursos humanos, sendo notória a falta de pessoal para o cumprimento do serviço público em diversas unidades orgânicas, a que acresce o envelhecimento dos atuais trabalhadores e o consequente aumento do número de trabalhadores com limitações e trabalhos melhorados;

O mapa de pessoal não pode deixar de espelhar claramente os postos de trabalho efetivamente necessários ao bom funcionamento dos serviços, cabendo à Câmara desenvolver resposta eficaz ao preenchimento de lugares, dotando-se de todos os recursos humanos necessários para o cumprimento de um serviço público que se quer de excelência.

*II. Quanto à higiene urbana:*

*Esta é uma dimensão central das preocupações e reclamações dos munícipes, existindo hoje várias zonas da cidade em que o lixo se acumula por vários dias (p.ex. baixa e alta da cidade).*

*Compete ao Executivo garantir a saúde e a salubridade pública, promovendo junto das entidades responsáveis, as ações necessárias para que Coimbra volte a ser uma cidade limpa. Desde logo:*

*- garantir a lavagem regular dos contentores do lixo*

*- assegurar a recolha diária de lixo em todo o Concelho*

*III. Quanto aos transportes públicos urbanos:*

*O caos e aparente degradação de funcionamento dos transportes públicos de Coimbra, não pode de modo algum continuar.*

*Após a reorganização dos SMTUC, a aquisição de novas viaturas e a contratação de pessoal, há que restaurar a confiança da população no transporte público e garantir a sua fiabilidade.*

*Não se conhecem as medidas necessárias para inverter a situação em que se encontram os transportes públicos municipais e para garantir uma adequada prestação do serviço aos utentes.*

*Aguardamos pelo estudo de compatibilização entre os serviços a prestar pelo “metro” e os SMTUC, não descurando o papel de serviço metropolitano, por estes prestados.*

*Relativamente à, para nós fundamental, política de transportes do Município, consideremos o espelhado nas GOP da Câmara, através do financiamento ao serviço e, ainda mais claramente, nas GOP dos SMTUC.*

*Os SMTUC, continuando a não beneficiar de apoio significativo do Estado central, continuam em grave crise, que se reflete de modo muito evidente na má qualidade do serviço prestado.*

*Há que inverter a situação, com urgência.*

*OS SMTUC são fundamentais para o desenvolvimento social e económico do Concelho e, por isso, nos opusemos à sua internalização.*

*Mas não é pelo aumento do seu tarifário, a que também nos opusemos, mesmo que apenas para os títulos ocasionais, que se resolverão as grandes dificuldades deste serviço. Há um caminho de recuperação por trilhar.*

*IV. Quanto à mobilidade pedonal:*

*- a definição e concretização de um plano de mobilidade pedonal que garanta, por todo o território e a todos os cidadãos, condições seguras de circulação, independentemente de serem idosos, invisuais, portadores de deficiência.*

*- assegurar a compatibilização dos circuitos para trotinetes, bicicletas e outros modos de mobilidade suave, com a segurança da circulação pedonal.*

*Atendendo à quantidade e duração das obras em curso, é também fundamental acautelar transitoriamente percursos alternativos para peões que lhes permitam percorrer, em segurança, as menores distâncias possíveis.*

*V. Quanto ao fomento do parque habitacional:*

*Como desde há muito alertamos, a habitação é um dos maiores e mais sentidos problemas pela generalidade da população.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Se já era assim antes, hoje é ainda e mais imperativo e fundamental aumentar a oferta pública, disponibilizar habitação a custos acessíveis e controlados, concretizar todas as medidas que possam contribuir para a solução da crise habitacional, contrariando a especulação e a gentrificação.*

*O apoio a Cooperativas de Habitação, existentes ou a fomentar, com a cedência de terrenos e outros apoios que lhes permitam cumprir a sua missão, constitui também uma importante linha de trabalho nesta área, devendo assumir caráter prioritário na intervenção municipal.*

*Os projetos em curso, para construção de residências universitárias na baixa da cidade, que louvamos, deverão ser estendidos além deste grupo social, abrangendo ainda habitação destinada a famílias e a custos controlados.*

*A CDU recorda que é imprescindível que se concretize a Estratégia Local de Habitação, lançada sob vereação CDU, que prosseguiu, ao longo de anos e mesmo sem grandes meios, uma política de requalificação dos bairros municipais.*

*VI. Quanto a compromissos anteriormente assumidos:*

*As GOP continuam a não prever nenhuma ação que venha a permitir o lançamento do programa de refeitórios escolares com confeção local, assente na aquisição prioritária de bens a produtores locais.*

*Trata-se de um programa ambicioso, é certo, mas que melhoraria significativamente a qualidade da alimentação escolar das nossas crianças e jovens, e que poderia ser um dinamizador da atividade económica do Concelho.*

*Relativamente a áreas cuja competência está delegada ao Vereador da CDU, consideramos que a proposta contempla condições que permitem prosseguir o trabalho de melhoria do serviço público prestado.*

*Ainda assim, continua a ser fundamental:*

- avançar no projeto de reabilitação, modernização e aumento da eficiência energética do edifício da Casa da Cultura e seus equipamentos (incluindo a intervenção na antiga cantina dos SASUC e abertura do edifício ao Jardim da Sereia);*
- construir novas instalações para o Arquivo Geral Municipal;*
- garantir verbas e financiamento para a requalificação dos Jardins Históricos da cidade;*
- reforçar os recursos humanos da divisão de espaços verdes e jardins;*

*Reconhecemos que alguns passos positivos são dados no que concerne ao apoio às Juntas de Freguesia. É inegável a melhoria global do serviço prestado pela Divisão com esta competência. É também factual o crescimento dos apoios às Freguesias, designadamente quanto aos valores agora assumidos para os autos de transferência de competências, nos espaços verdes e nas vias, sargetas e espaços públicos.*

*Contudo, este avanço só dá cumprimento parcial às exigências das Freguesias, assumidas por todas em reunião com o executivo.*

*É importante recordar que muitos dos avanços no financiamento das freguesias têm de há muito, em mandatos anteriores, a marca da CDU que desde há anos exige o aumento das transferências de verbas a alocar às freguesias.*

*Em conclusão:*

*Da avaliação dos documentos previsionais das GOP e Orçamento da Câmara para 2025, entendemos que nos seus traços prioritários, estas propostas não são as que correspondem ao nosso programa, o que se compreende. Não satisfazem várias das orientações que consideramos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.*

*Hoje, como sempre, a CDU manter-se-á firme quanto à exigência de que novos passos sejam dados pelo executivo ao encontro das nossas propostas e sobretudo do melhor serviço para a população do concelho de Coimbra.*

*Importa recordar mais uma vez que a CDU se pauta pela total independência na decisão do seu voto nos órgãos autárquicos, que depende tão só da sua avaliação do mérito das propostas.*

*Assim, a CDU não votará favoravelmente a proposta apresentada.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*A CDU afirma-se responsável e mantém-se disponível, ainda que em ano final de mandato, na procura das melhores soluções para o concelho, acreditando que a uma nova visão estratégica para o concelho possa corresponder a concretização de novas políticas municipais.*

*A CDU abstém-se.”*

### **III.6. GAP – Exercício do Direito de Oposição ao Abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2025 – Relatório Síntese – Conhecimento**

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, veio aprovar o estatuto do Direito de Oposição, ao abrigo do qual os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“- Vamos abordar o Direito de Oposição e responder, não quando o sr. Presidente quer, qual inquisidor, mas quando se justifica. E não trazemos música nem aviõezinhos de papel. Temos pleno respeito pelas instituições.*

*- O Partido Socialista não vive no passado (8 anos de governação socialista, com algumas inaugurações pela governação conservadora). Estou confiante que o Partido Socialista (e os cidadãos) não serão sacrificados com 8 anos de governação conservadora, nem com incompetência nem com falta de financiamento. O Partido Socialista tem sido desconsiderado, vilipendiado, insultado até, na sua forma de intervenção conciliadora e na sua ideologia, como se estivessemos não em pleno abril, mas na noite de breu da ditadura, ao longo de 3 anos deste mandato do executivo conservador. E tem-se abtido durante 3 anos (e, portanto, não sendo do “contra” por ser do “contra”), o Partido Socialista decidiu não apresentar quaisquer sugestões para 2025, por sistematicamente as suas propostas serem ignoradas, desrespeitadas ou desvirtuadas.*

*Exemplificando:*

*Só em 2023, o Partido Socialista propôs 107 ações, sempre fundamentadas e caracterizadas, sem qualquer retorno de apreciação e decisão favorável, muitas delas sem custos associados ou custos reduzidos.*

*Nos 2 anos anteriores, apresentámos outro conjunto de ações, idêntico no seu volume, qualificação e interesse para os cidadãos.*

*Dada a sua extensão, citaremos apenas alguns exemplos, inovadores ou replicadores, desmistificando a pretensa falta de colaboração do Partido Socialista:*

*1 – Criação da via estruturante S. Martinho do Bispo – Santa Clara.*

*2 – Criação de Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Sem Fins Lucrativos, do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto e do Regulamento Municipal para Atribuição do Cartão Social para Famílias Numerosas, a integração de Coimbra na Rede de Autarquias Solidárias e a adesão do Município de Coimbra à Rede de Municípios com Qualidade de Vida. É preciso muito dinheiro para isto ou trabalho?*

*3 – Criação da Loja do Cidadão do Idoso / Pessoas Mais Velhas e da Casa Municipal das Associações.*

*4 – Criação de espaços coworking, valorização do comércio tradicional, promoção de “lojas com História”, inovando no conceito das “unidades territoriais”.*

*5 – Que Coimbra como cidade média, possa aproveitar, a partir da sua situação intermédia, a força da convergência (que aproxima os espaços menos desenvolvidos dos mais desenvolvidos) e a força de aglomeração (onde há concentração de pessoas, empresas e capital), sendo que o processo de urbanização não tem favorecido as cidades médias, apesar do aumento do bem-estar.*

*O futuro das cidades ou as cidades do futuro passa pela inovação tecnológica (a internet e agora a inteligência artificial), e pela renaturalização do espaço, corrigindo desequilíbrios ambientais e investindo na economia de proximidade.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*A ONU para a habitação reconheceu a UCLG, organização mundial das cidades e governos regionais e convénio das grandes metrópoles para a liderança climática, tendo sido já criado o Observatório Global para as Proximidades Sustentáveis.*

*Não são slogans, são medidas práticas para a criação de espaços urbanos menos consumidores de recursos, para os cidadãos que têm o direito à cidade.*

*6 – Um programa Mentoria e Computação, que tem “mentores” para apoiar professores (não para os substituir) e alunos, e inclui jovens licenciados (inovação, onde a Câmara Municipal de Cascais (da área política do atual executivo de Coimbra), vai investir 3,7 milhões de euros).*

*Os “mentores” acompanharão os estudantes e a formação de professores em computação, pedagogia e ensino partilhado, e terão acesso à habitação pública.*

*Eis uma forma de fixar jovens e talentos, criando emprego e aumentando competência profissional e académica, sem prejuízo da instalação de empresas.*

*7 – A reabilitação do Choupal, em articulação com o ICNF e o rio Mondego, a reabilitação do atual Arquivo Municipal de Coimbra, a reabilitação do Jardim da Sereia, a revisão do estado deplorável do elétrico na Rua da Alegria, a recriação do Museu dos Transportes prometida, a reabilitação da Couraça de Lisboa, da Rotunda do Papa, da Rua Alexandre Herculano e transversal ascendente, da Rua José Falcão e da Rua Lourenço Almeida Azevedo, o investimento da CMC no Exploratório de Coimbra.*

*8 - Uma grande obra, que seria a criação de um parque verde e reabilitação na Lapa dos Esteios e zonas envolventes da margem esquerda do Rio Mondego, com financiamento europeu através do Portugal 2030. Foi classificada pelo Governo de Portugal em 2011, como local de Interesse Público e, segundo estudo etnobotânico do Prof. Jorge Paiva, tem 135 espécies identificadas, com um conjunto de plantas medicinais, comestíveis e venenosas.*

*9 – Que no Apoio ao Funcionamento das Freguesias, os quantitativos recebidos tivessem em conta, para além de outros critérios existentes e a ponderar, o horário variável de abertura das respetivas sedes; que fosse feita a atualização dos Autos de Transferência de Competências para 2024, que deveria ser reajustado em face das competências que algumas freguesias já possuem; que fossem reforçadas as verbas referentes aos Contratos Interadministrativos (Obras); que fosse feita a atualização dos autos de verificação de trabalhos, que ultrapassam os preços que a câmara indica como referência, dada a inflação e o desinteresse dos empreiteiros nas verbas apresentadas; que fossem clarificadas competências (o Parque Industrial de Taveiro foi limpo pela empresa SIMARF, a quem não competia tal tarefa. O litígio entre quem devia pagar, a UF Taveiro, Ameal e Arzila ou a CMC, não beneficia a imagem de ambas); que fossem esclarecidos os atrasos na entrega dos projetos, nas obras por executar, e em obras que tenham sido contratadas por UF fora dos protocolos com a CMC; que seja esclarecido se “em execução” se entende por “curso lançado”; que na delegação de competências, há muita verba investida, mas não haja controle através de apresentação de relatórios.*

*10 - E, por não despreciando, em relação ao ambiente, a renaturalização de espaços urbanos municipais a definir, para que sejam menos consumidores de recursos, para a correção de desequilíbrios ambientais e para o investimento na economia de proximidade.*

*Mais de metade da população mundial vive nas cidades, quando as áreas urbanas correspondem a apenas 3% da superfície terrestre. E é responsável por cerca de 60% do consumo de energia e de 75% das emissões de gases com efeito de estufa. Em Portugal, mais de 50% da população está concentrada em 31 municípios, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.*

*A renaturalização existe nas florestas urbanas de Leipzig (na Alemanha), no Reino Unido com o plano de renaturalização de 300.000 hectares de terreno, mas também, em Portugal, nas ribeiras do concelho de Cascais, no Vale do Côa com um corredor ecológico de 1.700 hectares em alargamento.*

*Mas, imagine-se, no concelho de Coimbra, uma associação criou a Bio-Reserva da Senhora da Alegria, em Almalaguês, com a biodiversidade e bosque atlântico, recorrendo até ao crowdfunding para criar uma rede de biorreservas.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Face a estas propostas, com mais-valias, entendemos, algumas das quais sem custos acrescidos, como não classificar o executivo autárquico conservador em imobilista, propagandista, autocrático, pesporrente e autoritário?*

*Onde está a demagogia e a mentira? Os cidadãos de Coimbra decidirão”.*

Assim, foi apresentado o relatório síntese referente ao Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2025 – MGD n.º 97414, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3025/2024 (25/11/2024):*

- **Tomar conhecimento do Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do estatuto do Direito de Oposição relativo à proposta de Orçamento e GOP para 2025, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento.**

### III.7. SMTUC – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2025 dos SMTUC

Na sequência da deliberação do Conselho de Administração dos SMTUC, de 19/11/2024, deu entrada o registo MGD n.º 69185, da mesma data, dos SMTUC, “Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2025 dos SMTUC”, que mereceu a seguinte apreciação:

A vogal do Conselho de Administração dos SMTUC, Maria João Melo, fez uma breve apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2025.

Com um orçamento de 37,9 milhões de euros (M€), “em 2025 será dada continuidade à política de renovação da frota, proposta pelos SMTUC e aprovada pelo Município, e de incentivo à utilização do transporte público, que se traduzirá num esforço de investimento de cerca de 14M€, no âmbito de uma candidatura ao Fundo Ambiental / Plano de Recuperação e Resiliência – PRR”, pode ler-se na introdução do documento.

O orçamento dos SMTUC para 2025, fortemente condicionado pelas fortes restrições financeiras, em resultado da atual conjuntura financeira do Município de Coimbra, assenta num montante de Receita e Despesa Total previstas de 37,9 milhões de euros (M€), valor superior ao do ano passado. As receitas correntes, segundo o documento, deverão atingir os 24,6 M€, as Receitas de Capital ascendem a 8,9 M€, sendo as Receitas Não Efetivas no valor de 4,4 M€.

Perspetiva-se que 40,7% do total da receita corrente resulte da venda de bens e de serviços correntes, multas e outras penalidades, incluindo as transferências provenientes dos passes gratuitos dos jovens até aos 23 anos e os restantes 59,3% de transferências correntes. Por sua vez, do montante relativo a Receitas de Capital, cerca de 8,6 M€, refere-se à transferência de capital proveniente do Fundo Ambiental / Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, no âmbito da candidatura apresentada para aquisição de autocarros elétricos e respetivos carregadores.

Relativamente às despesas, as Despesas Correntes são de 20,8 M€ e as Despesas de Capital são de cerca de 17 M€. Para as despesas Correntes contribuem com cerca de 67% (mais de 13M€) as despesas com pessoal e cerca 32% para aquisição de bens e serviços, incluindo materiais de conservação e de manutenção, gásóleo e eletricidade.

Depois da entrada em serviço, em 2024, das novas viaturas elétricas (dez autocarros standard e 12 miniautocarros, bem como de 22 novos carregadores), prevê-se para o ano de 2025, de acordo como o documento, dar continuidade à renovação da frota e ao incentivo à utilização do transporte público, definida pelo Conselho de Administração dos SMTUC. Nesse sentido, está prevista a aquisição e a entrada em



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

serviço de 30 novos autocarros elétricos (14 standard e 16 médios) que vão substituir autocarros mais antigos e com menor eficiência (económica e ambiental), contribuindo para a melhoria do serviço e para a eficiência (económica e ambiental).

Para 2025, importa ainda referir o alargamento da gratuidade a todos os jovens até aos 23 anos, devendo o restante tarifário sofrer a atualização que venha a ser estabelecida para o efeito pela Autoridade de Mobilidade e Transportes, com exceção do Bilhete de Motorista, que manterá a sua a tarifa inalterada.

Em relação ao mapa de pessoal, o documento prevê que o efetivo de pessoal em 31 de dezembro do próximo ano seja de 555 trabalhadores. O ano de 2025 continua, assim, a constituir um enorme desafio para os SMTUC, em matéria de contratação de recursos humanos, em especial para os trabalhadores com as categorias de Assistente Operacional (funções de Agente Único).

Os documentos previsionais apresentados são constituídos, entre outros documentos, pelas Grandes Opções do Plano (GOP), pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), pelo Orçamento e Plano Plurianual para 2025 e os quatro anos seguintes. Em relação ao PPI, estruturado em quatro objetivos estratégicos e respetivos programas, apresenta um valor total de 27,8 M€, com financiamento definido de cerca de 17 M€. Destaca-se, neste documento, a aquisição de 30 novos autocarros elétricos. O valor do projeto é de 15,9 M€, com uma comparticipação financeira comunitária da ordem dos 8,6 M€ e com financiamento da contrapartida nacional no valor de 4,4 M€, através de empréstimo para o efeito, em fase da contratualização.

Está, igualmente, prevista a aquisição de mais uma viatura de transporte especial no valor de 85 mil euros, com vista a aumentar a oferta e a melhorar a prestação do serviço aos clientes com mobilidade reduzida.

Estão também previstos outros investimentos, com financiamento definido, de valor superior a 500 mil euros. Nestes, constam a beneficiação de instalações, a melhoria das condições de informação ao público e a comodidade nas paragens, a aquisição de equipamento de bilhética, o reforço e a atualização do parque informático e dos sistemas de informação, a melhoria das condições nos parques de estacionamento existentes, bem como, a aquisição de equipamentos administrativos diversos para melhoria de postos de trabalho.

Outra importante medida para o ano de 2025 assenta na disponibilização da nova solução de carregamento de títulos de transportes através de aplicação móvel, utilizando o smartphone do utilizador (TopUp), assente na tecnologia NFC (Near Field Communication), mais um importante passo rumo à desmaterialização.

Segundo a previsão do documento, a rede dos SMTUC, no próximo ano, vai ter em operação 111 linhas, servidas por 112 autocarros e miniautocarros em operação diária, com destaque para o reforço do peso da mobilidade elétrica que vai atingir mais de 45%, contra os atuais cerca de 27%, mantendo-se a extensão de 657 quilómetros. A idade média da frota vai diminuir para os 9 anos.

Também as previsões para o próximo ano apontam para um número de passageiros (validações do sistema de bilhética) na ordem dos 12,2 milhões nas linhas regulares, 11 mil no sistema Ecovia, 43 mil na Linha do Botânico, 22 mil na Linha Azul, 81 mil no Elevador do Mercado e, nos serviços de Mobilidade Reduzida, cerca de 9 mil utentes. Prevê-se que cerca de 70% dos utilizadores utilizem passe social para aceder ao serviço e 26,5% bilhetes pré-comprados. Os bilhetes de motorista podem corresponder a 3% e o bilhete diário a 0,8%, enquanto os bilhetes de estacionamento a 0,2%.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita e que consubstanciaria a justificação de voto dos Senhores Vereadores do PS:

*“Os SMTUC são uma estrutura municipal que tem como atividade assegurar o serviço público de transporte de passageiros do Município de Coimbra, com mais de um século de história, e são parte fundamental da identidade de Coimbra, desempenhando um relevante papel económico, ambiental e social. São um pilar fundamental na mobilidade e acessibilidade das pessoas e são condição essencial para que o concelho de Coimbra tenha empresas e serviços mais competitivos e com franca expansão.*

*Os três anos de mandato da coligação “Juntos Somos Coimbra” têm sido altamente penalizantes para os SMTUC pois a tentativa, gorada, da sua extinção com a sua consequente internalização na Câmara e posteriormente a empresarialização, geraram enorme instabilidade interna e consequente degradação na*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*qualidade dos serviços prestados que se continua a sentir com muita acuidade, com enorme eco por parte da população utilizadora que todos os dias sente que os serviços estão cada vez pior, com permanentes supressões de linhas, incumprimentos sistemáticos dos horários e insustentável degradação dos autocarros em circulação. Também a nível interno, o clima de insatisfação é enorme, atestado pelas sucessivas greves e plenários de trabalhadores, motivados pela degradação das condições de trabalho e incumprimento do ACEP assinado em 2021.*

*Neste contexto, o Partido Socialista, que tem vindo a assumir uma postura de oposição construtiva, apresentou, ao abrigo do estatuto de oposição, 9 propostas para incorporar nas GOPs e Orçamento de 2024 dos SMTUC. Destas propostas, apenas uma (manutenção do passe escolar gratuito para todos os estudantes do ensino público obrigatório, do jardim de infância até ao 12.º ano) foi prevista no documento apresentado pelo Executivo.*

*Tal como já tinha acontecido em 2023, não foram acolhidas as propostas do PS relativas à manutenção do tarifário dos SMTUC, nomeadamente dos bilhetes ocasionais da rede geral e da Ecovia que aumentam 6,43%, a acrescer ao aumento do ano passado que tinha sido de 6,11%. O ano de 2025 vai continuar a ser muito difícil para os conimbricenses que vão ter de continuar a lidar, diariamente, com os constrangimentos mal planeados das obras do sistema de mobilidade do Mondego e das Águas de Coimbra, pelo que era essencial, mais do que nunca, que as pessoas aderissem ao transporte público, mas o Executivo, incompreensivelmente, continua a aprovar medidas de sinal contrário, que desincentivam o recurso aos transportes públicos.*

*A coligação “Juntos Somos Coimbra” continua ainda a esquecer-se das promessas que fez aos trabalhadores dos SMTUC, em particular aos motoristas, não estando, mais uma vez, preconizada qualquer medida concreta para resolver a sua situação profissional, que afirmaram, reiteradamente, que resolviam.*

*Registamos, contudo, uma inversão, face ao ano anterior, relativamente ao mapa de pessoal, que foi esvaziado pelas ideias peregrinas da internalização dos SMTUC na Câmara e da empresarialização. É sintomática e preocupante a “debandada” de trabalhadores que se tem assistido nos SMTUC nestes três anos de mandato. Nos documentos apresentados não descortinamos qualquer estratégia de recrutamento, de sensibilização e de atração de trabalhadores para os SMTUC, designadamente para as funções de motorista e áreas operacionais da oficina. Quem tudo resolvia quando estava na Oposição, agora no Poder nada resolve afinal, sendo conflagradora a total falta de estratégia e de ideias. Apenas resolveu, erradamente, retirar Vereadores da responsabilidade política direta dos SMTUC, com novo Conselho de Administração externo, desresponsabilizando o executivo, e demonstrando ineficácia.*

*Continua sem estar previsto o alargamento das carreiras dos SMTUC à zona noroeste da cidade, quando esta tem sido fortemente penalizada ao longo de décadas pela falta de transportes de qualidade e pelo usufruto do tarifário social dos SMTUC, representando uma discriminação negativa dos munícipes residentes nestas Freguesias. Aliás, sobre este assunto continua a pairar um silêncio ensurdecador nos documentos apresentados, pese embora as palavras de circunstância do Conselho de Administração na Introdução do documento quando referem que o setor dos transportes é “o principal impulsor do desenvolvimento dos territórios”, afirmando-se como “um fator estruturante no desenvolvimento das sociedades e da sua coesão territorial e social” (pág. 6). Contudo, na realidade, ignora-se totalmente a necessidade de alargamento da rede municipal de transportes operada pelos SMTUC à União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamasosa, às Freguesias de São João de Campo e São Silvestre e às localidades da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos que ainda não são servidas pelos SMTUC.*

*Quanto aos meios alternativos de deslocação, necessários pelas anomalias, avarias e diatribes, faltou uma estratégia e programa adequado de equilíbrio de rotas e horários, que satisfizesse os cidadãos.*

*Porque não há alguma cobertura do concelho com miniautocarros e com circuitos contínuos, como por exemplo entre os 3 polos da Universidade, que captaria muita procura e seria um bom investimento?*

*O orçamento apresentado cifra-se num montante superior a 37,9 M€, assente essencialmente do lado das Receitas Correntes no subsídio da Câmara Municipal de 12,6 milhões de euros, venda de serviços 5 milhões de euros e reembolso de IVA de 4,2 milhões de euros. No lado das Receitas de capital, as dotações do PRR e*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*o empréstimo contraído pela CMC totalizam quase os 8,9 milhões de euros deste tipo de receita. Analisando as previsões, verifica-se que, apesar do ponto mais baixo da procura já ter sido ultrapassado, o subsídio da Câmara Municipal mantém-se de ano para ano em níveis muito elevados, não se percebendo qualquer melhoria operacional implementada pela recente administração. O nível de dependência e o desequilíbrio de contas da CMC mantém-se em níveis praticamente inalterados.*

*É, pois, um orçamento que exigirá um acompanhamento de perto, sendo recomendável que o Executivo apresente à Câmara, balancetes periódicos com a previsão anual ajustada da receita e o mapa detalhado dos compromissos assumidos, o que não aconteceu durante este ano de 2024, o que nos deixa expectantes relativamente aos documentos de prestação de contas do final do exercício.*

*Quanto ao investimento previsto de 17M€ é direcionado na sua quase totalidade para aquisição de autocarros, o que só peca por tardio. Esperemos que tenham a capacidade de concretizar este investimento em 2025.*

*Para concluir, com todas as discordâncias de fundo do Partido Socialista e na conclusão do mandato deste executivo autárquico conservador, e tendo como principal fator o descontentamento dos cidadãos, os vereadores do PS votam contra a proposta de GOP e Orçamento para 2025 dos SMTUC, afirmando que continuaremos a lutar pelos SMTUC e pelo centenário serviço público de transportes em Coimbra, diferenciando-se claramente da postura inconsequente deste executivo, contraditória quando estavam na oposição camarária”.*

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que já se havia pronunciado sobre este ponto aquando da sua intervenção sobre as GOP da CMC.

Neste contexto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 3026/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2025”** que totalizam 37.932.555€, dos quais 24.638.205€ (64,95%) respeitam a Receitas Correntes, 8.910.350€ (23,49%) a Receitas de Capital e 4.384.000€ (11,56%) a Receitas Não Efetivas. Quanto à despesa, 20.778.870€ (54,78%) respeitam a Despesas Correntes e 17.006.885€ (44,83%) a Despesas de Capital, 146.800,00€ (0,39%) a Despesas Não Efetivas, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2025 totaliza o valor de 27.753.455€, dos quais 17.006.885€ têm financiamento definido;
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**  
O documento “*GOP e Orçamento dos SMTUC 2025*”, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Miguel Fonseca e Júlio Gaudêncio. Votaram contra os Senhores Vereadores José Dias, Hernâni Caniço, Rosa Cruz e Raquel Santos. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós.

### **Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:**

*“Os SMTUC são uma estrutura municipal que tem como atividade assegurar o serviço público de transporte de passageiros do Município de Coimbra, com mais de um século de história, e são parte fundamental da identidade de Coimbra, desempenhando um relevante papel económico, ambiental e social. São um pilar fundamental na mobilidade e acessibilidade das pessoas e são condição essencial para que o concelho de Coimbra tenha empresas e serviços mais competitivos e com franca expansão.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Os três anos de mandato da coligação “Juntos Somos Coimbra” têm sido altamente penalizantes para os SMTUC pois a tentativa, gorada, da sua extinção com a sua consequente internalização na Câmara e posteriormente a empresarialização, geraram enorme instabilidade interna e consequente degradação na qualidade dos serviços prestados que se continua a sentir com muita acuidade, com enorme eco por parte da população utilizadora que todos os dias sente que os serviços estão cada vez pior, com permanentes supressões de linhas, incumprimentos sistemáticos dos horários e insustentável degradação dos autocarros em circulação. Também a nível interno, o clima de insatisfação é enorme, atestado pelas sucessivas greves e plenários de trabalhadores, motivados pela degradação das condições de trabalho e incumprimento do ACEP assinado em 2021.*

*Neste contexto, o Partido Socialista, que tem vindo a assumir uma postura de oposição construtiva, apresentou, ao abrigo do estatuto de oposição, 9 propostas para incorporar nas GOPs e Orçamento de 2024 dos SMTUC. Destas propostas, apenas uma (manutenção do passe escolar gratuito para todos os estudantes do ensino público obrigatório, do jardim de infância até ao 12.º ano) foi prevista no documento apresentado pelo Executivo.*

*Tal como já tinha acontecido em 2023, não foram acolhidas as propostas do PS relativas à manutenção do tarifário dos SMTUC, nomeadamente dos bilhetes ocasionais da rede geral e da Ecovia que aumentam 6,43%, a acrescer ao aumento do ano passado que tinha sido de 6,11%. O ano de 2025 vai continuar a ser muito difícil para os conimbricenses que vão ter de continuar a lidar, diariamente, com os constrangimentos mal planeados das obras do sistema de mobilidade do Mondego e das Águas de Coimbra, pelo que era essencial, mais do que nunca, que as pessoas aderissem ao transporte público, mas o Executivo, incompreensivelmente, continua a aprovar medidas de sinal contrário, que desincentivam o recurso aos transportes públicos.*

*A coligação “Juntos Somos Coimbra” continua ainda a esquecer-se das promessas que fez aos trabalhadores dos SMTUC, em particular aos motoristas, não estando, mais uma vez, preconizada qualquer medida concreta para resolver a sua situação profissional, que afirmaram, reiteradamente, que resolviam.*

*Registamos, contudo, uma inversão, face ao ano anterior, relativamente ao mapa de pessoal, que foi esvaziado pelas ideias peregrinas da internalização dos SMTUC na Câmara e da empresarialização. É sintomática e preocupante a “debandada” de trabalhadores que se tem assistido nos SMTUC nestes três anos de mandato. Nos documentos apresentados não descortinamos qualquer estratégia de recrutamento, de sensibilização e de atração de trabalhadores para os SMTUC, designadamente para as funções de motorista e áreas operacionais da oficina. Quem tudo resolvia quando estava na Oposição, agora no Poder nada resolve afinal, sendo conflagradora a total falta de estratégia e de ideias. Apenas resolveu, erradamente, retirar Vereadores da responsabilidade política direta dos SMTUC, com novo Conselho de Administração externo, desresponsabilizando o executivo, e demonstrando ineficácia.*

*Continua sem estar previsto o alargamento das carreiras dos SMTUC à zona noroeste da cidade, quando esta tem sido fortemente penalizada ao longo de décadas pela falta de transportes de qualidade e pelo usufruto do tarifário social dos SMTUC, representando uma discriminação negativa dos munícipes residentes nestas Freguesias. Aliás, sobre este assunto continua a pairar um silêncio ensurdecido nos documentos apresentados, pese embora as palavras de circunstância do Conselho de Administração na Introdução do documento quando referem que o setor dos transportes é “o principal impulsionador do desenvolvimento dos territórios”, afirmando-se como “um fator estruturante no desenvolvimento das sociedades e da sua coesão territorial e social” (pág. 6). Contudo, na realidade, ignora-se totalmente a necessidade de alargamento da rede municipal de transportes operada pelos SMTUC à União de Freguesias de São Martinho de Árvore e Lamasosa, às Freguesias de São João de Campo e São Silvestre e às localidades da União de Freguesias de Antuzede e Vil de Matos que ainda não são servidas pelos SMTUC.*

*Quanto aos meios alternativos de deslocação, necessários pelas anomalias, avarias e diatribes, faltou uma estratégia e programa adequado de equilíbrio de rotas e horários, que satisfizesse os cidadãos.*

*Porque não há alguma cobertura do concelho com miniautocarros e com circuitos contínuos, como por exemplo entre os 3 polos da Universidade, que captaria muita procura e seria um bom investimento?*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*O orçamento apresentado cifra-se num montante superior a 37,9 M€, assente essencialmente do lado das Receitas Correntes no subsídio da Câmara Municipal de 12,6 milhões de euros, venda de serviços 5 milhões de euros e reembolso de IVA de 4,2 milhões de euros. No lado das Receitas de capital, as dotações do PRR e o empréstimo contraído pela CMC totalizam quase os 8,9 milhões de euros deste tipo de receita. Analisando as previsões, verifica-se que, apesar do ponto mais baixo da procura já ter sido ultrapassado, o subsídio da Câmara Municipal mantém-se de ano para ano em níveis muito elevados, não se percebendo qualquer melhoria operacional implementada pela recente administração. O nível de dependência e o desequilíbrio de contas da CMC mantém-se em níveis praticamente inalterados.*

*É, pois, um orçamento que exigirá um acompanhamento de perto, sendo recomendável que o Executivo apresente à Câmara, balancetes periódicos com a previsão anual ajustada da receita e o mapa detalhado dos compromissos assumidos, o que não aconteceu durante este ano de 2024, o que nos deixa expectantes relativamente aos documentos de prestação de contas do final do exercício.*

*Quanto ao investimento previsto de 17M€ é direcionado na sua quase totalidade para aquisição de autocarros, o que só peca por tardio. Esperemos que tenham a capacidade de concretizar este investimento em 2025.*

*Para concluir, com todas as discordâncias de fundo do Partido Socialista e na conclusão do mandato deste executivo autárquico conservador, e tendo como principal fator o descontentamento dos cidadãos, os vereadores do PS votam contra a proposta de GOP e Orçamento para 2025 dos SMTUC, afirmando que continuaremos a lutar pelos SMTUC e pelo centenário serviço público de transportes em Coimbra, diferenciando-se claramente da postura inconsequente deste executivo, contraditória quando estavam na oposição camarária.”*

### **III.8. SMTUC – Mapa de Pessoal dos SMTUC para 2025**

O Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o cumprimento dos objetivos da organização, caracterizados em função das atividades e competências que o seu titular se destina a cumprir ou executar; ou do cargo, carreira e/ou categoria que lhes correspondam e dentro de cada carreira e/ou categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular. A sua elaboração decorre da aplicação dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em matéria de planeamento e gestão dos recursos humanos: “Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução.”

Assim, foi elaborada a informação n.º 8775, de 18/11/2024, da Chefe da Divisão de Recursos Humanos dos SMTUC, sujeita a deliberação do Conselho de Administração dos referidos serviços, de 19/11/2024, e despacho do Senhor Presidente, de 19/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3027/2024 (24/11/2024):*

- **Aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2025, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma;**
- **Enviar à Assembleia Municipal para análise e votação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **III.9. DF-DCR – Centro de Cultura e Recreio de Larçã (CCRL) – Pedido de renovação de isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Centro de Cultura e Recreio de Larçã (CCRL) encontra-se isento de IMI para o período de 2021-2023, na sequência do deferimento do pedido efetuado em 13/04/2021 (MGD 20686). A referida isenção foi atribuída ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento n.º 1033/2020, de 19/11 (doravante designado por Regulamento), pelo período de 3 anos, com possibilidade de renovação. No dia 20/10/2023, através do MGD 60002, o CCRL solicitou, através de requerimento, a renovação da isenção do IMI.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96492, de 19/11/2024, da Divisão de Controlo da Receita, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Financeiro, bem como despacho do Senhor Vereador Miguel Fonseca, todos da mesma data, e despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3028/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir ao imóvel, com o artigo matricial n.º U-1394 (requerente – Centro de Cultura e Recreio de Larçã (CCRL), a renovação da isenção de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), por um período único de 5 (cinco) anos, produzindo efeito no período fiscal de 2024 a 2028, com o valor estimado da despesa fiscal de € 1.388,09 (mil, trezentos e oitenta e oito euros e nove cêntimos).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **III.10. DGU-DCHRU – Prédio sito na Rua do Corvo, n.ºs 31 a 39, artigo matricial n.º 5129, da União das Freguesias de Coimbra – Reconhecimento da intervenção de reabilitação ao abrigo do n.º 4 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, para efeitos de isenção do IMI e do IMT**

A 19/08/2024, deu entrada o requerimento n.º 49203, de Wybe Van Halsema, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua do Corvo, n.ºs 31 a 39, em Coimbra, a solicitar a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - alínea a) do n.º 2 e n.º 4, e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT) - alínea b) do n.º 2 e n.º 4, todos do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Assim, foi apresentada a informação n.º 93026, de 07/11/2024, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 11/11/2024, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 18/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3029/2024 (25/11/2024):*

- **Reconhecer a intervenção de reabilitação no prédio sito na Rua do Corvo, n.ºs 31 a 39, com o artigo matricial n.º 5129 da União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu), descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Coimbra, sob o n.º 183/19950411 e dos seguintes benefícios fiscais, uma vez que foram cumpridos os requisitos do n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, isentando:**
  1. O Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de três anos com início em 2023 e término em 2025, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF;
  2. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF aplicável ao adquirente, uma vez que iniciou as obras dentro do prazo máximo de três anos a contar da data da aquisição.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **III.11. DF-DCF – Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e Empresas Municipais de Coimbra – Apoio financeiro**

A Direção da Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e Empresas Municipais de Coimbra, solicitou, através do registo MGD n.º 63118, a atribuição de subsídio para a realização da Festa de Natal para todos os descendentes dos trabalhadores da CMC, dos SMTUC e das Águas de Coimbra referente ao ano em curso, abrangendo a manutenção da atividade do Coro Carlos Seixas, bem como a manutenção da atividade da instituição referente ao ano de 2025.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95390, de 14/11/2024, da Divisão de Contabilidade e Finanças, que obteve parecer da Diretora do Departamento Financeiro, de 18/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3030/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir um apoio financeiro à Casa do Pessoal da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e Empresas Municipais de Coimbra no montante de 130.000,00 € (cento e trinta mil euros) discriminado da seguinte forma:**
  - 17.000,00€ (dezassete mil euros) para despesas com obras de manutenção do espaço que serve de refeitório da CMC, alargamento do refeitório dos SMTUC, aquisição de material de escritório, manutenção e reparação/aquisição de eletrodomésticos e equipamento informático e redução da faturação por causa do aumento de preços das matérias-primas nos refeitórios, sobretudo devido à crescente inflação;
  - 17.000,00€ (dezassete mil euros) para realização da Festa de Natal de 2024 (espetáculo musical a realizar na Igreja do Convento de São Francisco);
  - 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) para aquisição de brinquedos para oferecer aos filhos dos trabalhadores até aos 12 anos de idade;
  - 14.500,00€ (quatorze mil e quinhentos euros) para apoio às atividades do Coro Carlos Seixas;
  - 6.000,00€ (seis mil euros) para realização de atividades de natureza desportiva, cultural e recreativa;
  - 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros) para abertura do refeitório da Pedrulha (equipamento informático e equipamento hoteleiro);
  - 44.000,00€ (quarenta e quatro mil euros) para contratação de duas trabalhadoras para o refeitório da Pedrulha.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO IV. EQUIPAMENTO RURAL, URBANO E PATRIMÓNIO**

### **IV.1. DDEECI-DEAE – Mercado Municipal D. Pedro V – Proposta de realização de ações de dinamização pela empresa concessionária de restauração – Renasceia – Hotelaria e Restauração, Lda. e Coimbra Hypermarket**

A Renasceia – Hotelaria e Restauração, Lda., na qualidade de concessionário referente à “Atribuição do Direito de Exploração de Espaços para Restauração de bebidas ou afins no Mercado Municipal D. Pedro V” (contrato n.º 23/2021), em colaboração com a Coimbra Hypermarket, requereu, através do e-mail registado



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

com n.º 67752, de 12/11/2024, autorização para a Realização do “Coimbra Hypermarket no Mercado – Edição Especial de Natal” – 14 e 15 de dezembro.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:  
*“São louváveis todas as iniciativas que promovem eventos com circulação de pessoas no Mercado Municipal, tal como é louvável o empenho do Senhor Vereador Miguel Fonseca, a quem felicitamos. No entanto, nestas iniciativas, a maior adesão ao mercado gera à volta das iniciativas pontuais de consumismo, não resultando acréscimo de clientes para os vendedores fixos nem aumento da rentabilidade necessária. Assim, se é verdade que a venda da cerveja, restauração, hipermarket e animação cultural aumentam, tal não tem reflexo nos consumíveis das bancas instaladas, que necessitam moralização, motivação e rendimentos. Sem prejuízo do Regulamento dos Mercados Municipais (ponto seguinte), sugeria ao Senhor Vereador Miguel Fonseca (estou certo da sua abertura para ideias de outrem), fossem ponderadas 8 medidas direcionadas para estimular os atuais e novos vendedores e a atratividade dos consumidores, tais como: campanhas externas de divulgação da tipologia e qualidade dos produtos permanentemente em venda, apoio aos equipamentos expositores atualizados que gerem aliciamiento de clientes, atribuição de recursos informáticos de informação de produtos, preços e horários de funcionamento, estacionamento mais favorável aos utilizadores, existência de uma máquina multibanco em cada piso, rampas de acesso por limitação funcional, apoio a promoções e prémios sazonais, criação do ready-to-eat (os anglicismos estão na moda na Câmara Municipal de Coimbra) (obviamente significa pronto-a-comer), entre outras.”*

O Senhor **Vereador Miguel Fonseca** solicitou ao Senhor Vereador Hernâni Caniço que lhe fizesse chegar por e-mail as suas sugestões, lembrando, contudo, que algumas dessas propostas não dependem diretamente da Câmara Municipal, como é o exemplo da disponibilização de caixas ATM nos dois pisos, sendo essa uma decisão das instituições bancárias, processo que não é fácil. Agradeceu as sugestões e disse que irão tomá-las em devida consideração.

O Senhor **Presidente** lembrou que estas propostas não foram tidas em consideração por quem, durante 8 anos, não realizou uma única hasta pública para o Mercado Municipal.

O Senhor **Vereador Hernâni Caniço** mencionou que até parece que é proibido apresentar propostas em função dos 8 anos e que não tiveram medo no tempo da ditadura, tal como não terão atualmente.

Assim, foi apresentada a informação n.º 94437, de 12/11/2024, da Divisão de Empreendedorismo e Atividades Económicas, que obteve parecer do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, ambos de 13/11/2024, e do Senhor Presidente, de 15/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3031/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a realização da iniciativa “Coimbra Hypermarket no Mercado”, a realizar no piso 1, nos dias 14 e 15 de dezembro;**
- **Aprovar, a título excepcional, a abertura dos pisos 1 e 2, do Mercado Municipal D. Pedro V, no domingo, dia 15 de dezembro, entre as 8h00 e as 18h00, com a salvaguarda do reforço dos serviços de limpeza do Mercado, incluindo instalações sanitárias, mantendo o espaço em perfeitas condições de higiene e limpeza;**
- **Aprovar a cedência da Sala de Formação, do projeto da “SIC Esperança”, nos dias 14 e 15 de dezembro, para a realização de workshops;**
- **Aprovar a realização da iniciativa “Celebração na Noite de Passagem de Ano”, a realizar no piso 1;**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar, a título excecional, o alargamento do horário de funcionamento dos pisos 1 e 2, do Mercado Municipal D. Pedro V, no dia 1 de janeiro, entre as 00h00 e as 02h00, com a salvaguarda do reforço, pela Renasceia – Hotelaria e Restauração, Lda.”, da vigilância das instalações e das tarefas de limpeza das instalações do Mercado, incluindo instalações sanitárias, mantendo o espaço em perfeitas condições de higiene e limpeza.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### IV.2. DAG-DAJC – Alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais

Decorridos 8 anos de vigência do Regulamento dos Mercados Municipais, aprovado pela Assembleia Municipal de Coimbra em 01/03/2016, constatou-se a necessidade de se lhe introduzirem alterações, tendo em vista a sua simplificação, bem como o incremento de novas condições de atratividade e de alavancagem dos mercados municipais. Assim, e sob impulso da Divisão de Empreendedorismo e Atividades Económicas, a Câmara Municipal deliberou, em 11-12-2023, iniciar o procedimento de modificação do referido regulamento, a que se seguiu a aprovação, por deliberação n.º 2332, de 29/04/2024, das alterações a contemplar, e a sua publicação na 2.ª série do Diário da República, de 30/07/2024, para efeitos de consulta pública. Durante o prazo da consulta pública, e até ao presente, não foram apresentadas sugestões ou pronúncias.

Assim, foi apresentada a informação n.º 92554, de 06/11/2024, da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Administração Geral, ambos de 18/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3032/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar o projeto de alteração ao Regulamento dos Mercados Municipais, bem como submeter a sua aprovação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO V. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### V.1. DMTT-DPGRT – Programa de Incentivo ao transporte Público de Passageiros (Incentiva +TP) – Manutenção dos preços dos passes vigentes em 2023, como medida excecional de mitigação dos efeitos da inflação – 2.º trimestre de 2024 | Operadores ETAC, S.A. e TDI, S.A

A 19 de março foi publicado o Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico do programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva +TP), o qual substitui o Programa de Apoio à redução Tarifária (PART) nos transportes públicos de passageiros e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTRansP).

Assim, foi apresentada a informação n.º 96206, de 18/11/2024, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Mobilidade, Trânsito e Transportes, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, todos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3033/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, enquanto Autoridade de Transportes, a transferência, para os operadores ETAC, S.A. e Transdev, Interior S.A., das verbas para compensar o congelamento do valor dos passes bimodais e passes gratuitos para jovens estudantes do 2.º trimestre de 2024, decorrente da não aplicação do valor da TAT (6.43%), nos seguintes valores:**
  1. ETAC, S.A. o montante global de 16 818,93 €;
  2. Transdev Interior, S.A. o montante global de 2 574,93 €

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **V.2. DMTT-DPGRT – Incentiva +TP – Terceiro trimestre de 2024 – Proposta de transferência para os SMTUC – Ratificação**

Os SMTUC solicitaram, sob registo MGD n.º 65848 de 05/11/2024, “uma transferência a título de subsídio à exploração e/ou de outras transferências correntes no âmbito dos programas criados pelo governo para financiamento dos transportes públicos” no valor de 1 550 000,00 €. Este valor foi determinado após elaboração do orçamento de tesouraria dos SMTUC para novembro de 2024, onde se constatou que a previsão de receita a arrecadar para novembro não permite fazer face às despesas correntes para o respetivo mês, onde se incluem “remunerações aos trabalhadores (incluindo subsídio de Natal) combustíveis, fornecedores e outros compromissos inadiáveis” dos SMTUC.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95461, de 15/11/2024, da Divisão de Planeamento e Gestão de Redes de Transportes, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 18/11/2024, e do Diretor do Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transportes, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3034/2024 (25/11/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 20/11/2024 que autorizou que a Câmara Municipal, enquanto Autoridade de Transportes, transferisse para os SMTUC - operador de transporte de passageiros e meios próprios da Autoridade de Transportes de Coimbra - o valor de 1 564 826,75 €, relativo a Obrigações de Serviço Público de setembro de 2024 e de forma a compensar o operador pela Redução tarifária relativa ao 3.º trimestre de 2024 e ao Congelamento do valor dos passes referentes ao 1.º, 2.º e 3.º trimestre de 2024, incluindo ainda a comparticipação municipal nas suas várias componentes.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO VI. PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURA E CIÊNCIA**

### **VI.1. DCT-DCSF – Cartão Amigo do Convento São Francisco 2025 – Proposta de manutenção e atualização das regras de funcionamento**

O Cartão Amigo do Convento São Francisco (CSF) foi implementado em 2023 e ao longo do segundo ano de vigência foram emitidos 260 novos cartões e renovados 221. Nesta sequência, a Divisão do Convento São



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Francisco (DCSF), propôs que a Câmara Municipal delibere sobre a continuidade deste instrumento que visa, entre outros, tornar mais acessível o acesso à cultura e à fruição artísticas, e, ainda, a fomentar a fidelização dos públicos às atividades neste desenvolvidas.

Sobre este assunto, o Senhor **Vereador Hernâni Caniço** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita: *“Saúdo a atualização das regras do cartão Amigo do Convento São Francisco (CSF) 2025 (que aliás já tínhamos sugerido em 2023, nas nossas propostas ignoradas), quer relativamente à redução de custos de renovação para os cidadãos, quer quanto à aplicação simultânea do Cartão Amigo ao preço geral em toda a programação que também contempla outras reduções/descontos. No entanto, lamento que as sugestões que então fizemos não tenham tido acolhimento, como não impor uma frequência elevada do CSF (para ser rentável para o cidadão tendo em conta a sua disponibilidade), haja informação prévia adequada e consistente sobre os eventos em regime de aluguer e de partilha de bilheteira (para o cidadão não suspeitar de eventual ilusão ou logro), cativação das famílias (a generalidade dos frequentadores vai aos espetáculos em família), a criação de grupos sociais ou empresariais que pudessem protocolar e beneficiar da redução de preço global anual, e a promoção de parcerias (que geram descontos que se convertem em dinheiro), com marcas internacionais de prestígio, e com produtos e serviços em áreas tão diversas como férias e lazer, restaurantes, moda, desporto, formação, tecnologia ou serviços de apoio para toda a família. Enfim, nada a que não estejamos habituados no executivo que sabe tudo.”*

Assim, foi apresentada a informação n.º 96123, de 18/11/2024, do Chefe da Divisão do Convento São Francisco, que obteve parecer da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, da mesma data, bem como despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3035/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, e para o ano de 2025, a aplicação do preço de €20 (vinte euros), IVA incluído, para aquisição do Cartão Amigo/o CSF, bem como, a redução de 10% para a renovação do mesmo, e a manutenção da redução de 40% nos espetáculos devidamente identificados aquando da sua divulgação, excetuando-se os eventos em regime de aluguer e de partilha de bilheteira, e aprovar a aplicação do Cartão Amigo ao preço geral em toda a programação que também contempla outras reduções/descontos.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.2. DCT-DM – Monumento de Homenagem ao Monsenhor Nunes Pereira – Proposta de revogação de doação**

No dia 21/03/2023, a Comissão Pro-Monumento a Monsenhor Nunes Pereira, constituída por um grupo informal de cidadãos, apresentou à Câmara Municipal de Coimbra uma proposta de criação e instalação de um monumento de homenagem ao Monsenhor Nunes Pereira, a qual mereceu aceitação através da Deliberação n.º 1714/2023, 16/10/2023. No entanto, a doação à Câmara Municipal de Coimbra do "Monumento de Homenagem ao Monsenhor Nunes Pereira" não se concretizará nos termos inicialmente previstos, uma vez que a Comissão "Pro-Monumento" não conseguiu angariar os fundos necessários para a sua execução.

O Senhor **Vereador José Dias** disse que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista não têm nada a opor em relação ao monumento ou à revogação da doação. Contudo, alertou para o precedente que



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

podem estar a abrir relativamente a qualquer doação que surja e que, depois, tenha de ser a Câmara Municipal a acabar por adquirir o objeto da doação.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95551, de 15/11/2024, da Divisão de Museologia, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, de 18/11/2024, bem como despachos do Senhor Vereador Francisco Veiga, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3036/2024 (25/11/2024):*

- **Revogar a deliberação n.º 1714/2023, de 16/10/2023, relativa à aceitação da doação do Monumento de Homenagem ao Monsenhor Nunes Pereira, da autoria do Arquiteto António Monteiro e do Artista Plástico José Maria Pimentel, proposta pela Comissão Pro-Monumento Monsenhor Nunes Pereira, a integrar no Património Artístico do Município de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.3. DCT-DC – Filarmónica União Taveirense – Apoio Financeiro Municipal para dotar a entidade de condições financeiras que suportem a sua atividade regular, após elevado investimento em obras de requalificação do edifício sede**

A Direção da Filarmónica União Taveirense (FUT) solicitou apoio, através de e-mail, registado sob o n.º 62822, de 21/10/2024, na sequência da realização de obras de requalificação do edifício sede da Associação, de forma a dotar o mesmo de melhores condições para a apresentação e evolução musical da entidade.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95547, de 15/11/2024, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Cultura, ambos de 19/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3037/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir um apoio financeiro no montante de 60.000,00€ (sessenta mil euros) à Filarmónica União Taveirense para dotar a entidade de condições financeiras que suportem a sua atividade regular, após elevado investimento em obras de requalificação do Edifício Sede, mediante a celebração de protocolo o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma e que deverá ser liquidado em dois anos:**
  1. Até 31 de dezembro de 2024 – 43.000,00€ (quarenta e três mil euros);
  2. Até 30 de abril de 2025 – 17.000,00€ (dezassete mil euros).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.4. DCT-DBAH – Arquivo Coimbrão – Proposta de preçário para a publicação do volume XLV**

A Câmara Municipal de Coimbra, através da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, editou, no corrente mês de novembro, o volume XLV do Arquivo Coimbrão, uma publicação da responsabilidade da Biblioteca Municipal de Coimbra. Nesse sentido, e de acordo com o regime jurídico das autarquias e atendendo à alínea e) do n.º 1 do Artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, compete à Câmara Municipal “Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim, foi apresentada a informação n.º 96377, de 19/11/2024, da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Cultura, bem como despachos do Senhor Vereador Francisco Queirós, todos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3038/2024 (25/11/2024):*

- **Fixar, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o preço unitário de venda ao público do volume XLV do Arquivo Coimbrão, pelo valor de 13,00€ (12,26€ + IVA 6%).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.5. DGU-DCHRU – “Associação Solar da Praça” – Rua João de Deus n.º 4, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu) – Parecer fundamentado da Câmara Municipal para obtenção de Estatuto de Utilidade Pública**

Através do requerimento com registo n.º 50772, de 28/08/2024, a “Associação Solar da Praça”, solicitou parecer à Câmara Municipal sobre o reconhecimento daquela Associação como Entidade de Utilidade Pública.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96486, de 19/11/2024, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, todos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3039/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, nos termos da alínea b) do n.º 2 e da alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, e para os efeitos da alínea d) do artigo 8.º do mencionado diploma legal, a emissão do seguinte parecer destinado a instruir uma candidatura para atribuição do estatuto de utilidade pública junto da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros:**  
“A Associação Solar da Praça, com identificação fiscal número 503755311, é uma Associação legalmente constituída, sem fins lucrativos, políticos, sindicais ou religiosos. Com sede na Rua João de Deus n.º 4, em Coimbra, representa a forma tradicional da vida académica de Coimbra, com a dinamização de eventos periódicos abertos ao público (como os Centenários, a Festa da Primavera, as diversas Semanas das Repúblicas), promove a integração humana (albergando estudantes de fora de Coimbra e internacionais), têm a figura de “comensal”, bem como a “política” da “porta aberta”, sempre disponíveis a auxiliar quem mais necessita e menos meios tem (seja com uma simples refeição ou um sítio para dormir).”

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.6. DGU-DCHRU – Regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local – Reconhecimento da loja “ANTOINE” –**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Rua Ferreira Borges n.ºs 131 e 133, União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e S. Bartolomeu)**

A Câmara Municipal de Coimbra deliberou, na sua reunião de 23/09/2024, aprovar o interesse do eventual reconhecimento da loja “ANTOINE”, sita na Rua Ferreira Borges n.ºs 131 e 133, como “Loja com História” e proceder à consulta pública pelo período de 20 dias (nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho) – deliberação n.º 2863/2024. Após ter terminado o prazo da consulta pública, verificou-se que não deu entrada, na Câmara Municipal, quaisquer sugestões ou questões a considerar sobre o referido processo.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96080, de 18/11/2024, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, todos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3040/2024 (25/11/2024):*

- **Reconhecer a Loja “ANTOINE”, sita no edifício da Rua Ferreira Borges n.ºs 131 e 133, artigo matricial n.º 1638 da União de Freguesias de Coimbra – unidade R/C D, como “Estabelecimento de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local – Loja com História”, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, cumpridos que estão os requisitos legais aplicáveis e após o *terminus* do prazo da consulta pública, não tendo dado entrada, na Câmara Municipal, quaisquer sugestões ou questões a considerar sobre o presente processo;**
- **Comunicar a decisão ao Estado, conforme designado na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.7. DCT-DC – O Teatrão – Proposta para atribuição de Apoio Financeiro Municipal para a Gestão e a Programação da Oficina Municipal do Teatro para 2024, 2025 e 2026**

O Teatrão, inscrito no Registo Municipal dos Agentes Culturais na área artística do teatro, apresentou uma candidatura ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2024, 2025 e 2026 – Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais.

Assim, foi apresentada a informação n.º 94272, de 12/11/2024, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Cultura, ambos de 18/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3041/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir, ao abrigo do artigo 23.º e das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e mediante protocolo de apoio financeiro, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma, os seguintes apoios financeiros à Associação “O Teatrão”:**
  - Um apoio financeiro para a programação cultural, no montante anual de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), o qual deverá ser liquidado em duas tranches, em 2024. A primeira tranche até dez dias após a assinatura do Protocolo (25.000,00€), e a segunda até ao dia 15 de dezembro



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

(25.000,00€). Em 2025 e 2026, a primeira tranche (25.000,00€) deverá ser liquidada até ao final do mês de abril, e a segunda (25.000,00€), até ao final do mês de setembro;

- Um apoio financeiro para a gestão da OMT, no montante anual de 40.000,00 € (quarenta mil euros), para financiamento das despesas previstas na Cláusula 4.<sup>a</sup>, o qual deverá ser liquidado em duas tranches, em 2024. A primeira tranche até dez dias após a assinatura do Protocolo (20.000,00€), e a segunda até ao dia 15 de dezembro (20.000,00 €). Em 2025 e 2026, a primeira tranche (20.000,00€) deverá ser liquidada até ao final do mês de março, e a segunda até ao final do mês de novembro (20.000,00 €).

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.8. DCT-DC – Jazz ao Centro Clube - Gestão e Programação do Salão Brazil - Proposta de atribuição de Apoio Financeiro Municipal para 2024, 2025 e 2026 - Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais (Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural)**

O Jazz ao Centro Clube (JACC), inscrito no Registo Municipal dos Agentes Culturais na área de Música, apresentou uma candidatura para os anos de 2024, 2025 e 2026 ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente – Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais.

Assim, foi apresentada a informação n.º 94165, de 11/11/2024, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Cultura, ambos de 18/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3042/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar um apoio financeiro trienal a conceder ao Jazz ao Centro Clube para a gestão do Salão Brazil, no montante anual de 30.000,00€ (trinta mil euros), para financiamento das despesas previstas na Cláusula 4.<sup>a</sup>, o qual deverá ser liquidado, em 2024, até dez dias após a assinatura do Protocolo (30.000,00€). Em 2025 e 2026, o valor deverá ser liquidado em duas tranches, a primeira tranche (15.000,00€) deverá ser liquidada até ao final do mês de março, e a segunda até ao final do mês de novembro (15.000,00 €), mediante protocolo de apoio financeiro, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VI.9. DCT-DC – A Escola da Noite – Gestão e Programação do Teatro da Cerca de São Bernardo - Proposta de atribuição de Apoio Financeiro Municipal para 2024, 2025 e 2026 - Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais (Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural)**

A Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra, inscrita no Registo Municipal dos Agentes Culturais na área artística do teatro, submeteu uma candidatura para os anos de 2024, 2025 e 2026 ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente - Entidades com Gestão de Equipamentos Culturais Municipais, na área do teatro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Assim, foi apresentada a informação n.º 95619, de 15/11/2024, da Divisão de Cultura, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento de Cultura, ambos de 18/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3043/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e mediante protocolo de apoio financeiro, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma, os seguintes apoios financeiros à Escola da Noite – Grupo de Teatro de Coimbra:**
  1. Um apoio financeiro para a programação cultural, no montante anual de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), o qual deverá ser liquidado, em 2024, até ao dia 15 de dezembro. Em 2025 e 2026, a primeira tranche (25.000,00€) deverá ser liquidada até ao final do mês de abril e a segunda (25.000,00€), até ao final do mês de setembro;
  2. Um apoio financeiro para a gestão do Teatro Cerca de São Bernardo, no montante anual de 40.000,00€ (quarenta mil euros), para financiamento das despesas previstas na Cláusula 3.ª, o qual deverá ser liquidado, em 2024, até ao dia 15 de dezembro. Em 2025 e 2026, a primeira tranche (20.000,00€) deverá ser liquidada até ao final do mês de março e a segunda (20.000,00€), até ao final do mês de novembro.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO VII. TEMPOS LIVRES E DESPORTO

#### **VII.1. DCT-DT – Proposta de realização da 3.ª edição da "Bolsa da Empregabilidade no Centro de Portugal" – Convento São Francisco – 25 de fevereiro de 2025**

A Turismo Centro de Portugal e a Associação Fórum Turismo, após a 2.ª edição da Bolsa da Empregabilidade em Coimbra, renovou o convite ao Município de Coimbra para ser parceiro na organização da sua 3.ª edição.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95955, de 18/11/2024, da Divisão de Turismo, que obteve despachos do Senhor Vereador Francisco Veiga e do Senhor Presidente, da mesma data, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3044/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar a Turismo Centro de Portugal e a Associação Fórum Turismo do pagamento de taxas, no âmbito da 2.ª edição da Bolsa da Empregabilidade em Coimbra, pela ocupação da Antiga Igreja/Sala D. Afonso Henriques do equipamento municipal Convento São Francisco, bem como da taxa de montagem e desmontagem, no valor total de 4 713,80€ (acrescido de IVA à taxa em vigor) calculado de acordo com os n.ºs 3.1 e 7, do artigo 14.º da Tabela de preços e tarifas municipais (Anexo II) do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, Regulamento n.º 307/2021.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **VII.2. DCT-DCSF – Cerimónia de Encerramento do Curso de Licenciatura de Enfermagem – Convento São Francisco – 20 de julho de 2025**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESENfC) auscultou a disponibilidade do equipamento municipal Convento São Francisco (CSF) para realização da Cerimónia de Encerramento do Curso de Licenciatura em Enfermagem, a 19 de julho de 2025 (MGD n.º 61053/2024 de 11 de outubro). Neste sentido, à semelhança nos anos 2022, 2023 e 2024 e no âmbito da parceria interinstitucional e de acordo com a alínea b) do artigo 19.º do Regulamento n.º 307/2021 de 30 de março de 2021 – Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (RGTPM), solicitou a possibilidade da cedência gratuita do Grande Auditório do Convento São Francisco e da Sala Mondego.

Assim, foi apresentada a informação n.º 93945, de 11/11/2024, da Divisão do Convento São Francisco, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 15/11/2024, e da Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, bem como despacho do Senhor Presidente, ambos de 18/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3045/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra do pagamento do preço associado à realização da Cerimónia de Encerramento do Curso de Licenciatura em Enfermagem, no Grande Auditório e Espaço Foyer do equipamento Municipal Convento São Francisco, no dia 20/07/2025, orçamentado em 5.079,60€, considerando o seu relevante interesse municipal;**
- **Comunicar à organização que todos os materiais de divulgação deverão ter o brasão da CMC e a menção “Com o apoio, Câmara Municipal de Coimbra”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.3. DAG-DLFA – Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra – “Pai Natal Sobre Rodas” – 15 de dezembro**

A Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra (APBC), no âmbito da iniciativa denominada “Pai Natal Sobre Rodas”, pretende realizar uma exposição de cerca de 30 carros clássicos, a ter lugar na Praça 8 de Maio e início da Rua Visconde da Luz, assim como, de 3 dos veículos clássicos, junto à entrada dos Paços do Concelho, no dia 15 de dezembro de 2024, entre as 11h00m e as 17h30m, tendo para isso solicitado o pedido de Ocupação de Espaço Público, através do documento com o registo n.º 61219/2024, de 14 de outubro, e o pedido de Isenção de Pagamento de Taxas, através do documento com o registo n.º 61473/2024, de 15 de outubro.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95679, de 15/11/2024, da Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades, que obteve parecer do Chefe da referida Divisão, da mesma data, bem como despacho do Senhor Presidente, de 18/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3046/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra do pagamento de taxas no valor de 654,00€, no âmbito da iniciativa denominada “Pai Natal Sobre Rodas”, a ter lugar na Praça 8 de Maio e início da Rua Visconde da Luz no dia 15 de dezembro de 2024, entre as 11h00m e as 17h30m, considerando fundamentado o relevante e manifesto interesse municipal, conforme parecer do Departamento de Ação e Habitação Social.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### VII.4. DCT-GGE – Marinha Portuguesa – Proposta de realização de formação

A Escola Naval da Marinha Portuguesa requereu a utilização de alguns espaços do parque verde, margem esquerda e margem direita, bem como a utilização da Praça da Canção para a realização, no âmbito do Plano Anual de Atividades Escolares da Escola Naval e inserido na vertente de aplicação militar-naval, de um exercício de campo (remo em botes no Rio Mondego) – RIO 2024, no período de 16 a 19 de dezembro de 2024, em Coimbra.

Assim, foi apresentada a informação n.º 95916, de 18/11/2024, do Gabinete de Grandes Eventos, que obteve parecer da Chefe do referido Gabinete, da mesma data, bem como despachos do Senhor Vereador Francisco Veiga, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3047/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a utilização de alguns espaços do parque verde – margens esquerda e direita –, bem como a utilização da Praça da Canção para a realização, no âmbito do Plano Anual de Atividades Escolares da Escola Naval e inserido na vertente de aplicação militar-naval, um exercício de campo (remo em botes no Rio Mondego) – RIO 2024, no período de 16 a 19 de dezembro de 2024, em Coimbra;**
- **Isentar, ao abrigo do n.º 3 do artigo 28.º da Tabela Geral de Taxas Municipais anexa ao Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a Escola Naval da Marinha Portuguesa do pagamento de taxas no valor de 4.000,00 euros, no âmbito da referida atividade RIO 2024.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### VII.5. DAG-DLFA – FAN–Farra Académica de Coimbra – “VIII Trovador – Festival Internacional de Tunas da FAN-Farra Académica de Coimbra” – Apoio

A FAN – Farra Académica de Coimbra, através do registo n.º E 68312/2024, de 14 de novembro, solicitou apoio municipal para a realização do “VIII Trovador – Festival Internacional de Tunas da FAN-Farra Académica de Coimbra” através da isenção de pagamento de taxas.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96670, de 19/11/2024, da Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Administração Geral, ambos da mesma data, bem como despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3048/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada, conjugado com o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a FAN – Farra Académica de Coimbra do pagamento das taxas no valor de 168,00€ referentes à Licença de Recinto Improvisado e Licença Especial de Ruído, referente ao “VIII Trovador – Festival Internacional de Tunas da FAN-Farra Académica de Coimbra”, considerando fundamentado o relevante e manifesto interesse municipal, conforme parecer da Divisão da Juventude.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### VII.6. DAG-DAJC – Regulamento Municipal da Feira do Bairro Norton de Matos

A Feira do Bairro Norton de Matos, que se realiza semanalmente, por iniciativa da Câmara Municipal de Coimbra, congrega, no mesmo recinto, vários agentes económicos do comércio a retalho não sedentário, assumindo-se como um evento de cariz popular e tradicional, que há muito se realiza no concelho de Coimbra, estimulando a economia local e uma maior interação social entre as comunidades, beneficiando, quer os pequenos produtores agrícolas e demais vendedores, quer os consumidores. Esta Feira, de tamanho considerável e características únicas, integra uma rotina da população da cidade e dinamiza o comércio tradicional, constituindo-se como uma realidade já enraizada na população. Sendo tradição na cidade de Coimbra, há mais de 40 anos, esta Feira é frequentada por muitos clientes, sem, contudo, existir qualquer regulamentação sobre a mesma. Justifica-se, assim, o seu tratamento regulamentar separado do Regulamento Municipal das Feiras, Venda Ambulante e Restauração ou de Bebidas Não Sedentária, designadamente, quanto à organização do recinto e o acesso ao mesmo, a definição dos lugares de venda e os critérios para atribuição dos mesmos, as condições de admissão dos feirantes, os direitos e deveres dos feirantes, as regras de funcionamento e de limpeza e o horário de funcionamento da Feira.

Assim, foi apresentada a informação n.º 91973, de 05/11/2024, da Divisão de Assuntos Jurídicos e Contencioso, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, de 06/11/2024, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3049/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar o Regulamento Municipal da Feira do Bairro Norton de Matos e submeter a sua aprovação à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** O referido regulamento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### VII.7. DJD-DD – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Delegação Regional de Educação do Centro – Proposta de utilização das Piscinas Municipais Rui Abreu para realização do Campeonato Regional de Natação 2025 – 30 de abril de 2025 (quarta-feira - 08h00-18h00)

A Delegação Regional de Educação do Centro da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, através do e-mail (RT 345287), solicitou a utilização das Piscinas Municipais Rui Abreu, no dia 30/04/2025 (quarta-feira), entre as 08h00 e as 18h00, para realização do evento denominado Campeonato Regional de Natação 2025, com atribuição de isenção do pagamento de taxas.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96220, de 18/11/2024, da Divisão de Desporto, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, bem como despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3050/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar a Delegação Regional de Educação do Centro da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares do pagamento de taxas, no valor de 1 246,00€, relativas à utilização das Piscinas**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Municipais Rui Abreu no dia 30 de abril de 2025 para realização do evento Campeonato Regional de Natação 2025, no âmbito da operacionalização das atividades da Coordenação Local do Desporto Escolar de Coimbra, conforme previsto no n.º 2 do artigo 21.º, do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021), considerando de relevante interesse o evento do ponto de vista desportivo e social para o Município de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.8. DJD-DD – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil – Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual 2025**

Nos termos do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil, a atribuição de cada tipo de apoio estabelecido é precedida de aviso de abertura de candidatura, a aprovar por deliberação da Câmara Municipal e a publicar em edital e no sítio da internet do Município.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96488, de 19/11/2024, da Divisão de Juventude, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, bem como despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, ambos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3051/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Pontual para 2025, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil, com a seguinte ressalva: na alínea d) do aviso "Número de atividades realizadas no ano anterior à candidatura", deve ser indicado 10 ou 11 ou 12 e não 10 ou 20.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.9. DJD-DD – Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil – Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2025**

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil, o apoio financeiro municipal à atividade permanente visa apoiar o desenvolvimento de atividades realizadas pelos organismos juvenis, com caráter regular e continuado, previstas nos seus planos de atividades, que prossigam no Município de Coimbra fins de interesse municipal.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96085, de 18/11/2024, da Divisão de Juventude, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, bem como despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3052/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a Proposta de Aviso de Abertura de Candidaturas ao Apoio Financeiro Municipal à Atividade Permanente para 2025, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.10. DAG-DLFA – Mercado Urbano e Criativo – “Coimbra Hype Market de Natal” – 21 de dezembro de 2024**

A Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra – APBC, solicitou autorização para realização do Mercado Urbano e Criativo, denominado “Coimbra Hype Market de Natal”, no dia 21 de dezembro de 2024, entre as 10h00m e as 18h00m, com colocação de bancas entre a zona da Sé Velha e o Quebra Costas.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96420, de 19/11/2024, da Divisão de Licenciamentos e Fiscalização de Atividades, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Administração Geral, ambos da mesma data, bem como despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3053/2024 (25/11/2024):*

- **Isentar, ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a Agência para a Promoção da Baixa de Coimbra do pagamento das taxas no valor de 146,20€ referentes à Licença de Ocupação de Espaço Público, Licença para a Realização de Espetáculos e Divertimentos Públicos nas Vias e Lugares Públicos e Licença Especial de Ruído, para a realização do Mercado Urbano e Criativo, denominado “Coimbra Hype Market de Natal”, no dia 21 de dezembro de 2024, entre as 10h00m e as 18h00m, considerando fundamentado o relevante e manifesto interesse municipal, conforme parecer da Divisão de Cultura.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.11. DJD-DD – 46.ª Corrida São Silvestre Coimbra – Associação Recreativa Casaense – Apoio**

A Associação Recreativa Casaense solicitou, através de e-mail em 13/11/2024, registado com o RT-345225, um apoio à realização da 46.ª Corrida São Silvestre Coimbra, que decorrerá no dia 14/12/2024. Esta prova é realizada sobre a égide e homologação da Associação Distrital de Atletismo de Coimbra (ADAC) e Federação Portuguesa de Atletismo.

O Senhor Vereador **Carlos Lopes** deu conta que na presente edição voltaram a bater o recorde de inscrições, informando que as mesmas estão esgotadas e que serão 3000 atletas a participar na 46.ª Corrida São Silvestre de Coimbra.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96511, de 19/11/2024, da Divisão de Desporto, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, bem como despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes e do Senhor Presidente, todos de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3054/2024 (25/11/2024):*

- **Atribuir um apoio financeiro à Associação Recreativa Casaense no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) referente à 46.ª Corrida São Silvestre Coimbra, conforme previsto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, se encontra titulado**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**por Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 107/2024, o qual, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **VII.12. DJD-DD – Associação Académica de Coimbra - Secção de Futebol – 2.ª Eliminatória da competição Taça da Associação de Futebol de Coimbra – Estádio Municipal de Taveiro – 24 de novembro de 2024**

A Associação Académica de Coimbra/Secção de Futebol (AAC/SF), através do e-mail (RT 344464), solicitou a utilização do Estádio Municipal de Taveiro (EMT), no dia 24/11/2024 (domingo), para a realização de um jogo referente à 2.ª eliminatória da competição Taça da Associação de Futebol de Coimbra, com o Mocidade Futebol Clube, solicitando, posteriormente, a atribuição de isenção do pagamento de taxas.

Assim, foi apresentada a informação n.º 94776, de 13/11/2024, da Divisão de Desporto, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, bem como despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, ambos de 18/11/2024, e do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3055/2024 (25/11/2024):*

- **Ratificar o despacho do Senhor Presidente de 21/11/2024, que isentou a Associação Académica de Coimbra (Secção de Futebol) do pagamento de taxas, no valor de 465,00€, relativas à utilização do Estádio Municipal de Taveiro, no dia 24/11/2024 (domingo), para a realização de um jogo referente à 2.ª eliminatória da competição Taça da Associação de Futebol de Coimbra.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

## **PONTO VIII. PROTEÇÃO CIVIL, POLÍCIA MUNICIPAL E BOMBEIROS**

### **VIII.1. SMPC – Intenção de candidatura ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37 – Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos – ITI CIM**

A candidatura em questão tem a designação de “Sistema Integrado Municipal de Emergência e Proteção Civil de Coimbra (SIMEPC-Coimbra), cabendo ao SMPC enquadrar os recursos com os Investimentos que contribuam para a mitigação das consequências resultantes das Alterações Climáticas, aumentando a segurança territorial e o nível de resiliência a eventos extremos de incidência local, nomeadamente inundações ou cheias e incêndios rurais, com um valor FEDER de 85% no total de 1.341.992,47€, cabendo ao município suportar o valor de 234.526,86€.

Assim, foi apresentada a informação n.º 93007, de 07/11/2024, do Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, que obteve despachos do Senhor Vereador Carlos Lopes, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3056/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a intenção do plano previsto sobre as necessidades reportadas pelas diversas Unidades Orgânicas e devidamente enquadradas para a candidatura ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37 - Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos - ITI CIM até um valor**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**máximo de 1.456.952,61 €, com um valor FEDER de 85% no total de 1.341.992,47€, cabendo ao município suportar o valor de 234.526,86€.**

Esta intenção enquadra-se nos Objetivos Operacionais da Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva (ENPCP) 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, de 11 de agosto.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO IX. PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

#### **IX.1. DF-DP – Proposta de resolução de expropriar – Declaração de Utilidade Pública de Expropriação, com caráter urgente e autorização para a tomada de posse administrativa de cinco parcelas de terreno necessárias à obra de Requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso**

O projeto de requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso, localizada na Freguesia de Santo António dos Olivais incide na requalificação de passeios pedonais contemplando locais onde estes são inexistentes provocando ao peão insegurança nos locais onde este necessita de circular na própria faixa de rodagem. Para possibilitar a criação de um passeio digno do lado sul, será necessária a expropriação das parcelas 1, 2 e 3.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que estava totalmente de acordo com o proposto. Contudo, salientou que caso o Ministério da Justiça/Centro Educativo dos Olivais cedesse uma parte do seu terreno, isso iria permitir alargar um pouco mais a rua em causa.

O Senhor **Presidente** mencionou que a sugestão do Senhor Vereador Francisco Queirós ficaria para memória futura.

Assim, foi apresentada a informação n.º 93530, de 08/11/2024, da Divisão de Património, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão e da Diretora do Departamento Financeiro, ambos de 11/11/2024, bem como despacho do Senhor Presidente, de 12/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3057/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, nos termos conjugados do disposto na alínea vv) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do CE, a resolução de requerer ao Governo, através da Direção Geral das Autarquias Locais, a declaração de utilidade pública de expropriação com carácter urgente e a autorização para a tomada de posse administrativa das cinco parcelas de terreno necessárias à obra de requalificação da Rua Brigadeiro Correia Cardoso, identificadas e descritas na Informação n.º 93530, de 08/10/2024, da Divisão de Património e demais documentação anexa, atentos os fundamentos apresentados pelo serviço proponente.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

#### **IX.2. DEEPDT-DEPE – Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro (PPZDT) – Proposta de revogação**

Considerando que:



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- O Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro foi aprovado pela Assembleia Municipal de Coimbra, em reunião de 29 de junho de 2010, sob proposta da Câmara Municipal de 14 de junho de 2010;
  - Que, decorridos 14 anos da sua vigência, encontra-se por executar, nomeadamente por alteração das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que estiveram subjacentes à sua elaboração;
  - Que na sequência de reuniões realizadas com todos os proprietários contactáveis, concluiu-se que continuam a não estar reunidas as condições para a sua execução;
  - Que não se entende existir qualquer vantagem em alterar ou rever o referido plano por persistirem os factos que obviaram à sua execução;
  - Que cerca de 1/3 da área do PPZDT está afetada pelo canal de salvaguarda à passagem da Linha de Alta Velocidade o que deverá obrigar a rever a solução de conjunto;
- Foi apresentada a informação n.º 96275, de 18/11/2024, da Divisão de Estudos e Projetos Estratégicos, que obteve parecer do Chefe da referida Divisão, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024.

Sobre este assunto, a Senhora **Vereadora Ana Bastos** proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“O Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro (PPZDT) foi aprovado pela Assembleia Municipal de Coimbra, em reunião de 29 de junho de 2010, e publicado no Diário da República em 3 de dezembro de 2010, abrange uma área de 29,1 hectares, e teve como mote a construção do Estádio Municipal Sérgio Conceição que, em 2002, foi indispensável enquanto decorreram as obras no Estádio Municipal, na Solum, no âmbito do Euro 2004. O plano centrado na criação de áreas mistas e multifuncionais previa o Reforço das áreas desportivas na envolvente ao Estádio Sérgio Conceição, Habitação de várias tipologias em edifícios para criação de 752 novos fogos e áreas empresariais/comerciais dando continuidade as funções asseguradas pelo Mercado Abastecedor de Coimbra. Este plano está em vigor há 14 anos, mas continua sem qualquer execução, nas suas diferentes vertentes. Para a sua execução era indispensável que 15 dos 23 proprietários privados se deveriam associar para formalizarem duas unidades de execução, preferencialmente pelo sistema de cooperação e por iniciativa dos mesmos, com repartição dos benefícios e encargos, o que nunca veio a acontecer. O contexto socioeconómico vivido, pouco incentivador a investimentos imobiliários, agravado, nos últimos 3 anos, pela situação de pandemia que “congelou” o mercado imobiliário, situação que ainda hoje em dia se faz sentir, entre outros fatores, traduziram-se no desinteresse generalizado dos proprietários, em prosseguirem com a sua execução. Mais recentemente e com o desenvolvimento do Estudo prévio da Linha da Alta Velocidade, verifica-se que cerca de 1/3 da área do PPZDT está afetada pelo canal de salvaguarda à passagem da Linha de Alta Velocidade o que deverá obrigar a rever a solução de conjunto. Na sequência de um conjunto de reuniões havidas entre a Câmara Municipal de Coimbra e os proprietários contactáveis durante os dois últimos anos, concluiu-se que o plano está a impedir o desenvolvimento territorial de toda aquela área não havendo interesse na sua prossecução. Por essa razão a Câmara Municipal de Coimbra iniciou de imediato o desenvolvimento de um estudo urbanístico de forma a garantir a funcionalidade do espaço e a lógica e coerência de conjunto, ao mesmo tempo que salvaguarda a sua viabilidade de concretização. Esse estudo em fase final, deverá ser apresentado a esta Câmara Municipal a breve trecho. Assim, e considerando que não existe qualquer vantagem em alterar ou rever o referido plano por persistirem os factos que não incentivaram a sua execução e pelo facto da sua revogação não resultar qualquer vazio de regulamentação, uma vez que se aplicam diretamente as regras estabelecidas no PDM em vigor, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de Revogação do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro, justificada pela alteração das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que estiveram subjacentes à sua elaboração. Em consequência, à área de abrangência do Plano de Pormenor, passarão a aplicar-se as normas, regras e os parâmetros urbanísticos definidos no PDM em vigor, onde esta área se encontra classificada como Solo Urbano: na maior parte, como Área Habitacional (H2), mas também Área de atividades Económicas (AE2) na zona junto ao Mercado Abastecedor, identificando-se ainda uma pequena área, à cota mais alta, como Área Verde de Recreio e Lazer. Propõe-se ainda enviar a proposta de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*revogação do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro à Assembleia Municipal para aprovação. Por fim, informo que da revogação do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro, a Câmara Municipal de Coimbra fica obrigada a promover a alteração por adaptação ao Plano Diretor Municipal, com incidência no Regulamento e na planta de Ordenamento – Classificação e qualificação do solo.”*

Assim, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 3058/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro, justificada pela alteração das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que estiveram subjacentes à sua elaboração, passando a aplicar-se à área de abrangência do Plano de Pormenor as normas constantes do Plano Diretor Municipal, em vigor;**
- **Enviar a proposta de revogação do Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro à Assembleia Municipal para aprovação.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **IX.3. DDEECI-DCIF – Comparticipação Financeira para a CIM-RC, no âmbito do “Projeto 44: Participação na BTL'2024 – Pavilhão 4”**

Através de e-mail, datado de 19/09/2024, a CIM-RC solicitou ao Município de Coimbra a transferência no valor de 3.570,03 €, no âmbito da participação na Bolsa de Turismo de Lisboa'2024, referente ao Pavilhão 4.

Assim, foi apresentada a informação n.º 93541, de 08/11/2024, da Divisão de Captação de Investimento e Fundos, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão e do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento, ambos de 13/11/2024, bem como despachos do Senhor Vereador Miguel Fonseca e do Senhor Presidente, ambos de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3059/2024 (25/11/2024):*

- **Autorizar a transferência corrente para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) do valor de 3.570,03 €, no âmbito do “Projeto 44: “Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL'2024” – Pavilhão 4”.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **IX.4. DEP-DIEP – “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 3” – Trabalhos a menos e conta final da empreitada**

Do valor final da “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 3”, materializado pelo total dos autos de medição, resultaram trabalhos não executados no montante de 1.566,37€, correspondentes a 0,2448 % do seu valor total. Neste contexto, e nos termos do disposto nos artigos 399.º a 401.º do CCP, procedeu-se à elaboração da “Conta Final da Empreitada”.

Assim, foi apresentada a informação n.º 92130, de 05/11/2024, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão, de 06/11/2024, e do Diretor do Departamento de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Espaço Público, de 11/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3060/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar os trabalhos a menos relativos à “Empreitada de Conservação Corrente de Rede Viária – LOTE 3”, no valor de 1.566,37€ (s/IVA) e a Conta Final da Empreitada no valor de 859.275,01€ (s/IVA).**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO X. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

#### X.1. DEEPDT-DPT – Plano Diretor Municipal de Coimbra – Procedimento simplificado de reclassificação do solo

Considerando a política de desenvolvimento territorial seguida por este executivo municipal e que se consubstancia na captação de investimentos e geração de emprego, importa identificar terrenos com potencial para afetação a atividades industriais, armazenagem e logística para instalação de novas unidades industriais. Essas operações exigem frequentemente a disponibilização de áreas de grande dimensão e requisitos específicos, designadamente ao nível das infraestruturas e acessibilidades.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que, atualmente, o solo é um bem fundamental, pelo que requalificar solo rústico para urbano não terá nada de negativo, sobretudo quando é para instalar este tipo de equipamentos. Contudo, alertou para duas preocupações que os moradores da zona lhe fizeram chegar e que estão relacionadas com impacto ambiental junto a zonas mais habitadas, bem como com um processo que, até ao presente, não foi suficientemente esclarecido. Deste modo, deu conta que as pessoas perguntam se irá haver expropriações, salientando que os moradores da zona precisam de mais informação.

O Senhor **Presidente** referiu que as pessoas terão mais informação, lembrando que estão a valorizar os terrenos.

Assim, foi apresentada a informação n.º 96502, de 19/11/2024, da Divisão de Planeamento Territorial, que obteve parecer do Chefe da referida Divisão, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, ambos da mesma data, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3061/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 72.º-A do RJIGT, o procedimento simplificado ao Plano Diretor Municipal de Coimbra (PDMC) de reclassificação do solo rústico para solo urbano, com a categoria de “Espaço de atividades económicas” e subcategoria de “Área de atividades económicas AE2”, numa área com cerca de 63 hectares, inserida na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão com a designação “UOPG7 – Plataforma Logística de Coimbra”, não incluindo áreas sensíveis ou áreas da Reserva Ecológica Nacional (REN) ou da Reserva Agrícola Nacional (RAN), destinada à instalação de atividades industriais, de armazenagem ou logística e serviços de apoio;**
- **Alterar a forma de execução da “UOPG7 — Plataforma Logística de Coimbra”, prevista no Anexo VII ao Regulamento do PDMC, passando a ser através de um “Plano de Urbanização, Planos de Pormenor com efeitos registais e ou Unidades de Execução”, bem como das**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

medidas supletivas, passando a permitir operações de loteamento de iniciativa municipal em “Área de atividades económicas AE2”;

- Promover, em simultâneo, nos termos do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 72.º-A do RJGT, a consulta pública, com duração de 10 dias, a convocatória da conferência procedimental e a publicação e publicitação da presente deliberação no Diário da República, na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) e no sítio Internet da Câmara Municipal.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Francisco Veiga, Ana Bastos, Carlos Lopes, Miguel Fonseca, Júlio Gaudêncio, José Dias, Hernâni Caniço, Rosa Cruz e Raquel Santos. Absteve-se o Senhor Vereador Francisco Queirós.

### **X.2. DGU-DGUN – Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres - Lic Admin - Obras Edificação – Arquitetura – Quimbres, 28 – Rua da Escola – São Silvestre**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 93948, de 11/11/2024 (MGD n.º 96104, de 18/11/2024), da Divisão de Gestão Urbanística Norte, que obteve parecer da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3062/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar o pedido de realização de obras assentes na materialização de estacionamento e passeio em espaço de domínio público municipal, por parte do Centro Social Cultural e Recreativo de Quimbres, com vista à instalação de estabelecimento de apoio social onde será desenvolvida a resposta social de creche.**

O processo em causa enquadra-se no Contrato de Comodato aprovado por deliberação da Câmara Municipal n.º 181/2022, nomeadamente nos artigos 4.º e 5.º do ponto 2.2 do Anexo I do RMUE e alínea b) do artigo 133.º do RPDM.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **X.3. DGU-DCHRU – Civilria, S.A. - pedido de operação de alteração a loteamento, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 662, na localidade de Raposa, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 80792, de 01/10/2024 (MGD n.º 95504, de 15/11/2024), da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 07/11/2024, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 18/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3063/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar, nos termos do disposto no artigo 27.º do RJUE, a proposta de alterações à licença de loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento n.º 662, promovida pela empresa Civilria, S.A. consubstanciado nas alterações incidentes sobre os lotes 4, 11 e 17 e correspondente regulamento, nos termos apresentados na informação técnica da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, supra identificada.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **X.4. DGU-DCHRU – Pedido de Informação Prévia - Convenient Details, Lda. - Beco do Amorim, da União das Freguesias de Coimbra**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 93793, de 11/11/2024 (MGD n.º 94517, de 12/11/2024), da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 11/11/2024, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 14/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 18/11/2024, e do Senhor Presidente de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3064/2024 (25/11/2024):*

- **Dispensar a criação de 24 lugares de estacionamento (12 lugares públicos e 12 lugares privados) e 70 m<sup>2</sup> para zonas de serviço, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 133.º do Regulamento do PDMC, considerando as orientações estabelecidas no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana – Coimbra Baixa, que assentam na promoção dos modos suaves em detrimento do veículo automóvel. Sublinhe-se que, pelo facto de a parcela em causa ladear diretamente com o canal do futuro SMM, este deverá passar a ser o modo privilegiado para deslocação a este espaço, conjugado com circulação pedonal e ciclável. Em complemento e face às características físicas da Rua João Cabreira, esta rua não permite acomodar os dois sentidos de circulação, devendo dar resposta essencialmente às deslocações em modos suaves e a veículos de emergência.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

Justificação de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista:

*“Os Vereadores do Partido Socialista votam favoravelmente, em cumprimento do previsto no PDM em vigor, a isenção de lugares de estacionamento, sem qualquer tipo de imposição de contrapartidas de taxas ou impostos sobre os empreendedores, como contributo e incentivo à reabilitação urbana e como forma de aumentar o grau de utilização das infraestruturas existentes, numa perspetiva de planeamento sustentável e regeneração da ocupação da cidade e do concelho, densificando a zona urbana e favorecendo os modos não motorizados e de transporte público.*

*Registamos ainda a mudança de posição radical da atual maioria, que sempre criou obstáculos à utilização deste mecanismo previsto no PDM no anterior mandato, colocando em causa a reabilitação urbana e os próprios municípios empreendedores e as empresas.”.*

### **X.5. DGU-DCHRU – Balocas e Francisco, S.A. – Pedido de alteração à operação de loteamento – Avenida Elísio de Moura – Freguesia de Santo António dos Olivais**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 66628, de 07/08/2024 (MGD n.º 95092, de 14/11/2024), da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve pareceres do Chefe da referida Divisão, de 13/11/2024, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 18/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3065/2024 (25/11/2024):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Aprovar as alterações à licença de Loteamento titulado pelo Alvará n.º 628, ao abrigo do n.º 8 do artigo 27.º do RJUE, consubstanciado em alterações incidentes sobre os lotes 32 e 33. As alterações são meramente numéricas e incidem sobre a alteração/correção das Cotas de Soleira dos dois lotes, a alteração/correção da gralha correspondente à área do lote 32 para 270.50m<sup>2</sup> (uma vez que na planta síntese constava 207.50m<sup>2</sup>), mantendo-se os restantes parâmetros urbanísticos inalterados.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **X.6. DGU-DCHRU – Veiga Lopes II, Unipessoal, Lda. | Licenciamento de Operação de Loteamento | Quinta da Portela – Freguesia de Santo António dos Olivais – Processo 27/2024/176**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 94936, de 13/11/2024, da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, que obteve parecer da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, de 14/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 21/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3066/2024 (25/11/2024):*

- **Promover a discussão pública sobre a proposta de deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento, nas condições apresentadas na informação técnica da Divisão do Centro Histórico e Reabilitação Urbana, supra identificada. Trata-se de uma operação urbanística integrada na Quinta da Portela, cuja solução está devidamente articulada com o loteamento adjacente e em particular com a rede viária, pedonal e ciclável, garantindo uma ligação essencial entre o Polo II da UC e a Quinta da Portela/Futura estação das Carvalhosas do SMM.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### **X.7. DGU-DGUS – Hélder & J. Gama – Construção Civil, Lda. – Pedido de licença de alteração ao alvará de loteamento n.º 581 (com obras de urbanização) – Aditamento, 2.ª alteração de 31 de outubro – Tirado – Cernache**

Para este assunto, foi apresentada a informação n.º 96160, de 18/11/2024, da Divisão de Gestão Urbanística Sul, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão, da mesma data, e da Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, ambos de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3067/2024 (25/11/2024):*

- **Deferir o pedido de licenciamento da Alteração do Alvará de loteamento n.º 581, que dará lugar ao 4.º Aditamento, ao abrigo do disposto no artigo 27.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, de acordo com a informação técnica da DGUS supra identificada. As alterações propostas incidem nos lotes 56 a 59 e consubstanciam-se na alteração dos perímetros exteriores de contacto dos edifícios (incluindo caves) com o solo e nas cotas de soleira, adaptando-as às características topográficas locais.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### PONTO XI. EMPRESAS MUNICIPAIS

#### **XI.1. DEP-DIEP – AC, Águas de Coimbra, E.M. – Construção de coletores de águas pluviais – Proposta de aprovação no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo CMC/AC – Empreitada de “Remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na Rua e Travessa Fonte do Bispo”**

Através do registo MGD n.º 81693, de 04/10/2024, a AC, Águas de Coimbra, E.M., solicitou a aprovação da intervenção identificada em “Remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na Rua e Travessa Fonte do Bispo”, que pretende construir novas infraestruturas de drenagem de águas pluviais.

Assim, foi apresentada a informação n.º 92565, de 06/11/2024, da Divisão de Infraestruturas e Espaço Público, que obteve pareceres da Chefe da referida Divisão, de 09/11/2024, e do Diretor do Departamento de Espaço Público, de 10/11/2024, bem como despachos da Senhora Vereadora Ana Bastos, de 19/11/2024, e do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3068/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a despesa e a autorizar a execução da empreitada “Remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na Rua e Travessa Fonte do Bispo”, pela AC, Águas de Coimbra, E.M., no valor de 139.000,00€ a que acresce o IVA à taxa de 6%, no âmbito do n.º 6 da cláusula 5.ª do Protocolo AC/CMC de 11/07/2005, na redação dada pela cláusula 1.ª do Aditamento de 21/12/2007.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO XII. FREGUESIAS

#### **XII.1. DAF – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2022 a 2025 – União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela – Obras contratualizadas para o ano de 2023 – Proposta de Alteração**

Através do e-mail com o registo MyDoc n.º 66133, de 06/11/2024, a União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela solicitou a diminuição do valor da obra de “Requalificação da zona envolvente à Capela de Santo António e do Beco dos Coelhos – Cioga do Monte”, uma vez que esta foi executada por um valor inferior ao adjudicado, e inserir uma nova obra: “Construção de ossários no Cemitério de Torre de Vilela”, uma vez que existe a necessidade de aumentar a oferta deste tipo de estrutura de apoio no cemitério.

Assim, foi elaborada a informação n.º 93894, de 11/11/2024, da Divisão de Apoio às Freguesias, que obteve parecer da Chefe da referida Divisão, na mesma data, e despacho do Senhor Presidente, de 15/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3069/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar a seguinte alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de 2022 a 2025 – União das Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela – Obras contratualizadas para o ano de 2023:**



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Diminuir: o valor da obra “Requalificação da zona envolvente à Capela de Santo António e Beco dos Coelhos – Cioga do Monte”, no valor inicial de 50.882,19€ em 10.010,68€, perfazendo o valor de 40.871,51€; e

Inserir: a obra “Construção de ossários no cemitério de Torre de Vilela”, no valor de 10.010,68€.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO XIII. OUTROS

#### XIII.1. GAGRQ – Proposta de Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas

O artigo 6.º do n.º 4 do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, prevê o controlo da execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, através da elaboração de dois relatórios de avaliação de execução.

Assim, foi elaborada a informação n.º 96750, de 19/11/2024, do Chefe do Gabinete de Auditoria, Gestão de Risco e Qualidade, que obteve despacho do Senhor Presidente, de 20/11/2024, tendo o Executivo deliberado:

*Deliberação n.º 3070/2024 (25/11/2024):*

- **Aprovar o Relatório de Avaliação Intercalar do Plano de Prevenção de Riscos, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, e enviar à Assembleia Municipal para conhecimento, nos termos do disposto da alínea h) no n.º 1 do artigo 25 do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o qual, dada a sua extensão, fica apenas à presente ata fazendo parte integrante da mesma.**

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta.

### PONTO XIV. (17 HORAS) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### XIV.1. Miguel Francisco Garcez Palha Pessoa Vaz

Este ponto foi tratado a seguir ao Ponto III.4, como então se fez referência.

E sendo vinte horas e quarenta e cinco minutos o Senhor **Presidente** deu conta que a próxima reunião seria no dia 9 de dezembro e declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada na reunião do dia 25/11/2024 e assinada pelo Senhor Presidente e pela Técnica Superior do Departamento de Administração Geral, Carla Patrícia de Oliveira Silveira.

O Presidente da Câmara Municipal,

\_\_\_\_\_  
(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Secretária,

---

(Carla Patrícia de Oliveira Silveira)

*Dat: PS/PC*  
*Conf: MGML*  
*Serviço Emissor: DAG*